

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC – SP

Victor Ernesto Ochoa Flores

TRABALHO E DESEMPREGO NAS CAMPANHAS DA FRATERNIDADE DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL:

Uma análise da Campanha de 1978, “*Fraternidade No Mundo Do Trabalho*”.

MESTRADO EM CIÊNCIA DA RELIGIÃO

SÃO PAULO

2016

Victor Ernesto Ochoa Flores

TRABALHO E DESEMPREGO NAS CAMPANHAS DA FRATERNIDADE DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL:

Uma análise da Campanha de 1978, "*Fraternidade No Mundo Do Trabalho*".

MESTRADO EM CIÊNCIA DA RELIGIÃO

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Religião, sob orientação do Prof. Dr. Edin Sued Abumanssur.

SÃO PAULO

2016

Banca Examinadora

---

---

---

A meu pai, Don Mario de Jesus Ochoa (in memoriam) e

Darci Corazza (in memoriam)

Projeto financiado sob a condição de bolsista CAPES

## Agradecimentos

Ao Prof. Dr. Edin Sued Abumanssur, meu orientador, pelo bom encontro, pela atenção, incentivo e generosidade em compartilhar conhecimentos durante o andamento do mestrado.

À minha mãe, Rosa Lilia Florez a toda a minha família junto a Família Trombelli Lacerda, pelo apoio incondicional aos meus desejos e escolhas, mas principalmente pelo encorajamento.

À Margarita Restrepo, pelo incentivo e companhia constante.

Ao Prof. Dr. Afonso Maria Ligorio pelo apoio durante todo o percurso de formação, mas principalmente por acreditar no meu potencial enquanto pesquisador.

Ao Prof. Dr. Ênio Brito, Prof. Dr. Antonio Rago Filho, pela disponibilidade e pelas contribuições na banca de qualificação.

À Andréia Bisuli de Souza pela constante ajuda.

Aos meus colegas e amigos pelas infinitas conversas, debates sobre os grandes temas da Ciência da Religião e pela amizade construída.

A todos os amigos do programa que fiz durante o percurso do Mestrado.

Ao CNPQ e FUNDASP, pelo financiamento que possibilitou a dedicação exclusiva para esta pesquisa.

## *Caminante No Hay Camino*

*Todo pasa y todo queda  
Pero lo nuestro es pasar,  
Pasar haciendo caminos,  
Caminos sobre la mar.*

*Nunca perseguí la gloria,  
Ni dejar en la memoria  
De los hombres mi canción;  
Yo amo los mundos sutiles,  
Ingrávidos y gentiles  
Como pompas de jabón.*

*Me gusta verlos pintarse de sol y grana,  
Volar bajo el cielo azul,  
Temblar súbitamente y quebrarse...  
Nunca perseguí la gloria.*

*Caminante son tus huellas el camino y nada más;  
Caminante, no hay camino se hace camino al andar.*

*Al andar se hace camino  
Y al volver la vista atrás  
Se ve la senda que nunca  
Se ha de volver a pisar.  
Caminante no hay camino sino estelas en la mar...*

*Hace algún tiempo en ese lugar  
Donde hoy los bosques se visten de espinos  
Se oyó la voz de un poeta gritar  
Caminante no hay camino, se hace camino al andar...*

*Golpe a golpe, verso a verso...  
Murió el poeta lejos del hogar  
Le cubre el polvo de un país vecino.  
Al alejarse, le vieron llorar.  
"caminante, no hay camino, se hace camino al andar..."*

*Golpe a golpe, verso a verso...  
Cuando el jilguero no puede cantar  
Cuando el poeta es un peregrino,  
Cuando de nada nos sirve rezar.  
Caminante no hay camino, se hace camino al andar.*

***Joan Manuel Serrat***

## Resumo

Esta pesquisa objetivou investigar as Campanhas da Fraternidade onde está expresso o discurso da Igreja Católica no Brasil sobre a questão do trabalho, sabendo que a CF é um instrumento de comunicação que gera conjuntura entre os fiéis e a hierarquia católica. Compreender e estudar esse discurso promulgado dentro das CFs que expressam a posição da Igreja no que diz respeito à questão do trabalho e desemprego por meio da CF de 1978, que abordou o tema como “Fraternidade No Mundo Do Trabalho”, apresenta a realidade das relações entre Igreja, Estado e mundo do trabalho. Esta CF apresenta a realidade operária na época do regime militar e o posicionamento da Igreja Católica, que através desta CF, se apresenta conflituosamente. Nossa hipótese parte da ruptura das relações tradicionais entre Igreja e Estado, que sai das relações de colaboração e influência, para se manter na cena pública. Esta nova procissão da Igreja se deve à participação das bases católicas, inseridas nas realidades de injustiça e, que levarão o episcopado a se inserir através dos projetos sociais no início de século XX, por meio da AC inseridos em projetos de desenvolvimento em parceria com o Estado. A Igreja deixa de lado, à sombra do Estado, que de acordo com as novas circunstâncias políticas, a Igreja tem optado pelas grandes massas populares e se posiciona criticamente perante o Estado Militar, que, neste caso, é repressor e antipopular, se inserindo nas realidades sociais através de um discurso de cunho político-religioso. Este processo parte do contexto histórico onde está a gênese do que levou a criação da CF e como a Igreja se utiliza da CF como estratégia pastoral para transmitir seus ensinamentos aos fiéis, na medida em que se atualiza através dos documentos conciliares e do episcopado latino-americano, e desta forma se adaptar as exigências da sociedade em constantes mudanças. Será a CF de 1978 que apresenta às mudanças e tensões entre as relações Igreja Católica e Estado em relação a questão operária do período da Ditadura militar.

Palavras-Chave: Igreja Católica, Estado, Modelo Econômico, Trabalho, Desemprego, Campanha da Fraternidade.



## Abstract

This study aimed to investigate the Campanhas da Fraternidade where the speech of Catholic Church in Brazil is expressed on the issue of labor, knowing that the CF is a communication tool that generates juncture between the faithful ones and the Catholic hierarchy. Understanding and studying the speech promulgated within the CFs that express the position of the Church regarding the issue of labor and unemployment through the CF of 1978, which addressed the theme as "Fraternity in the world of labor", presents the reality of the relationship between Church, State and world of labor. This CF presents the labor reality that operated at the time of the military regime and the positioning of the Catholic Church, which through this CF, presents in an ambiguous way. Our hypothesis break part from the traditional relations between Church and State, which come out from collaborative relationships and influences, to keep itself in the public scene. This new Church procession is due to participation of Catholic bases inserted in the realities of injustice, and that will lead the episcopate to insert through social projects at the beginning of the 20th century, through the BC entered into development projects in partnership with the State. The Church misses, in the shadow of the State, in accordance with the new political circumstances, and has chosen to be close of the large masses and is positioned critically before the Military State, which in this case is unpopular and repressive, entering in the social realities through a speech of politico-religious slant. This process is originated from the historical context where the genesis of what led to the creation of CF and how the Church uses the CF as pastoral strategy to transmit his teachings to the faithful ones, to the extent that updates through the Council documents and of the Latin American episcopate, and thus adapt the requirements of the fast changing society. It is the CF of 1978 which features changes and intention between the Catholic Church and State relations regarding the issue would operate from the period of military dictatorship.

Keywords: Church, State, Economic Model, Labor, Unemployment, Campanha da Fraternidade.

## Lista de Abreviaturas

- AA. *Apostolicam Actuositatem, Decreto sobre o Apostolado dos Leigos – Concílio Vaticano II.*
- AC. *Ação Católica.*
- ACB. *Ação Católica Brasileira.*
- AG. *Ad Gentes, Decreto sobre a Atividade Missionária da Igreja – Concílio Vaticano II.*
- AI. *Ato Institucional.*
- AIB. *Ação Integralista Brasileira.*
- ALB. *Aliança Nacional Libertadora.*
- ARENA. *Aliança Renovadora Nacional.*
- CBJP. *Comissão Brasileira de Justiça e Paz.*
- CEBs. *Comunidades Eclesiais de Base.*
- CEFEP. *Centro Nacional de Fé e Política “Dom Hélder Câmara.”*
- CELAM. *Conselho Episcopal Latino-Americano e Caribenho.*
- CEP. *Comissão Episcopal de Pastoral.*
- CF. *Campanha da Fraternidade.*
- ChL. *Christifi deles Laici, Exortação Apostólica Pós-Sinodal do Papa João Paulo II sobre a vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo.*
- CIgC. *Catecismo da Igreja Católica.*
- CIMI. *Conselho Indigenista Missionário.*
- CNBB. *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.*
- CNLB. *Conselho Nacional do Laicato do Brasil.*
- CNP. *Comissão Nacional dos Presbíteros.*
- CONCEP. *Conselho Episcopal de Pastoral.*
- CPO. *Comissão de Pastoral Operária.*

CPP. *Conselho Pastoral dos Pescadores.*

CPT. *Comissão Pastoral da Terra.*

CRB. *Conferência dos Religiosos do Brasil.*

CRS. *Catholic Relief Service.*

CV. *Caritas in Veritate, Carta Encíclica do Papa Bento XVI sobre o Desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade.*

DAp. *Documento de Aparecida, V Conferência do Episcopado Latino-americano e Caribenho.*

DGAE. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil.*

DMp. *Documento de Medellín, II Conferência do Episcopado Latino-americano.*

DPP. *Documento de Puebla, III Conferência do Episcopado Latino-americano.*

DSN. *Doutrina de Segurança Nacional.*

EM. *Evangelii Nuntiandi, Exortação Apostólica de Paulo VI sobre a Evangelização no mundo contemporâneo.*

GS. *Gaudium et Spes, Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo atual Concílio Vaticano II.*

HAC. *Homens da Ação Católica.*

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.*

IBRADES. *Instituto Brasileiro de Desenvolvimento.*

IM. *Inter Marifica.*

J.F.C. *Juventude Feminina Católica.*

JAC. *Juventude Agrária Católica.*

JEC. *Juventude Escolar Católica.*

JEC. *Juventude Estudantil Católica.*

JK. *Juscelino Kubitschek.*

JMC. *Juventude Masculina Católica.*

JOC. *Juventude Operária Católica.*

JUC. *Juventude Universitária Católica.*

LEC. *Liga Eleitoral Católica.*

LG. *Lumen Gentium, Constituição Dogmática sobre a Igreja – Concílio Vaticano II.*

MCV. *Movimento Do Custo de Vida.*

MEB. *Movimento de Educação de Base.*

MM. *Mater et Magistra, Encíclica do Papa João XXIII sobre Evolução da Questão Social à Luz da Doutrina Cristã.*

MN. *Movimento de Natal.*

MRE. *Movimento de Renovação Espiritual.*

P.O. *Pastoral Operaria.*

PE. *Plano de Emergência.*

PMDB. *Partido do Movimento Democrático Brasileiro.*

PP. *Populorum Progressio.*

PPC. *Plano de Pastoral de Conjunto.*

PT. *Pacem in Terris, Encíclica do Papa João XXIII sobre a Paz de todos os povos na base da verdade, justiça, caridade e liberdade.*

QA. *Quadragesimo Anno.*

RH. *Redemptor Hominis, Encíclica do Papa João Paulo II sobre o Redentor do Homem, Jesus Cristo.*

RN. *Rerum Novarum.*

S.A.A.S. *Secretariado Diocesano de Ação Social.*

SAC. *Senhoras da Ação Católica.*

SAR. *Serviço de Assistência Rural.*

SC. *Sacrosanctum Concilium, Constituição sobre a Sagrada Liturgia – Concílio Vaticano II.*

SNAS. *Secretaria nacional da Ação Social.*

SUDENE. *Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.*

TDL. *Teologia da Libertação*

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	<b>21</b>
1. GÊNESE DAS CAMPANHAS DA FRATERNIDADE	22
1.1 CONTEXTO HISTÓRICO, POLÍTICO E ECLESIAL DO BRASIL DOS ANOS 30 AOS ANOS 50	22
1.2 MOVIMENTOS QUE INFLUENCIARAM, NA DÉCADA DE 1950, A IGREJA E O NORDESTE DO BRASIL	32
1.2.1 Ação Católica Brasileira (ACB)	32
1.2.2 A Juventude Operária Católica (JOC)	34
1.2.3 Movimento de Educação de Base (MEB)	36
1.2.4 O movimento de Natal	38
1.2.5 DOM HÉLDER CÂMARA	42
1.2.6 NÍSIA FLORESTA E A PRIMEIRA CAMPANHA DA FRATERNIDADE	48
<b>CAPÍTULO II</b>	<b>51</b>
2.1 QUE É A CAMPANHA DA FRATERNIDADE (CF)	51
2.2 ORIGEM DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE	53
2.2.1 Etapas da Campanha da Fraternidade	58
2.2.2 Execução e composição da CF	61
2.2.3 As fases da CF e o Planejamento Pastoral	67
<b>CAPÍTULO III</b>	<b>80</b>
3.1. CONTEXTO HISTÓRICO POLÍTICO-SOCIAL DA IGREJA NO BRASIL NA DÉCADA DE 1960	80
3.2. CONTEXTO HISTÓRICO DA IGREJA DURANTE A DITADURA MILITAR	85
3.3 CAMPANHA DA FRATERNIDADE DE 1978	96
<b>Conclusões</b>	<b>122</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>126</b>
<b>Anexos</b>	<b>130</b>

## Introdução

Esta pesquisa tem como eixo a transcendentalidade dos fatores que envolvem a realidade do trabalho e as suas consequências na ausência do mesmo que geram uma realidade que atinge a dignidade humana. Ao ter em conta o objetivo desta dissertação, trabalho e desemprego, e demonstrar como é um fator que envolve a realidade humana na sua realização como pessoa, que na transformação da natureza gera transformação no homem, que na interação do ser humano com a natureza acontece uma reação recíproca de geração de um novo homem, e uma nova criação. Quando este processo de transformação não acontece, o homem se afasta da sua construção como ser digno e é posto numa realidade de alienação pela exploração dos sistemas de produção é abandonado numa situação de marginalidade.

O trabalho é uma dimensão que integra a vida do ser humano não só nele, mas também no seu entorno e na família, que, por sua vez, integra a sociedade. O trabalho está imerso dentro das relações sociais, culturais, econômicas, políticas e religiosas, entre outras, sabendo que através do trabalho o ser humano se constrói e sustenta.

A tradição bíblica também apresenta uma visão do trabalho, mediante a qual Deus se revela perante as realidades do mundo do trabalho. A dimensão *transcendente*, que é compreendida dentro da tradição judaico-cristã representa uma identidade com o criador; quando ao trabalhar, o ser humano se dignifica, se constrói. A realidade do trabalho representa uma das formas mediante a qual Deus se manifesta: o trabalho como um chamado (Gn 1,27-28)<sup>1</sup> e, logo, desfigurado pelo pecado, passa a ter conotação de condenação (Gn 3,17-19)<sup>2</sup>. Desta forma o ser humano adquire uma vocação.

A Igreja Católica preocupada com a realidade do trabalho elabora a DSI (Doutrina Social da Igreja) no fim do século XIX. Após o nascimento da sociedade industrial, instaurou-se uma nova cultura do trabalho, o mercado, dentro da economia política, gera uma nova forma de compreensão das dinâmicas

---

<sup>1</sup>(Gênesis 1.27,28) E criou Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou. E Deus os abençoou, e Deus lhes disse: Frutificai e multiplicai-vos, e enchei a terra, e sujeitai-a; e dominai sobre os peixes do mar e sobre as aves dos céus, e sobre todo o animal que se move sobre a terra.

<sup>2</sup>(Gênesis 3.17-19) E a Adão disse: Porquanto deste ouvidos à voz de tua mulher, e comeste da árvore de que te ordenei, dizendo: Não comerás dela, maldita é a terra por causa de ti; com dor comerás dela todos os dias da tua vida. Espinhos, e cardos também, te produzirá; e comerás a erva do campo. No suor do teu rosto comerás o teu pão, até que te tornes à terra; porque dela foste tomado; porquanto és pó e em pó te tornarás.

sociais. A liberação do trabalho passa a denominar de emprego a todo tipo de atividade realizada em troca de dinheiro.

Estão dadas as bases que possibilitam o passo à constituição da civilização do trabalho que emerge com firmeza na revolução industrial. A característica fundamental desta grande revolução de se criar uma economia do trabalho. Na medida em que a produção industrial se faz mais complexa, eram mais numerosos os elementos da industrialização cuja previsão era necessário garantir.<< de entre eles, três eram pressuposto, de uma importância primordial: o trabalho, a terra e o dinheiro>>. Estes elementos deveriam estar disponíveis para serem comprados como qualquer outra mercadoria. (GASDA, 2011, p. 105)

O modelo capitalista tornou-se cada vez mais centralizador, priorizando o acúmulo de bens e de lucros. O trabalho, ao se converter em mercadoria ficou vulnerável à exploração, à precarização das condições em que se desenvolve o trabalho. O capitalismo terá como expressão o desenvolvimento da produção que será sinônimo de progresso, mas neste progresso o modelo econômico é excludente já que as grandes massas operárias estão nas margens do processo. Esta nova cultura conglomerava grandes grupos humanos, na formação dos centros industriais que darão lugar a moradias precárias. Por outro lado, o socialismo reflete sobre o modelo liberal indo na contramão do capitalismo ao apontar a coletivização dos meios de produção, sem distinção de classes sociais.

No século XX, as tensões continuam dentro da sociedade: a primeira e segunda Guerra Mundial, a crise econômica, geram um ambiente econômico instável, o fascismo, o nazismo e o comunismo. A Igreja em 1931 celebra 40 anos da carta encíclica *Rerum Novarum* (1891) e retoma a situação dos operários e avança exigindo reformas profundas na linha da ordem proposta pelo evangelho, e, se dirigindo ao sistema capitalista, afirma que a concorrência não pode reger e normatizar a economia e a ordem.

No entanto, todo direito de propriedade somente tem eficácia quando os trabalhadores também podem ascender a ele. A solução da questão social será resolvida com a garantia do direito de produção a todos, isto é, que “as riquezas nas mãos dos ricos, e com suficiente largueza se distribuam pelos operários; [...] para que aumentem seus haveres, aumentem e bem administrados provejam os encargos da família”. (GASDA, 2011, p. 75)

Após a segunda guerra mundial no processo de recuperação e reconstrução da Europa arrasada, os centros econômicos mudaram de lugar, saindo da Europa, para América do Norte. Enquanto os Estados Unidos investiam na reconstrução da Europa, o mundo se dividia em dois blocos um comunista e o outro capitalista.

Durante a guerra fria, a Igreja está dentro de uma nova época de grandes mudanças. Nos 70 anos da encíclica RN (Rerum Novarum), o papa João XXIII lança a encíclica MM (Mater et Magistra). Em 1961, neste cenário, há uma maior preocupação com os problemas sociais como decorrência dos modelos econômicos. A encíclica MM não se preocupa com uma normatividade moralista, a causa operária é contextualizada dentro das realidades do mundo desta época; o Papa João XXIII, pela MM, faz o eixo central da encíclica o trabalho, já que é através do trabalho que se realiza a justa distribuição social, que permite a participação na construção de uma sociedade justa.

O Pontífice considera que o direito a propriedade conecta diretamente com a dignidade humana. A forma de preservar a dignidade do trabalho é garantir seus direitos e também uma remuneração que assegure tal dignidade. << A justiça e a equidade exigem que, mantendo a salvo o bem comum, se incrementa também a retribuição do trabalho, o qual permitira aos trabalhadores poupar com maior facilidade e formar-se assim um patrimônio... O caráter natural do direito de propriedade, que acha na fecundidade do trabalho a fonte perpetua da sua eficácia, constitui ademais um meio eficiente para garantir a dignidade humana...>> (MM,112).(GASSDA, 2011, p. 117)

Em abril de 1963, é promulgada a carta encíclica “Pacem in Terris” que tem como eixo a liberdade na caridade e na justiça. O Papa João XXIII apresenta o trabalho como um direito econômico e social o qual pertence a todo homem. Este documento reconhece a luta pelos direitos ao trabalho, o pronunciamento das classes operárias por políticas que garantam o direito de ter um trabalho que seja digno. Serão estas cartas encíclicas que nortearão o discurso social da Igreja nos manuais da Campanha da Fraternidade.

Esta pesquisa está focada em dois elementos que são fundamentais nas realidades da construção de toda sociedade contemporânea: o trabalho e o desemprego. O contexto histórico em que ela está inserida é a realidade da história do Brasil no período da ditadura militar de 1964-1985 e a atualização da Igreja no Brasil pelo Vaticano II. Neste sentido, apresenta-se uma posição específica de Igreja Latino-Americana, que na medida da sua ação, foi-se fortalecendo na sua estrutura hierárquica e nas suas bases que através dos documentos de Medellín e Puebla, terá uma nova identidade e missão dentro das realidades da sociedade.

Por isso, este estudo tem a sua importância ao identificar o posicionamento da Igreja, que nas suas diretrizes pastorais e na sua doutrina, exige posturas que velem pelo bem estar e integralidade da pessoa humana. O estudo tem como fundamento refletir os manuais das Campanhas da Fraternidade e, assim, mapear os elementos e os contextos que influenciaram o deslocamento da Igreja militante de oposição à ditadura e até a adotar uma posição de assistencialismo perante as realidades do trabalho e o desemprego dentro do contexto da redemocratização e neoliberalismo.



No decorrer dos meus estudos na área das ciências humanas, tive a oportunidade de conhecer a influência que tem a Igreja Católica na América-latina, em especial como a Igreja do continente desenvolveu um discurso que é transmitido através da práxis concreta de certos setores que a compõem. Na minha realidade de ser colombiano dentro de uma cultura marcada por uma Igreja conservadora representada pelo então cardeal Alfonso López Trujillo; tal contexto despertou meu interesse, de como na Colômbia surgiram movimentos da Teologia da Libertação<sup>3</sup> inspirados no padre Camilo Torres, que mostraram um caminho a ser percorrido dentro da Igreja Católica na América-latina. Academicamente e dentro da minha participação nas atividades pastorais na Colômbia e na Argentina, deparei-me com a realidade avessa aquele caminho que havia estudado; encontrei líderes comunitários que me apresentaram a militância na trilha do compromisso social com a espiritualidade própria da TDL.

Na minha chegada ao Brasil, esperei encontrar a teologia da libertação no exemplo dos Bispos militantes brasileiros que tinha lido nas bibliotecas e, tendo-os encontrado aposentados, me perguntei, onde estará o caminho a seguir?

Encontrei a resposta novamente nas lideranças comunitárias que, além de enfrentar as injustiças sociais, tinham que enfrentar uma teologia e uma eclesiologia que mitificou o rito e desencarnou o compromisso. Foi através das lideranças e junto com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)<sup>4</sup> que encontrei o caminho a seguir.

Dentro desta experiência encontrei nas CEBs meu interesse pelo tema, em especial, a realidade social das comunidades em que participei me instigou pesquisar a relação da Igreja com a classe operária já que era justamente essa relação que havia gerado uma das maiores expressões de militância em prol da justiça social. No projeto apresentado ao programa expus este interesse em estudar e aprofundar os estudos sobre a relação igreja e a questão do trabalho e o desemprego expressa nas Campanhas da Fraternidade.

---

<sup>3</sup>Teologia da libertação (TDL) nasceu ouvindo o grito do oprimido. Elaborou-se a partir de uma prática com os oprimidos, para que, organizados e junto com eles, descobrissem caminhos da libertação para não precisar mais gritar. Os primeiros a escutar esse grito foram os setores importantes das várias igrejas latino-americanas que entenderam que a questão do pobre pertence à essência da mensagem de Jesus e da evangelização. Elas fizeram uma opção pelos pobres contra a pobreza e a favor da sua vida e da justiça social. Organizaram práticas cujos sujeitos eram os próprios pobres.

<sup>4</sup>CEBs: As comunidades eclesiais de base geralmente são constituídas por 15-20 famílias. Uma ou duas vezes por semana se reúnem para ouvir a palavra de Deus, pôr em comum seus problemas e resolvê-los inspirados pelo evangelho. Eles fazem os comentários bíblicos, inventam suas orações e decidem comunitariamente, sob a coordenação de alguém nas tarefas que devem executar. Depois de séculos de silêncio, o Povo de Deus toma a palavra; não é só um freguês da sua paróquia; é portador de valores eclesiológicos; reinventa, concretamente, a igreja de Deus no seu sentido histórico real.

Meu objeto de pesquisa são as Campanhas da Fraternidade porque é por elas que encontro a expressão do discurso da Igreja que aborda a questão do mundo operário, sabendo que a CF é um instrumento de comunicação que gera articulação entre os fiéis e a hierarquia da Igreja no Brasil. Compreender e estudar este discurso impresso dentro das CFs que expressam a posição da Igreja no que diz respeito à questão do trabalho e desemprego. Meu foco será a CF de 1978, que teve como tema “Fraternidade No Mundo Do Trabalho” e o lema “Trabalho e Justiça para Todos” que apresenta a realidade das relações entre Igreja, Estado e mundo do trabalho. Esta CF apresenta a realidade do mundo do trabalho durante o regime militar e o posicionamento da Igreja Católica, na década dos anos de 1970.

Para poder abordar nosso objeto de estudo será necessário enfrentar varias questões como: De onde surge a CF? Logo, será necessário entender o que é a CF, como esta se constitui? E após ter entendido o que é e como funciona a CF, será necessário entender como a Igreja apresenta seu discurso político-religioso sobre a realidade do mundo do trabalho na CF-78?

Para dar conta das questões enunciadas foi necessário dividir a dissertação em três capítulos: no primeiro capítulo compreender de onde surgiu a CF, em que contexto está a sua gênese no âmbito eclesial, político, econômico, e da história da Igreja Católica no Brasil; no segundo capítulo após ter contextualizado a gênese da CF apresento o funcionamento da CF, tentando contextualizar a sua influência dentro do âmbito religioso e civil; e, por fim, no terceiro capítulo apresento de que maneira o discurso da Igreja Católica está inserido dentro do contexto socioeconômico e político do Brasil no período da ditadura militar expressa na CF-78.

Após ter realizado uma pesquisa sobre a questão do trabalho e o desemprego, utilizando como filtro de pesquisa as Campanhas da Fraternidade tenho encontrado no estado da arte grandes passos na questão dos discursos das campanhas em aspectos tais como: o livro de Eli Araújo (2000) que faz um resumo de todas as Campanhas e de como elas começaram, assim como transcrição de entrevistas com bispos e leigos sobre a importância desses documentos. Dentro da pesquisa sobre a Campanha da Fraternidade, tem-se desenvolvido trabalhos de pesquisa nas áreas de história, ciências sociais, economia, trabalho social, teologia e pedagogia, entre estas pesquisas que abordam a questão social do discurso da Igreja há trabalhos como: Ana Paula de Matos, *A Doutrina Católica E Sua Aplicação: Campanhas Da Fraternidade E A Questão Da Terra*, nesta dissertação abordam-se a CF dentro da História através do tema da terra; uma tese de doutorado que trabalha a eclesiologia da CF realizada por Pedro Adalberto Vanzella, *Campanha da Fraternidade: A Igreja do Brasil a Serviço da Vida*. Na área da teologia, outro trabalho que aborda a questão

da inserção da Igreja em movimentos populares foi realizado por Vitor Barletta Machado, com o tema *Agente Religioso, Motivação Política*. Na área de sociologia, aborda-se a questão dos sindicatos dentro do meu recorte cronológico; Larissa Rosa Corrêa em *Disseram Que Voltei Americanizado: (1964-1978) Relações Sindicais Brasil-Estados Unidos Na Ditadura Civil Militar*, na Universidade de Campinas. Há um trabalho de pesquisa que aborda a questão social na dinâmica da fraternidade em uma perspectiva histórica tendo com título "*Fraternidade No Mundo Do Trabalho*": *Apontamentos Para O discurso Católico Sobre A Questão Social Nas Campanhas Da Fraternidade* realizado por Vanessa de Vasconcelos.

A Igreja Católica no Brasil, dentro da sua historia de relações com o Estado, está marcada significativamente por alianças, as quais são o reflexo das relações entre as duas instituições, tais como colaboração, conflito, oposição, reconciliação. A Igreja tem mantido no percurso do tempo a necessidade de sustentar um modelo de Igreja de participação dentro das estruturas sociais, sentindo que não conseguirá levar sua missão a cabo se não estiver atrelada às estruturas do Estado.

A minha hipótese parte da ruptura desta dinâmica tradicional, que sai das relações de colaboração e influência, para se manter na cena pública. Esta nova posição da Igreja se deve à participação das bases católicas, inseridas nas realidades de injustiça, que levarão o episcopado a se inserir através dos projetos sociais no início de século XX, por meio de grupos como: AC, JOC, JUC em projetos como o MEB, Movimento de Natal. A Igreja deixa de lado à sombra do Estado, que de acordo com as novas circunstâncias políticas a Igreja, tem optado pelas grandes massas populares e se posiciona criticamente perante o Estado do regime Militar, que, neste caso, é repressor e antipopular. A Igreja se insere nas realidades sociais através de um discurso de cunho político religioso, durante o golpe militar, que levará a radicalização desta postura como se vê nos manuais das Campanhas da Fraternidade.

A pesquisa se estruturou da seguinte forma. Na primeira fase elaborei um levantamento da literatura, que me levou a contextualizar o ambiente sócio político-econômico em que surgiu a CF; em um segundo momento reuni uma bibliografia para me ajudar a compreender o que é a CF, como ela se constitui, como se elabora dentro das realidades eclesiais e como a CF está configurada dentro da sociedade; no terceiro momento levantei material bibliográfico para me ajudar a entender o contexto do trabalho e o desemprego dentro da realidade eclesial e da sociedade, e, assim, poder contextualizar a CF dentro do período compreendido de 1964 a 1978 dentro do regime militar no Brasil.

Através de pesquisadores como Scott Mainwaring, que examina historicamente a realidade da Igreja no Brasil de 1916 a 1985, apresentando as relações da Igreja Católica com as elites brasileiras; junto

com Roberto Romano na sua obra *Brasil Igreja contra o Estado*, que aporta elementos que ajudaram a compreender o contexto em que a Igreja e a sua política interagem perante a política do Estado que lhe outorgou um espaço influente dentro da sociedade civil. Argemiro J. Brum, que me aportou elementos para compreender os processo de desenvolvimento econômico e como este desenvolvimento influenciou a política nacional; José Oscar Beozzo aportou grande material para compreender a Igreja Católica e a sua estrutura dentro de si mesma e a sua política como instituição; Keneneth P. Serbin, através da sua pesquisa histórica de um contexto que explica a forma das relações políticas entre igreja e Estado; Lisaneos Prates que apresenta as CF desde a perspectiva teológica, e desta forma poder propor uma leitura da mensagem contida na CF.

## Capítulo I

Neste primeiro capítulo apresentamos como a Campanha da Fraternidade foi gestada no percurso da história da Igreja Católica no Brasil e, pela necessidade de adaptação às transformações do século XX compostas por mudanças econômicas, políticas e sociais, que configuram as novas ações evangelizadoras da Igreja Católica. É no seio desse processo de adaptação que surgiram as Campanhas da Fraternidade.

Apresentamos como a Igreja Católica, enquanto instituição buscou construir uma nova postura em relação à sociedade e a política brasileira e também, a sua influência nos meios operários urbanos e rurais que, naquele contexto histórico, estão se identificando com o programa político socialista. Tal fato levou uma grande parte do clero a se posicionar contra o que se popularizou em designar por *comunismo*, fazendo com que as preocupações se voltassem para os grupos mais vulneráveis os quais estariam mais abertos ao pensamento dito comunista<sup>5</sup>.

A Igreja, então, através da Ação Católica (AC), cria estratégias que influenciaram a política social do país ao inserir em suas ações grupos leigos, de jovens, universitários e operários. Dessa inserção, surgem novos mecanismos pastorais que interagiram com a realidade de profunda desigualdade social e, por meio dessas novas experiências pastorais e sociais, surgem as Campanhas da Fraternidade. Essas possuem a necessidade de gerar um mecanismo de auto sustentação pastoral a nível econômico perante a diminuição de donativos estrangeiros e programas sociais internacionais que eram administrados pela Caritas.

É a partir da experiência em Natal e Nísia Floresta, Rio Grande do Norte, que se abriram maiores espaços de participação das bases leigas formadas que abonaram o terreno pastoral da Igreja Católica no Brasil. Na metade do século XX, os bispos, dada a extensão do país e sua diversidade social e cultural, com a participação de Dom Hélder Câmara, fundam a CNBB que inicia um processo de articulação pastoral,

---

<sup>5</sup>Em primeiro lugar, a Igreja sai de uma situação anterior em que ela era acusada de ser uma instituição antiprogresso, antimodernidade. No projeto nacionalista e populista, a Igreja se engaja e atua dentro da sociedade. Ela deixa de ser uma instituição enclausurada nas sacristias, para ir para as ruas fazer campanhas. Ela ganha um espaço e um sentido de presença na sociedade, aceita esse desafio lançado pelo populismo. Ela tenta lutar contra o analfabetismo, contra a doença em campanhas de saúde, ela cria várias escolas de Serviço Social." . (BEOZZO, 1985, p. 53)

como exigência de sua atualização perante a modernidade com projetos de educação e politização nas regiões mais distantes e precárias do país.

Com o anúncio do Vaticano II, a Igreja Católica do Brasil desenvolve planos pastorais para se adaptarem às novas propostas do Concílio e a CNBB reconhece a viabilidade das Campanhas da Fraternidade e sua efetiva interação entre as bases e a hierarquia da Igreja Católica. Ao ver nas Campanhas da Fraternidade uma estratégia pastoral para a implementação dos ensinamentos do Vaticano II, instituem *planos de emergência* e *planos pastorais de conjunto*. Essa experiência quaresmal funcionou como meio de transmissão dos ensinamentos da doutrina social da Igreja Católica no Brasil. Desta maneira, os bispos reunidos em Roma durante o Concílio deram o aval para a nacionalização deste novo instrumento de evangelização que são as Campanhas da Fraternidade.

## 1. GÊNESE DAS CAMPANHAS DA FRATERNIDADE

### 1.1 Contexto histórico, político e eclesial do Brasil dos anos 30 aos anos 50.

O contexto histórico do século XX foi marcado por duas Guerras Mundiais, as quais se caracterizaram pela necessidade de emancipação econômica e política e pelo anseio de desenvolvimento, junto com o espírito nacionalista, gerador de um ambiente de grande tensão entre as dinâmicas de desenvolvimento capitalista e uma sociedade que exigia mais participação no âmbito político. No período entre as guerras, uma grande depressão econômica viria a confirmar a inviabilidade do vigente sistema capitalista, somando-se a isso, a inconformidade de vários setores de produção tanto urbana como rural. Realidade que desvirtuava a democracia liberal principalmente na Europa que não conseguia manter a ordem social, e não vislumbrava alternativas para superar a ortodoxia econômica, a qual se baseava no equilíbrio orçamentário ajustando a economia e os salários o que afetava as classes trabalhadoras.

A consequência do declínio da atividade econômica norte-americana para o conjunto da economia internacional foi grave. Os EUA eram a principal economia da época: em 1929,

abarcavam 43,3% da produção manufatureira mundial e, embora fosse uma economia bastante fechada, era o segundo importador em todo o mundo. Além disso, tinham se tornado o mais importante centro financeiro. (CORSI, 2000, p. 22)

A crise atingiu não só a produção industrial em seu conjunto, mas também a classe trabalhadora. O desemprego levou as grandes massas operárias a viverem na miséria; pois não havia empregos no mercado de trabalho britânico, belgo, sueco, americano, austríaco, norueguês, dinamarquês e alemão. Nesta fase, a classe operária inicia a tomada de consciência da sua realidade, do seu papel dentro do Estado e de sua função na economia, começando assim uma participação política à procura de uma saída para mudar a realidade da sua condição.

Na mesma época no Brasil, a preocupação estava na atualização política da economia, pois a oligarquia nacional mantinha o controle da exportação agrícola, fazendo com que após a queda do preço do café nos mercados internacionais e a baixa na entrada de divisas no país, gerasse instabilidade nos mercados subdesenvolvidos que dependiam da capacidade de compra por parte das economias industrializadas, as quais consumiam sua produção agrícola. Esta situação ocorria em toda América Latina, já que os países desenvolvidos exerciam a sua influência político-econômica nos países em via de desenvolvimento. Neste sentido, para Luís Corsi,

a relativa desarticulação da economia mundial colocava em questão o papel dos exportadores de produtos primários dos países latino-americanos. Nesse novo contexto, as economias da região eram impedidas de se fechar de maneira crescente sobre si mesma e buscar saídas próprias para a situação. (CORSI, 2000, p. 35).

No governo do presidente Washington Luiz (1926-1930), a preocupação por manter a estabilidade cambial gerou um profundo desequilíbrio que atingiu toda a sociedade brasileira. Em 1929, o Brasil era herdeiro da política republicana, modelo ultrapassado para um período que exigia mudanças ainda que os grandes ruralistas resistissem a abrir mão dessa política, uma vez que, eles eram a base econômica do país ao manter a capitalização através do campo.

Nas cidades, os centros industriais eram constituídos por uma força de trabalho que,

No contexto inicial da industrialização (começo do século até os anos 30) a situação da classe trabalhadora era semelhante à vida em Manchester na primeira Revolução Industrial. Mulheres e crianças eram colocadas diante das fiações mecânicas e obrigadas a aceitar, sem discussão, os salários oferecidos e ainda manifestar gratidão ao proprietário. As condições de trabalho eram primitivas e perigosas. Trabalhava-se, em regra geral, dez ou onze horas por dia e seis dias por semana. A classe trabalhadora era fragmentada pelo regionalismo, pela língua e pela raça. Parte considerável da força de trabalho vinha do campo, inclusive a europeia e, portanto buscava muito, mas um protetor do que a solidariedade operária. (CNBB, 1991, p. 45)).

Naquela época o país se urbanizava, e nas grandes cidades surgiam grandes centros de pensamento político composto por uma nova elite de intelectuais e um grande número de operários que se

manifestavam contra a política tradicional constituída em grande parte por oligarcas, os quais não conseguiam acompanhar o ritmo da economia mundial. O presidente Washington, iniciou uma aliança com o candidato Júlio Prestes, candidatura que desafiava a tradição dos latifundiários paulistas e mineiros que se alternavam na presidência<sup>6</sup>. Em contrapartida a oposição incomodada, monta uma chapa composta por mineiros e gaúchos, entre eles Getúlio Vargas, que constituiriam a chamada Aliança Liberal que propunha um desenvolvimento nacional, uma legislação trabalhista e a instituição do voto secreto.

As forças militares favoráveis às mudanças no poder reprimiram os focos de resistência, gerando, assim, um ambiente propício para que Getúlio Vargas fosse reconhecido como dirigente do país de novembro de 1930 até 1945. Após ter enfrentado grandes desafios para assumir a posse como presidente, Vargas, em meio à negociações, administraria o país gerando uma transição de uma sociedade de latifundiários agrários exportadores para uma proposta de desenvolvimento industrial urbana que contraditoriamente faria concessões com os latifundiários. Assim, Vargas:

[...] com o apoio da maioria do exército, submetera a revolução constitucionalista, de 1932, em São Paulo, a adesões em outros estados; desbaratara a (Intentona Comunista), de novembro de 1935, que tenta depô-lo; dará o golpe que institui a ditadura do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, e, ainda controlara a tentativa armada dos integralistas de Plínio Salgado, que busca o poder em março/maio de 1938. (BRUM, 1982, p. 42)

Por outro lado a Ação Integralista Brasileira (ALB), fundada em 1932, tem como novidade ser a melhor força política organizada do país de conteúdo nacionalista com alinhamentos nazifascistas, conformados por representantes de todos os estratos da classe média da sociedade urbana, conjuntamente com as classes médias rurais, em sua grande maioria migrantes europeus situados na região sul do país.

Neste momento, a Igreja no Brasil, após sofrer um longo período de repressões impostas pela monarquia, inicia sua recuperação no começo da primeira república, quando o governo deu liberdade a instituição religiosa para se reorganizar com o apoio do Vaticano. Assim, a reforma da Igreja no Brasil veio através de uma ideologia neocristã, tendo como objetivo a ampliação do papel da Igreja na vida política do Estado.

A influência da Igreja chegou a todas as instituições do Estado, como foi o caso das Forças Militares, sendo parte ativa do dia-a-dia do exército celebrando missas, batismos, entre outras atividades. A

---

<sup>6</sup> Nos primeiros quatro séculos, o poder político foi controlado exclusivamente pela aristocracia rural. Na Primeira República (1889-1930), as oligarquias rurais do café, do açúcar, do gado, etc. monopolizam o poder através de dois partidos republicanos estaduais e dos chefes políticos que recorrem a fraude eleitoral e as intervenções militares nos estados, sempre que lhes convém, para controlar o poder e o regime de acordo com seus interesses os <<coronéis>>, que controlam a política social, a nível de município e se articulam com as oligarquias estaduais, são o eixo político nesta fase. O coronelismo é marca política fundamental da Primeira República. E a <<política-do-café-com-leite>>, aliança das oligarquias de São Paulo e de Minas Gerais, controla o Governo federal. (BRUM, 1982, p. 40)



Irmandade da Santa Cruz dos militares do Rio de Janeiro recebeu em 1923 por parte do Papa Pio XI uma bênção, afiliando-a a uma basílica em Roma. De outro lado, Dom Leme (Arcebispo de Olinda, Recife, 1916-21, e, mais tarde, Arcebispo do Rio de Janeiro, 1930-40). Em 1930, após a sua intervenção na destituição pacífica do presidente Washington Luiz, Dom Leme recebeu o título de soldado da pátria, reconhecimento feito pelas Forças Militares. Fato que marcou a história da Igreja na sua participação política.

Nesta época, o Estado dirigido por Getúlio Vargas encontrava-se com uma nova administração, na qual a Igreja ocupou espaço de participação política, tendo Dom Leme influenciado diretamente no reconhecimento do Estado e da Igreja, ao ponto de:

[...] a Igreja e o estado estabeleceram um pacto informal de cooperação. Referindo-se a acordos formais, ou concordatas, que a Igreja assinara com outros países, um bispo descreveu o pacto brasileiro como uma “concordata moral”. A Igreja, na prática, reconquista sua condição de religião oficial. Essa foi uma conquista extraordinária, em comparação com os casos de países como México, Chile, Cuba e França, onde a Igreja não conseguiu entrar novamente no domínio público depois de ter sido excluída. (SERBIN, 2001, p. 82)

Na esfera internacional, a Igreja no final do século XIX atravessava um momento difícil; a instituição religiosa tinha enfrentado as doutrinas socialistas do fim do século, após os estragos causados pelo modelo econômico capitalista caracterizados pela exploração da força de trabalho, quantificados pelo lucro; a Revolução Industrial só fez aumentar a exploração através da relação capital e trabalho, ambiente no qual a Igreja perdeu a classe operária; como resposta a Igreja elaborou uma saída para o problema da causa operária, dedicando-lhe uma longa encíclica: O Papa Leão XIII, em contra partida à publicação dos manuscritos filosóficos de 1844 de Karl Marx e, na Alemanha em 1867, a uma série de textos que alimentavam revoluções em favor das classes operárias, publicou em 1891 a encíclica *Rerum novarum*:

Leão XIII (1878 – 1903), Na *Rerum novarum*, sistematizou muitos elementos dos seus contemporâneos que haviam reagido às consequências da Revolução Industrial. A *Rerum novarum* é, de certa forma, o culminar de uma consciência eclesial sobre a miséria social e moral imposta aos operários, e também uma reflexão sobre as mudanças da sociedade ocidental. Nesse sentido, o documento não só marca o início da DSI, mais também é o resultado de um trabalho que recebeu a contribuição de vários personagens. (GASGA, 2011, p. 67).

O elemento inspirador deste documento foi a condição da classe operária produto da Revolução Industrial, tratando da questão social num contexto em que na Europa Oriental e Central, por volta de 1848, estavam surgindo revoluções. A Igreja para fazer frente às alternativas socialistas defende a propriedade privada e condena a luta de classes. Para a Igreja é a realidade social uma consequência das dinâmicas instituídas pela ordem natural estabelecida por Deus. O direito natural argumentaria a favor da existência tanto da autoridade como da propriedade privada, que é estabelecida pela relação do homem com o Estado: o homem é anterior ao Estado, o direito de ter bens individuais não é consequência da lei, mas sim da

natureza, reconhece o trabalho como a única fonte para obter o necessário para a vida. Portanto, diante dos problemas de desigualdade social, a Igreja entende que possui o direito de participar na solução dos problemas sociais, justificando a sua posição como mediadora no ambiente capitalista, opondo-se ao socialismo e à luta de classes. Tema este, que foi abordado no numeral 9 da *Renrum novarum* justificando que:

O primeiro princípio a pôr em evidência é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível. É, sem dúvida, isto o que desejam os Socialistas; mas contra a natureza todos os esforços são vãos. Foi ela, realmente, que estabeleceu entre os homens diferenças tão múltiplas como profundas; diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde, de força; diferenças necessárias, de onde nasce espontaneamente a desigualdade das condições. Esta desigualdade, por outro lado, reverte em proveito de todos, tanto da sociedade como dos indivíduos; porque a vida social requer um organismo muito variado e funções muito diversas, e o que leva precisamente os homens a partilharem estas funções é, principalmente, a diferença das suas respectivas condições (LEÃO XIII, 1981, p. 9).

Quarenta anos depois, no dia 15 de maio de 1931, o Papa Pio XI publicou a carta encíclica *Quadragesimo Anno*. Encíclica de cunho anticomunista que propõe a restauração da ordem social, atualização da doutrina social da Igreja para dar resposta às novas realidades do mundo operário a partir da filosofia tomista<sup>7</sup> que dará continuidade aos pensamentos de seu antecessor, Leão XIII apresentando duas correntes do socialismo, uma de linha comunista, denominada violenta a partir da revolução bolchevique; e outra vertente é a socialista moderna que compartilha os princípios cristãos. Segundo Samuel Silva:

[...] nesta etapa do desenvolvimento teórico da Igreja, também não poderia haver diálogo entre cristãos e marxistas. Como dissemos, para o tomismo, a história é um acidente com relação à essência. Para o marxismo, a história é tudo. O homem não tem essência, tem história. Nesta etapa da história o cristianismo e o marxismo falam dois idiomas diferentes e intraduzíveis. Uma epistemologia leva à política da conservação e a outra à da transformação. (GOTAY, 1985, p. 33).

No Brasil surgiu um movimento no seio da Igreja Católica com ares de renovação denominado Movimento de Renovação Espiritual que, no ano de 1922 dará lugar à fundação do Centro de estudos Dom Vital junto com uma revista intitulada *A Ordem* que se preocupava com a evangelização no Brasil e, mais especificamente, com a formação de intelectuais que participassem na vida política da nação.

---

<sup>7</sup> O tomismo é a filosofia escolástica de São Tomás de Aquino (1225-1274), e que se caracteriza, sobretudo pela tentativa de conciliar o aristotelismo com o cristianismo. Procurando, assim, integrar o pensamento aristotélico e neoplatônico, aos textos da Bíblia, gerando uma filosofia do Ser, inspirada na fé, com a teologia científica. A filosofia tomista é, por excelência, a metafísica ao serviço da teologia. Aqueles que seguem este pensamento ou alguma de suas doutrinas são conhecidos por tomistas. No Concílio de Trento o tomismo ocupou lugar de honra e, a partir do papa Leão XIII, foi adotado como pensamento ou uma das correntes teológicas oficiais da Igreja Católica, senão a principal.

Esse movimento caracterizou-se pela conversão de intelectuais ao catolicismo, como Jackson Figueiredo<sup>8</sup> que mais adiante será referência ao lado do padre Leonel Franca<sup>9</sup> e Alceu Amoroso Lima<sup>10</sup>. O movimento caracterizava-se por ser progressista de linha católica, contra revolucionário. E

no campo político, sua influência se fará sentir principalmente através da *Liga Eleitoral Católica*, fundada com o objetivo de defender as reivindicações católicas na Constituição de 1934 e que vai ter relativa influência quando se reabre o processo de re-constitucionalização do país, em 1945, até, principalmente a década de 1950, apontando ao eleitorado católico os candidatos merecedores do seu voto. Também vai ser importante a influência dos militantes do movimento Renovação Espiritual nos princípios e na ação de dois partidos políticos: a Ação Integralista Brasileira e o Partido Democrata Cristão. (BRUM, 1982, p. 48)

No âmbito nacional, em 1935, há uma forte tensão entre as forças políticas, na qual os grupos de posição política de esquerda e direita entram em confronto, ambiente aproveitado por Getúlio Vargas, que representava as forças anticomunistas, para atingir a esquerda nacional reunida na Aliança Nacional Libertadora com o argumento de ameaça a integridade nacional. Este argumento é acolhido e apoiado por grupos conservadores da Igreja Católica, que viam na adesão de uma grande parte do setor operário ao marxismo-socialismo como um caminho para a desordem social, conseqüentemente ao colapso do país. Dois anos mais tarde, afirmavam-se as intenções da direita e com a premissa de evitar uma guerra civil, Getúlio Vargas deflagra o golpe de Estado e mergulha o país numa ditadura (1937-1945), período chamado de Estado Novo.

O Estado Novo de Getúlio Vargas caracterizava-se por ser composto pela elite de setores influentes da sociedade tais como grupos industriais e empresários que se configuravam na proposta corporativista uma oportunidade para manter a ordem. Estes grupos corporativos apoiaram o golpe de Getúlio Vargas e em troca exigiram maior apoio ao capital nacional, obrigando ao Estado que a nova legislação trabalhista não caísse sobre os empresários, sacrificando, assim, o princípio absoluto do contrato no nível político por meio sindicato livre.

---

<sup>8</sup>Bacharel em direito, dedicou-se à política e ao jornalismo. Seu nome é ponto de referência na história do catolicismo brasileiro como organizador do movimento católico leigo. Entre 1921 e 1922, fundou o Centro Dom Vital e a revista A Ordem, através dos quais combateu o comunismo, o liberalismo e a revolução de modo geral. A sua proposta era reunir leigos e religiosos que se dedicassem aos estudos da doutrina católica. Foi através de sua obra que o pensamento conservador, tradicionalista ou reacionário foi introduzido no Brasil.

<sup>9</sup> Leonel Edgard da Silveira Franca (São Gabriel, 6 de janeiro de 1893 — Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1948) foi um sacerdote católico e professor brasileiro. Foi membro do Conselho Nacional de Educação em 1931 e vice-reitor do Colégio Santo Inácio (Rio de Janeiro). Teve papel destacado na fundação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e foi, também, seu primeiro reitor.

<sup>10</sup> Alceu Amoroso Lima (Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1893 — Petrópolis, 14 de agosto de 1983) foi um crítico literário, professor, pensador, escritor e líder católico brasileiro. Foi Conde Romano, pela Santa Sé. Adotou o pseudônimo de Tristão de Ataíde. Tornou-se símbolo de intelectual progressista na luta contra as transgressões à lei e à censura que o regime militar após 1964 iria impor ao povo brasileiro. Denunciou pela imprensa a repressão que se abatia sobre a liberdade de pensamento em sua coluna semanal no Jornal do Brasil e na Folha de S. Paulo. Patrocinou em múltiplas ocasiões as cerimônias de formatura de estudantes de diversas especializações que rendiam tributo a sua luta constante contra os regimes de caráter autoritário.

A Consolidação das Leis de Trabalho é fruto em boa parte da assessoria de juristas católicos, que passam para a doutrina de cooperação entre patrões e operários, de tribunais de arbitragem que é a doutrina da Igreja nesse período acerca da questão operária. Ela tem duas fontes de inspiração: a *Carta do trabalho* fascista e, de outro lado, a doutrina social da igreja, expressa na encíclica *Quadragesimo Anno* de Pio XI. A encíclica propõe como modelo de regulamentação das relações entre patrões e empregados o corporativismo, porque no corporativismo não vai haver greve, não há choques conflitivos e sim colaboração. (BEOZZO, 1985, p. 52).

Este novo ambiente corporativista foi apoiado pela Igreja e por parte da sociedade, já as propostas do presidente Vargas e da Igreja compartilhavam uma recusa do ambiente de luta de classes, propondo uma doutrina corporativista que apresentava uma nova ordem social sem distinção de classes, através da participação das lideranças formadas no seio da Igreja, especificamente, no Centro Dom Vidal. Esse centro era comprometido com a formação de intelectuais católicos que participavam da vida sociopolítica do país. A Igreja tinha como política eliminar qualquer conotação de diferença de classes por um ambiente de colaboração entre profissões, gerando, assim, um discurso que apoiava uma política social, a qual reuniria todos os cidadãos na formação de corpos profissionais para colocar cada cidadão segundo a profissão que desenvolvesse e não pelo lugar que ocupa no mercado de trabalho, ou seja:

A tese da indesejabilidade de um mercado de trabalho sem o controle do estado, e sem a sanção "humanizadora" da Igreja, fez com que convergissem as ações dos católicos, numa campanha simultânea contra a democracia leiga e contra os movimentos operários estranhos à ideologia paternalista. Mas apesar da coalizão de fins estatais e religiosos, surgiram sérias rupturas entre os dois domínios. O corporativismo de Vargas visava colocar o Estado como fonte suprema da ordem social. A igreja deveria, portanto, aceitar o papel de coadjuvante no processo de centralização do poder. (ROMANO, 1979, p. 149)

Por outro lado, a Igreja não teve como exercer a vigilância social, mas teve novas possibilidades na participação nas escolas, e em outras instituições, o que havia sido negado por outros governos liberais e positivistas. O governo Vargas forneceu à Igreja um novo respiro político, afastando seus adversários liberais.

Consecutivamente, a Igreja se preocupa com seu espaço pastoral, enquanto a sua influência perante o Estado se viu ameaçada ao ter que competir o espaço com outras denominações religiosas, desta maneira, foi aumentando a tensão ao manter seus valores católicos tradicionais num ambiente questionador. No início dos primeiros anos da década de 40, a Igreja conseguiu muitos objetivos visados no ambiente nacional do Estado Novo<sup>11</sup>, cuidando para não mudar sua eclesiologia dentro da sua visão política. A Igreja

---

<sup>11</sup>Getúlio era bastante inteligente para não romper com a Igreja naquele momento. Ele mantinha os privilégios da Igreja, mas impunha-lhe silêncio. A Igreja mantém exatamente tudo o que vinha da Constituição de 1934, sem ter nada por escrito, e isso explica a profunda acomodação da Igreja diante da ditadura de 1937 a 1945. Não se tocou em nenhum dos privilégios da Igreja e, apesar de haver repressão de sindicalistas, de intelectuais e comunistas irem para a cadeia, de a Ação Católica não poder

do Brasil enfrentava uma onda de secularização que atingia sua hegemonia tradicionalista em todas as dimensões da sociedade, tanto que a:

Igreja da neocristandade modernizou as estruturas institucionais, aprofundou a sua influência e trocou sua aliança primordial com os proprietários rurais por uma aliança com a burguesia urbana e com a classe média, mas sem modificar realmente seu conteúdo. (MAINWARING, 1989, p. 53)

Em outubro de 1945, o país vivia a passagem de um Estado ditatorial para um Estado democrático, consecutivamente, o Brasil recebe em 16 de setembro de 1946 uma nova constituição. Entre suas novas regulamentações estavam: igualdade perante a lei, ausência de censura, garantia de sigilo em correspondências, a liberdade de consciência, de crença e de exercício de cultos religiosos, liberdade de associação, extinção da pena de morte e separação dos três poderes.

Na esfera institucional, meses antes da morte de Getúlio Vargas, a Igreja através do seu episcopado, segundo Matos (2003), Dom Jaime de Barros Câmara, arcebispo de Rio de Janeiro (1943-1971), lança um manifesto de teor político favorável à democracia, sob a condição de “os direitos da Igreja” serem plenamente respeitados. Segundo o documento:

Confiamos em que, em um país nascido e civilizado sob o signo da cruz, como o Brasil, as diferentes agremiações partidárias, legitimamente divididas em outros pontos, contêm em acatar a liberdade da Igreja e as reivindicações da nossa consciência religiosa, que são a da quase totalidade da sua população. É medida de alta sabedoria inspirada no desejo sincero de conservar harmonia entre o poder civil e a consciência espiritual da nação. (MATOS, 2003, p. 132)

Como nos foi apresentado na carta escrita por Dom Jaime em nome próprio e no do episcopado brasileiro, nota-se ainda resquícios de uma visão de cristandade inculcada nas quatro primeiras décadas do século XX. Tendo como eixo a herança romana conservadora de manter a concepção em ser um bloco monolítico institucional emissor de salvação através da ordem temporal. Esta imagem ordenadora das relações dos homens, atrelada ao Estado de direito Divino, apresenta-se através de um discurso doutrinário que implicitamente impunha uma hierarquia separada do laicato com o único dever de impor autoridade aos leigos, e estes com o direito único de obedecer. Em contrapartida o clima de pós-guerra exigia um ambiente de secularização e pluralismo, de novas mudanças nas estruturas tradicionais, de uma Igreja voltada quase exclusivamente para dentro, para um modelo de neocristandade, levando o corpo eclesial a repensar seu papel perante o governo e a sociedade civil.

---

funcionar satisfatoriamente, a Igreja calou-se. Aceitou a situação, porque aumentou, inclusive, seu poder social (BEOZZO, 1985, p. 52).

Através do modelo de neocristiandade, a Igreja revitalizou a sua presença dentro da sociedade. Em poucas palavras, o modelo de neocristiandade era uma forma de se lidar com a fragilidade da Instituição sem modificar de maneira significativa a natureza conservadora da mesma. (MAINWARING, 1989, p. 43)

Na década de 50, em relação às mudanças mundiais, o Brasil assume teorias desenvolvimentistas envoltas num ambiente nacionalista, promovendo projetos para impulsioná-la em meio às correntes de integração econômica com os países do chamado primeiro mundo; segundo a visão do governo do presidente Juscelino Kubitschek (JK), acreditava-se que o Brasil deixaria rapidamente seu *status* de país do terceiro mundo e que através de um planejamento racionalmente conduzido, chegaria a um país desenvolvido.

O governo com seu audacioso plano de metas pretendia acelerar o desenvolvimento do país em um curto tempo. Os resultados desse plano aplicado pelo governo tiveram como consequências um elevadíssimo custo social:

o país caía sob a dependência do capitalismo estrangeiro, tornando-se, na realidade, uma sucursal dos EUA. O símbolo desse “Brasil moderno” sonhado por JK, será Brasília, a nova Capital Federal, inaugurada em 21 de abril de 1960 (MATOS, 2003, p. 137).

Situação esta que gerou uma grande diferença entre a região Sudeste e o Nordeste, devido o grande investimento industrial do Sudeste em relação ao Nordeste que não tinha como competir ao não ter como exportar, gerando, assim, grandes migrações para o Sudeste tendo como consequência o abandono da região nordestina: o atraso e a falta de investimento no setor agrário descuidando a educação, saúde e a falta de mão de obra qualificada.

Nas regiões industrializadas o aumento da periferia e inflação, produto do investimento industrial, gerou uma crise nos setores mais vulneráveis tais como: o campo e as populações menos competitivas no âmbito qualificado, ampliando a diferença entre ricos e pobres que era composta pelas classes trabalhadoras que em sua grande maioria vinham das regiões menos favorecidas pelo desenvolvimento e investimento industrial.

Por outro lado, a Igreja via com “bons olhos” e participava das políticas desenvolvimentistas do presidente JK, assumindo assim, uma postura que lhe ajudou a converter às novas correntes ideológicas que atingiram a sociedade brasileira, já que a Igreja considerou o projeto desenvolvimentista uma espécie de via áurea entre o capitalismo iníquo e o socialismo ateu.

Simultaneamente, a Igreja iniciou um engajamento nos projetos de desenvolvimento econômico propostos pelo governo do presidente JK, reunindo-se com o governo para debater os problemas sociais que atingiam o país. Em 1956, ocorre o primeiro encontro dos bispos do Nordeste que constituiu o primeiro

passo significativo de colaboração entre a Igreja e o Estado no Brasil no tocante à situação do Nordeste. Desta forma, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), demonstrava a preocupação e o cuidado de ter as dioceses nordestinas em condições de enfrentar os problemas decorrentes da seca e da conjuntura econômico-social. Portanto, buscava-se a intensificação dos trabalhos do clero e o estímulo à ampliação dos trabalhos da Ação Católica no Nordeste. “A partir deste primeiro encontro, os prelados nordestinos passaram a reivindicar ao governo federal uma atuação frente à problemática da seca que abrange senão apenas como uma situação de calamidade conjuntural” (COMISSÃO BRASILEIRA JUSTIÇA E PAZ, 1984, p. 19).

Um dos resultados foi a criação no Nordeste da sede da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, tendo como objetivo facilitar e encaminhar a recuperação econômica e social do Nordeste brasileiro. Este novo projeto caracterizava-se por trabalhar sobre seis temas fundamentais, tais como:

[...] (a) Planejamento e investimentos; (b) Agricultura. Crédito Rural. Colonização; (c) Serviços sociais e educativos; (d) O problema da eletrificação do Nordeste e a contribuição de CHSF para a sua solução; (e) Programa de execução imediata; (f) A Igreja em face dos problemas do Nordeste. (COMISSÃO BRASILEIRA JUSTIÇA E PAZ, 1984, p. 25)

A partir dessa aproximação com as realidades marginais da sociedade, a Igreja colocou-se em uma profunda reflexão sobre sua missão e visão sobre si mesma, ampliando, portanto, a sua participação na construção de uma sociedade mais justa e fraterna (MATOS, 2003, p. 148). Como resultado desses processos, aconteceram iniciativas concretas que configurariam o que se chamou posteriormente de Campanhas da Fraternidade.

Como vimos anteriormente, este contexto que tinha como fundamento o ambiente desenvolvimentista da época com uma conotação secularista e de laicidade, este foi o verso de vários projetos que surgiram dentro da Igreja em resposta aos novos desafios de modernidade e, sobretudo, às ameaças do “comunismo” e à realidade do Estado, e seu deslocamento do centro do poder para voltar-se às margens das periferias, que ajudarão a compreender a sua visão e missão. São estes aspectos que levaram a Igreja brasileira a tomar uma posição perante as novas realidades e sua adaptação as novas dinâmicas. Estas dinâmicas terão sua concretização no nordeste brasileiro e mais especificamente no Rio grande do Norte.

## 1.2 Movimentos que influenciaram, na década de 1950, a Igreja e o nordeste do Brasil

### 1.2.1 Ação Católica Brasileira (ACB)

Um dos movimentos que mais ajudou a inserir a Igreja nas novas dinâmicas do século XX foi a Ação Católica através do seu modelo de interação eclesial no país, tendo como base a atuação crítica do laicato inserido na realidade social brasileira. Esse movimento tem como origem a preocupação do clero com a significativa ausência de intelectuais católicos na sociedade, na política, nas artes e nas letras. Foi a preocupação de Dom Leme, expressa na Carta Pastoral como Arcebispo de Olinda e Recife em 1916, em incentivar as organizações leigas e, simultaneamente, em iniciar um projeto de ação organizada de apostolado social:

A Ação Católica brasileira nasceu da tentativa de aproximação da Igreja do Brasil com a Santa Sé. D. Leme da Silva Cintra foi o principal articulador desse processo. Ideologicamente a "Romanização" da Igreja do Brasil reforçava a interpretação do Cardeal Leme de uma nação católica. A efetivação da ação católica brasileira respondia ao apelo do Vaticano. Os papas articuladores da Ação Católica a definiam como "Uma organização de leigos participando do apostolado hierárquico da Igreja fora de qualquer filiação política, com a finalidade de estabelecer o reino universal de Cristo." No Brasil serviu para inserir o catolicismo, num dado momento histórico, numa sociedade em mutação. (MURARO, 1985, p. 33)

Com a fundação do centro Dom Vital, no ano de 1922, foi expresso a sua intenção em aderir e organizar intelectuais católicos, sendo que somente até o ano de 1933:

o centro Don Vidal coordenou os movimentos leigos entre os quais a Associação de Universitários Católicos, o Instituto Católico de Estudos Superiores, a Conferencia Nacional dos Trabalhadores Católicos etc. No ano de 1933, grande parte dos movimentos organizados pelo centro Don Vidal passou a ser parte da Coligação Católica Brasileira e, no ano de 1935, foi organizada entorno a Ação Católica. "Dom Leme via na Ação Católica que se implantava uma maneira privilegiada de presença atuante de leigo católico na via publica e social". (TEIXEIRA, 1988, p. 72)

No início, a Ação Católica tinha como linha de pensamento uma visão própria do seu contexto vigiada e orientada por um modelo clerical italiano: unido, centralizado, dependente e destinado a trabalhar nas dioceses e, consecutivamente, nas paróquias. O trabalho se realizava em um modelo dividido em quatro parâmetros de acordo com a idade e sexo. O lineamento da Ação Católica em seu início não se diferenciava das disposições próprias do integralismo da época, pois compartilhavam a mesma aversão ao pensamento comunista ateu.



Para Teixeira (1988, p. 73), “certos pensadores católicos chegavam mesmo a recomendar aos católicos uma penetração simpática no movimento integralista”. Para Marco Dal Corso (1997), no início:

A Ação Católica que se organiza no Brasil é mais um apelo dos bispos, preocupados com a renovação da própria instituição, do que um espaço criado para os leigos poderem participar. Diante da “desordem” que representa a devoção popular, viva sobre tudo no meio rural tradicional, é preciso implantar uma nova ordem, atualizada e conforme as novas exigências. Segundo um dos redatores da revista REB, ainda em 1941, a paróquia precisa de nova linfa, precisa tornar a se um centro de vida cristã e de irradiação apostólica. Mas a tarefa recristianizadora que os novos tempos exigem não podem ser confiada só ao pároco. Por isso a criação da Ação Católica, convocando os leigos, é “imposição inadiável”. (CORSO e LONDOÑO, 1997, p. 127)

Na Ação Católica, paulatinamente, acontecia uma mudança que estava marcada pela hegemonia da filosofia de Jacques Maritain<sup>12</sup> com uma visão mais liberal, ou “comunitário personalista”. Em 1945 o modelo italiano tradicional de divisão entre ramos, feminino e masculino, que logo passou por uma reestruturação, integrando estes ramos, especializou-se em setores específicos caracterizados pelo método: Ver, Julgar e Agir, voltados para os meios sociais que seriam influenciados pela evangelização do meio rural, estudantil, independente, operário e universitário.

De acordo com Matos (2003, p. 138), “o alvo preferencial entre esses cinco ‘meios’ foi a juventude católica. Em certo sentido o Movimento da JOC (Juventude Operaria Católica), fundada na Bélgica em 1924 pelo padre Joseph Cardijn (1882- 1967), serviu de modelo e inspiração”. O conteúdo programático da AC expressa bem o ideário da época:

voltar-se para a realidade humana em todas as suas dimensões; aprende-la; interpretá-la á luz da experiência pessoal e das análises elaboradas pelas ciências humanas; apreciá-la sob o prisma das exigências evangélicas do reino; compromete-se com sua transformação, por meio de iniciativas viáveis de cunho pessoal, grupal e coletivo. (MATOS, 2003, p. 139)

A AC, através da sua atuação nas realidades do país, a partir da sua inserção nos vários segmentos da sociedade e com sua nova dinâmica de especialização, se converteu em um movimento evangelizador e humanista das grandes massas trabalhando nas bases, gerando consciência crítica do laicato em uma nova pedagogia social. Esta nova consciência gerava o compromisso com a ação transformadora da sociedade, buscando impregná-la dos valores evangélicos. Segundo Dom Marcelo Carvalheira:

o certo é que no seio da Ação Católica se foram definindo as relações da Igreja com o mundo, numa superação dos velhos esquemas da antiga cristandade como também se delinearão, de modo sempre mais inequívoco, os traços da teologia do laicato e, por conseguinte, o estatuto

---

<sup>12</sup>Jacques Maritain (18 de novembro de 1882 em Paris – 28 de abril de 1973 em Tolosa) foi um filósofo francês de orientação católica (tomista). As obras deste filósofo influenciaram o conceito de Democracia cristã. Escreveu mais de sessenta obras e é um considerado por alguns como um dos pilares da renovação do pensamento tomista no século XX; por outros como inspirador ideológico das democracias cristãs na América Latina.

próprio do leigo na Igreja, conforme iria aparecer, com todo peso, no Concílio Vaticano.(CNBB, 2014, p. 107)

Assim, a Ação Católica deu um grande avanço não só no interior da estrutura eclesial, mas também na sociedade. Em seu compromisso teve que enfrentar certas dificuldades após ter gerado movimentos tais como a JUC, JEC, em meados dos anos 60, sendo alvos de críticas sobre uma grande parte dos militantes que serão questionados por seu radicalismo e a sua procição em defesa de classes. Isso ocorreu no dia três de setembro de 1965, no contexto da ditadura, na VII Assembleia Geral Extraordinária da CNBB, em Roma, durante o Concílio Vaticano II; isto devido à manifestação de alguns bispos como D. Scherer, secretário para o apostolado dos leigos e D. Luiz Victor Sartori que delegava a cúpula pelos desvios nas linhas da A.C aos assistentes que diferentemente dos anteriores que tinham mais convicção no seu sentido de vida sobrenatural e do verdadeiro apostolado. Soma-se, ainda, a outros bispos que apresentaram seus temores perante as novas atitudes tomadas pelo movimento da AC tanto assim que na defesa destas acusações se posicionaram a favor do compromisso do movimento, como nos explica Teixeira (1988), quando:

os Bispos mais próximos da Ação Católica procuraram tomar a sua defesa, ainda que de forma bem cuidadosa. E o caso de Dom Hélder Câmara, Dom Candido Padim e Dom Fernando Gomes. Em comentário a respeito da Assembleia, assinala um analista: `O que impressiona mais nos ataques contra a Ação Católica é ausência total de referencias teológicas e o desequilíbrio das queixas dos bispos e os textos que estavam em vias de votar, no mesmo momento no concíliam.(TEIXEIRA, 1988, p. 93)

Por outro lado, graças a A.C os cristãos leigos ganharam mais participação política e de igual forma de grande valor o trabalho de preparação da A.C nas massas populares que prepararam o terreno para o desenvolvimento das comunidades de base, a formação de lideranças, através de projetos e práticas que revelaram no percurso do tempo seu compromisso e carisma como veremos no caso específico da gênese da Campanha da Fraternidade dentro dos diversos movimentos que influenciaram e atuaram no Nordeste Brasileiro.

### 1.2.2 A Juventude Operária Católica (JOC)

É de importante valor ressaltar a influência da JOC e a JUC, no momento em que fizeram sua intervenção na reorganização da Ação Católica brasileira, num tempo em que a democracia liberal permitia uma circulação profunda de reflexões políticas, num contexto de avanço industrial de pós-guerra de

transformações sociais demográficas e econômicas, diversificava o mercado de trabalho e tornava mais visível a dependência econômica do país e a penetração de capitais estrangeiros, como mostra Muraro (1985):

A industrialização conhecida pelo Brasil na década dos anos 1930 fez surgir um número considerável de empresas e operários, exigindo da Igreja Católica uma adaptação dos seus mecanismos de influência. Foi assim organizada a Ação Católica Brasileira (ACB) com o objetivo de coordenar o apostolado leigo. Nessa época o comunismo já representava uma ameaça para as fileiras do Catolicismo. Inúmeros operários encontravam melhores respostas às suas dificuldades na pregação marxista do que no catolicismo. (MURARO, 1985, p. 45)

Simultaneamente, a situação rural identificava-se com um receio das ligas camponesas que manifestavam a indiferença de investimento e participação dos órgãos estatais, sobretudo na região do nordeste, ficando num ambiente de abandono em relação às cidades que se superpovoam. Esta mesma juventude toma conta do seu futuro e da realidade do país. Para Teixeira (1988):

Pode-se considerar como sendo o tema fundamental da década dos anos 50 o desenvolvimento. Todos os setores da sociedade estavam de uma forma ou outra, envolvidos e mobilizados em torno da tomada de consciência do subdesenvolvimento como também em busca de novas estratégias para se alcançar o de desenvolvimento. (TEIXEIRA, 1988, p. 76)

É com este intuito, que mais tarde se formam mais movimentos juvenis. No Nordeste brasileiro e, mais especificamente, na Cidade de Natal, teve como pioneiro o Cônego Luiz Gonzaga do Monte, nomeado assistente Eclesiástico da Juventude Feminina Católica (JFC) fundada em setembro do mesmo ano, mais tarde surgiram as Senhoras da Ação Católica (SAC) junto com os Homens da Ação Católica (HAC). No ano de 1944, após a morte do Cônego fundador, o padre Eugênio Sales preparava a Juventude Masculina Católica para fundar a (JMC). Um dos fatos mais relevantes da Ação Católica em Natal foi:

O trabalho desenvolvido pela Ação Católica junto às domésticas e jovens operárias. 1940, a JFC funda o Instituto Jocista Pio XI, com curso primário para jovens operárias e domésticas. No ano seguinte o Instituto foi acrescido de mais um curso. A L.F.A.C, por sua vez, deu início, em 1941, a escola Divina Providência, onde as próprias linguistas passaram a ministrar primeiras letras, doutrina cristã, corte e costura e bordado às domésticas."(FERRARI, 1968, p. 49)

Como foi dito anteriormente, uma das características da JUC não era ser um movimento que se destacasse por ser de massas, mas sim por ser de uma ideologia militante. A militância leiga com características específicas como a doutrina do corpo místico de Cristo, sustentada por uma vida sacramental, ativa e para sua época o celebrante de rosto voltado para os participantes numa missa dialogada, bem adiantada para seu tempo, por ser anterior ao Vaticano II, isso se viu refletido dando passos de uma visão assistencialista no mundo rural e operário para um ambiente de trabalho que critica a realidade nacional com uma ênfase na humanização. Uns dos resultados desta militância foi o surgimento

das ligas camponesas, dentro dos engenhos, entre os cortadores de cana que pouco a pouco foram se espalhando pelo Nordeste brasileiro, comprometidas com o campo social e político:

O engajamento dos militantes da Ação Católica – A.C na política, no começo da década de 1960 e os conflitos com a hierarquia e outros segmentos leigos, bem como o golpe militar em 1964, com sua repressão, levaram os movimentos, em particular a A.C, a viver um período de crise que resultou na extinção da JUC e da JEC. Essa crise vivida pela Igreja foi reconhecida em documento da CNBB, em maio de 1970, na XI Assembleia dos Bispos do Brasil.(CNBB, 2014, p. 106)

A Juventude operaria católica, refletiu sobre seus fundamentos após a JOC, a JEC, e a JUC adquirirem mais envolvimento dentro das pastorais que estavam se politizando e exigiam reformas de base, preocupando-se mais com a justiça no mundo do trabalho, se comprometendo cada vez mais com a vida social, política e econômica, deixando de lado a sua posição anticomunista, passando para um posicionamento mais moderado, até se identificarem com os comunistas na busca de melhoras para as propostas oferecidas pelas políticas de desenvolvimento da época. Que no transcurso dos anos de 1960:

[...] tornava-se cada vez mais clara a presença de uma esquerda católica na pastoral especializada da ACB. A Ação Católica Brasileira vai se radicalizando e, ao mesmo tempo em que se aproxima da esquerda, se distancia da orientação eclesial. A ideia “revolucionária” tornava-se mais forte que a perspectiva desenvolvimentista. Os militantes mais radicais da JUC, JEC, e JOC, com o respaldo do novo ambiente, criaram em 1963 a Ação Católica Popular. A Ação Católica Popular optou por uma política de preparação “revolucionária”, atuando na mobilização e conscientização popular numa luta contra a exploração capitalista. (MURARO, 1985, p. 57)

A participação dos grupos da JOC, JUC, JEC forneceram não só suas forças de juventude, mas também a sua dinamicidade ao acompanhar, formar e executar cada projeto proposto no denominado Movimento de Natal, os quais se inseriram na formação das comunidades mais necessitadas, e na participação do MEB (Movimento de Educação de Base), como veremos a seguir.

### **1.2.3. Movimento de Educação de Base (MEB).**

O MEB foi construído com os princípios da experiência em Natal (RN), a qual tratava da educação popular, objetivando atingir as populações carentes da região, com o interesse de alfabetizar e integrar, conseqüentemente, formando a consciência social e política. Este movimento caracterizou-se por ser um dos maiores projetos em extensão e conteúdo empreendido na época pela Igreja no campo da educação popular. A ideia de ter um programa de educação radiofônica de base para alfabetizar as populações rurais

teve seu início em 1952, e após várias tentativas falhas, em maio de 1958 pelo Decreto nº43.729 foi concedida a autorização ao Serviço de Assistência Rural (SAR).

Assim, no dia 1º de agosto de 1958 foi inaugurada a emissora e desta forma foram organizadas as primeiras Escolas Radiofônicas. Este projeto teve o aval do episcopado brasileiro perante a magnitude da importância para a educação, tendo esta experiência se replicado um ano depois na arquidiocese de Aracaju de D. José Távora. Em 1959, este projeto chamou atenção do Estado no II Encontro dos Bispos do Nordeste que reconheceram a relevância deste projeto, publicando assim, em 21 de março de 1961, o decreto N. 50370, na qual a CNBB e o governo do então Presidente Jânio Quadros se comprometeu em fornecer os recursos necessários para o desenvolvimento deste projeto que inicialmente se destinava ao Nordeste, Norte, e Centro Oeste do país como um todo. Desta forma, se expande o (MEB), Movimento de Educação de Base, indo muito além das expectativas iniciais. Para Ferrari,

o projeto educação radiofônica não esteve somente focado na transformação social através da alfabetização mais também a conscientização e politização das populações rurais.[...] partindo não das tradicionais cartilhas de alfabetização, mas de termos como povo, voto, liberdade, libertação, trabalho, salário, direito, dignidade, justiça, doença, fome, união, força, sindicato, alfabetização, analfabeto, cristão, amor, sindicato, responsabilidade, etc. (FERRARI, 1968, p. 85)

O programa na sua primeira fase teve um processo de aperfeiçoamento; o MEB iniciou a aplicação de um método de avaliação dos problemas após perceber que se tinha que avançar no processo de preparar as comunidades para assimilar as aulas radiofônicas. Dá-se início a um processo que leva a comunidade a assumir a escola: "começaram a desenvolver, então, atividades fora do quadro da escola (festa, jogos, campanhas diversas, ajuda sindical)" (AGOSTINI, 1990, p. 57). Como resposta a esta nova dinâmica, a comunidade pediu ao MEB que instalasse uma escola e enviasse especialistas para a formação da comunidade com três características: trabalho em grupo, formação de líderes locais e estudo mais profundo da realidade do país. Levando o movimento até as comunidades mais afastadas das zonas rurais. O MEB chegou a uma formação sindicalista como o ponto mais alto da formação integral das comunidades, segundo Matos (2008), "muitos monitores do MEB provinham das fileiras da JUC, encontrando nesse trabalho um instrumento para expressar concretamente seu compromisso religioso e sociopolítico". (MATOS, 2003, p. 150)

O método educativo aplicado pelo MEB caracterizava-se pelo método da pedagogia do oprimido de Paulo Freire, fruto da iniciativa paralela da Universidade de Recife. Neste sentido, o grande aporte do MEB, estava na sua capacidade de se adaptar às realidades de cada contexto de cada comunidade, estudando as realidades da região, preocupando-se em manter sempre no centro a figura do camponês como protagonista da sua própria historia.

#### 1.2.4. O movimento de Natal

O Movimento de Natal deixou a sua marca na história da Igreja do Brasil e é importante ressaltar o contexto específico deste movimento pelas suas especificidades na sua realidade político, econômico, geográfico, social e eclesial.

A diocese de Natal foi fundada no ano de 1909, no dia 29 de dezembro, pelo Papa Pio X. A nova diocese pertencia à província da Bahia, a qual era a responsável pelo Estado de Rio Grande do Norte. Em 1934 foi criada outra diocese em Mocotó e, seguidamente em 1940, criou-se a diocese de Caicó, transformando a de Natal na arquidiocese do Rio Grande do Norte, como Província Eclesiástica. Seu primeiro bispo Dom Joaquim Antônio de Almeida preocupado com a realidade do clero na região, fundou o primeiro seminário, chegando a ordenar os primeiros 10 sacerdotes.

A diocese, no seu início, contou com a participação de personagens tais como Dom José Pereira Alves em 1928, destacável pela sua formação cultural e intelectual, o qual gerou fortes laços com a classe intelectual da época, reconhecida na região pelas suas pregações quaresmais. De acordo com Ferrari (1968): "com o apoio dos marianos surgiram durante seu governo o "diário de Natal" e o movimento cooperativista do Estado, o que no VI Congresso de crédito realizado no Rio, lhe mereceu o título de "bispo do cooperativismo" (p.46). Outra personalidade foi a de Dom Marcolino quem no seu governo na diocese de 1929 a 1962, preocupado com o clero local, funda o seminário menor São Pedro, ordenando 40 sacerdotes. Seu trabalho pastoral se destacou pela formação de várias congregações femininas, tendo em vista a fundação de escolas e hospitais, destaca-se, ainda, no seu governo, a luta para evitar a participação do clero nas lutas políticas. Sucedido pelo então Bispo auxiliar D. Eugênio de Araújo Sales em 1967.

Natal localizada no estado do Rio Grande do Norte, no Nordeste brasileiro, que constitui uma região bastante homogênea no Nordeste brasileiro, desde o ponto de vista sociocultural; a região do sertão está composta por nove estados federativos desde o Maranhão até a Bahia; esta região nordestina compreende 18,20 %, do Brasil, que em 1960 tinha uma população correspondente ao 1,63% do país. Esta região tinha a maior área subdesenvolvida do Brasil.(FERRARI, 1968, p. 24)

O Rio Grande do Norte é o quarto menor Estado da federação e a sua população representa 5,16% da população do nordeste, assim fazendo parte do polígono das secas que a sua vez representa um contexto de subdesenvolvimento. Entre os nove Estados federativos do nordeste, ocupa o segundo lugar, em número

relativo de médicos e de pessoas alfabetizadas e o quinto em renda per capita, apresentado no senso de 1950, com Estado com o índice mais alto de filhos nascidos vivos em uma população feminina na faixa etária de 15 a 49 anos, nos indicando que este Estado possui uma realidade carente em todos os âmbitos. (FERRARI, 1968).

Na década de 1940, Natal, segundo Araújo (2000), tinha uma população de 54.839 habitantes. Em 1950 passou para 103.215, um crescimento de 88% na década. A estimativa do IBGE para junho de 1990 era de 688.995 habitantes, e se levarmos em conta o ritmo de crescimento para o ano 2000 teríamos quatro vezes a população de Natal.

No decorrer da segunda Guerra Mundial, entre os anos de 1941 e 1942, foram construídas duas bases militares, uma brasileira e outra americana, situadas em Parnamirim, a 18 km de Natal, por seu posicionamento geográfico, era estratégica para os Americanos como rota entre América e Catar na África. Estas bases foram utilizadas para receber tropas em trânsito, mas também como zona de adaptação das mesmas para o clima tropical. Paralelamente com a chegada das bases, houve um aumento da exploração de minérios (tungstênio e chelita) ampliando a empresa de mineração. Este fenômeno gerou uma demanda de domésticas, o desenvolvimento do comércio, o aparecimento de hotéis, bares e cinemas, gerando, assim, um grande número de novos empregos na cidade (FERRARI, 1968, p. 51). Este fenômeno gerado pela nova fonte de renda, e pela fluidez do dólar ocasionou em um afunilamento das migrações já existentes na região direcionadas agora para a cidade. Estas migrações vindas das regiões rurais por causa da precariedade da vida rural.

Conseqüentemente, com o fim da guerra, a região não voltou a ser a mesma como nos narra Procópio (1971, p. 69): “após a guerra, logo se fazem sentir as conseqüências da partida das tropas: crescimento demográfico e desorganização local (desemprego, prostituição delinquência juvenil e formação de favelas)”. Na primeira metade da década de 40, no Rio Grande do Norte, já na Cidade de Natal a Igreja mobilizou-se para encarar a falta de organização social e a realidade do grande crescimento demográfico, neste contexto a igreja:

Percebia a situação como desumana e intolerável e, diante da falta de iniciativa do serviço público, ela mesma promoveu um serviço de assistência às necessidades imediatas, especialmente através de associações religiosas e da LBA (legião Brasileira de Assistência). Era um tipo de ação social mais a nível empírico, uma ajuda a casos isolados. (AGOSTINI, 1990, p. 47)

Diante das dificuldades apresentadas na cidade, em 1945, surge a fundação da (ES) Escola de Serviço Social, criada pela (JFC), juventude feminina católica tendo como capelão a o Padre Nivaldo Monte. Nesse mesmo ano juntou-se a recém-fundada Juventude Masculina Católica (JMC), tendo como assistente

o Padre Eugenio Sales, o qual iniciou um trabalho de planejamento de assistência social e catequese na periferia da cidade; progressivamente surgiram iniciativas específicas tais como a criação do Secretariado Diocesano de Ação Social (S.A.A.S.). À medida que a Igreja inseria-se na realidade da cidade mais se tinha a consciência das causas comuns dos problemas da capital, estando decidida a enfrentar a miséria fundou o Serviço de Assistência Rural (SAR), órgão ligado à JMC. Em 1951, o SAR promoveu a “Primeira Semana Rural com presença de especialistas do governo federal e local. Dois setores de atividades reforçaram a ação desse órgão: a Missão Rural do agreste e o centro de treinamento de Líderes.”

E estas causas estavam estreitamente vinculadas à estrutura agrária do Nordeste brasileiro. Esta visão de conjunto caracterizou o modo de abordar os problemas sócio religiosos nas reuniões do clero. Essas reuniões começaram a realizar-se sistematicamente e de modo informal a partir de 1948. De início, os padres que se reuniam eram apenas seis. Mas, imediatamente, muitos outros se uniram a eles. Esses padres optaram por uma Igreja decidida a combater a miséria através de uma ação eficaz.

É neste cenário de necessidade de reflexão sobre a complexidade da região que começou a se estruturar o movimento de Natal. Isto só aconteceu a partir dos encontros realizados por alguns sacerdotes e leigos militantes da Ação Católica bem formados, de nível intelectual elevado, que juntos avaliavam a gravíssima situação da região, a partir da visão idealista cristã; paralelamente o SAR (Serviço Assistência Rural) participou, gerando assim uma interação entre membros da Igreja e o Estado.

A situação da região era desafiadora para a Igreja e exigia atitudes concretas; a partir destes novos encontros do clero, que gradualmente foram crescendo em número de participantes e em regularidade dos encontros que se tornaram mensais, constituindo-se assim na essência do movimento de Natal. Duas personalidades se destacaram na gênese do movimento de Natal, o Pe. Eugenio de Araújo Sales e o Pe. Nivaldo Monte.

Um projeto era traçado para a atuação da Igreja frente à realidade desafiadora, desenvolvendo duas fases: uma urbana e outra rural. Estas fases contavam com a participação dos padres e dos leigos da Ação Católica. A fase urbana tinha dois grupos de ação por um lado a JFC, liderada pelo Pe. Nivaldo e a outra JMC, dirigida pelo Pe. Eugenio.

Na fase urbana, as cidades tinham se convertido em destino de um grande número de migrantes das regiões rurais, que simultaneamente povoavam a periferia, fundando novos bairros na cidade. Segundo Ferrari (1968, p. 66): “uma cidade que vivia uma face de verdadeira inchação demográfica e no desespero e morosidade dos poderes Públicos em fazer em face de uma nova situação. Esta foi o motivo principal da ação direta da Igreja no campo social”. Como consequência do aumento da população e dos problemas



sociais, aumentaram os problemas nos presídios. E como resposta às necessidades da cidade, as obras alcançadas em 1965, segundo Araújo (2000):

[...] o secretariado arquiocesano da Ação Católica identifica as 45 obras sociais católicas desenvolvidas em Natal. Desse total seis eram atividades assistenciais: atendimento a os doentes, distribuição de alimentos, roupa e abrigo a desamparados. Outras quatro eram de reeducação de presidiários, mães solteiras, menores prostitutas, menores delinquentes. As outras 35 eram atividades ligadas à educação comunitária. (ARAUJO, 2000, p. 46)

A segunda fase (rural) ocorreu como mecanismo de resposta à realidade geradora de migração e superpopulação da cidade, uma situação recorrente da situação das condições subumanas em que se desenvolveu a vida do campo. Segundo Araújo (2000, p. 46): Dom Eugenio conheceu de perto a situação rural descrevendo que "o trabalhador rural, vivia como um miserável". Em 1949, foi fundado o SAR (Serviço de Assistência Rural); e, seguidamente, aconteceu em dezembro de 1951 a primeira semana rural no Rio Grande do Norte, com a participação de Sacerdotes, professores, fazendeiros e trabalhadores das três dioceses do Estado e representantes do serviço público. Como resultado deste evento publicou-se a carta pastoral dos bispos do Estado elaborada principalmente por Dom Eugênio, o qual fez uma denúncia do atraso da região com relação ao desenvolvimento das terras e também sobre o atraso cultural, produto da "politicagem" e da compra de votos.

Como resultado da primeira semana rural foi sugerido uma missão ambulante no Estado que tinha como centro o bem estar das comunidades rurais e a educação do homem do campo. Esta missão era composta por voluntários, entre eles médicos, dentistas, agrônomos, assistentes sociais e sacerdotes. Esta missão teve como resultado a identificação de problemas que geravam o êxodo das comunidades rurais para as cidades, como a seca. Perante a seca de 1958, Dom Eugênio leva ante o governo a existência da indústria da seca e apresenta os abusos e a exploração do Departamento Nacional de Obras contra a seca.

Como proposta de enfrentamento, a diocese criou postos de abastecimentos, e a realização de "treinamento especializado para a formação de técnicos e líderes cooperativistas" (ARAUJO, 2000, p. 47), pois o desenvolvimento do cooperativismo foi uma dificuldade na região.

O sindicalismo Rural com o apoio da Igreja alterou as dinâmicas tradicionais das relações no contexto rural, que segundo Araújo (2000), teve seu início quando:

O trabalho de sindicalização começa em agosto de 1960. O objetivo era melhorar as condições de trabalho no campo. Há reações contrárias. Em outras palavras no final de 1961, Dom Eugênio diz com firmeza: "Esses fatos sociais que estamos presenciando são irreversíveis. Ninguém deterá a sindicalização rural". A expansão do sindicalismo rural foi rápida. Em 1964 eram 45 mil sindicalizados (ARAUJO, 2000, p. 47).

Estas iniciativas de desenvolvimento sindical foram elaboradas dentro da lei e por via democrática como afirmou Dom Eugênio, muito embora este processo de sindicalização, no país, foi paralisado em março 1964 pela ditadura. O movimento de Natal teve como centro a figura do leigo e este teve mais espaço não só na sua participação como batizado, suprimindo a ação do número reduzido do clero, mas também na construção de alternativas de desenvolvimento integral, abrindo-se ao trabalho em comunidade.

Através da atuação a AC, que foi desenvolvendo e gerando grupos de trabalho, que na sua metodologia de Ver Julgar e Agir, própria dos seus fundamentos, impregnou a metodologia da CF até hoje. Assim, o trabalho da AC foi modelando e dando corpo através do trabalho realizado, no Nordeste e mais especificamente em Natal, Rio Grande do Norte. Este movimento teve dois níveis de atuação, sendo um o comunitário e o outro o socioeconômico. Na esfera comunitária, os esforços foram dirigidos para a formação de lideranças locais e na promoção da vida comunitária, fortalecendo as bases gerando concomitância perante as desigualdades sociais através das críticas sobre as relações de trabalho; a nível socioeconômico o foco estava nas imposições jurídicas e ideológicas que justificavam as desigualdades no âmbito socioeconômico.

Este trabalho participativo teve como fonte, a reflexão crítica das realidades objetivas que afetavam a região do Nordeste, e mais especificamente em Natal, gerando assim o que conhecemos como o Movimento de Natal.

Este fenômeno eclesial e político só foi possível graças a participação da ACB, em conjunto com o trabalho da JOC e JUC, através dos mecanismos de adaptação e inserção do MEB às realidades específicas de cada necessidade, que seguidamente se deslocaram em outras comunidades afirmando assim uma nova forma dinâmica de encarar as novas realidades sociopolíticas econômicas da época. E também pelo trabalho de Dom Hélder Câmara como secretário nacional da ACB, que através da sua gestão participou na articulação do trabalho pastoral da Igreja católica a nível nacional.

### **1.2.5 Dom Hélder Câmara**

Nascido em Fortaleza no dia 7 de fevereiro de 1909, Dom Hélder Câmara, ingressou no seminário no ano letivo de 1923, ordenado sacerdote em 15 de agosto de 1931, pois “Hélder tinha apenas 22 anos e

meio, e não 24 anos, idade exigida pelo direito canônico para ordenação, foi necessária uma autorização especial do Vaticano”. (PILETTI, 1997, p. 78)

Dom Hélder trabalhou na área de educação, a nível estadual e nacional, e de 1932 a 1936 passou a trabalhar em várias repartições do ministério. Seguidamente ele trabalhou na atualização dos conteúdos e na renovação da catequese do país, através da publicação do Jornal Revista Catequética. Foi vice-assistente nacional da Ação Católica Brasileira; como vimos anteriormente na renovação da Ação Católica, quando esta assume os textos de Jacques Maritain, que impressionaram a Dom Hélder Câmara, com a publicação do livro “Cristianismeet Démocratie”, que:

é publicado no Brasil em 1945 e Alceu Amoroso Lima, amigo de dom Hélder quem traduz e escreve a introdução, demonstrando que o padre Hélder Câmara não estava sozinho em sua transição intelectual rumo a um pensamento mais democrático e pluralista (PILETTI, 1997, p. 160).

Dom Hélder como auxiliar de Dom Jaime de Barros Câmara iniciou uma campanha de articulação dos bispos brasileiros, para assim poder ter mais conhecimento das realidades que se enfrentavam em cada diocese. Já em 1952, é ordenado bispo e nomeado como auxiliar do Rio de Janeiro. Dom Hélder consegue ganhar a confiança não só dos bispos e do Núncio Apostólico Dom Carlo Chiaro, mas também com o subsecretário de Estado do Papa Pio XII, Monsenhor Giovanni Batista Montini, que mais adiante seria o Papa Paulo VI.

A partir desta iniciativa Dom Hélder inicia uma organização dos bispos visando uma articulação em várias regiões do país tais como os Encontros dos bispos da Amazônia, e consecutivamente no Vale do São Francisco, buscando uma organização colegiada, para articular não só a comunicação do episcopado, mas também para fortalecer e articular a pastoral da Igreja Brasileira. E, assim, nasce a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

### **CNBB e a situação do país**

No palácio de São Joaquim às 9:30h do dia 14 de outubro de 1952, foi fundada a Conferência Nacional Dos Bispos, no qual estavam reunidos o Núncio Apostólico brasileiro, os dois Cardeais brasileiros e cerca de vinte Arcebispos e Bispos, tendo como secretário Dom Hélder Câmara. Este evento teve como figura importante Dom Hélder Pessoa Câmara que trabalhou na área da educação e se comprometeu com as melhoras do conteúdo das catequese. Ele dirigiu e editou a *Revista Catequética*, trabalhou e colaborou com

a renovação da ACB, encarregado de contatar a base da futura Conferência Nacional. Sendo o primeiro secretário eleito da recém-fundada Conferência Nacional dos Bispos.

Na década de 1950, na Igreja do Brasil por meio da CNBB, e dos sucessivos planos pastorais, conseguiu conhecer a realidade, e refletir sobre seu objetivo como instituição no seu trabalho pastoral. Tudo isto foi possível devido à colegialidade nacional que teve repercussões na equidade entre Igrejas do Centro Sul com as Igrejas das regiões distantes e pobres, possibilitando que estas tivessem voz e voto nos rumos da evangelização do país. Segundo Matos:

A CNBB propiciou o diálogo e a expansão dos grandes problemas pastorais do país. Favoreceu uma ação conjugada na busca de uma evangelização capaz de atender a realidade do povo na sua diversidade regional, assim a CNBB criou as condições imediatas para a existência e evolução de uma "pastoral de conjunto" em nível nacional (MATOS, 2003, p. 157).

A recém-fundada CNBB, começa a ter um papel fundamental na participação do novo período histórico do país. Ao se organizar, a conferência, tem um papel fundamental na articulação das regiões distantes, com a participação das bases, sendo os leigos e seu engajamento na Ação Católica que através da sua inserção nas realidades do país que tornaram possível a articulação das pequenas comunidades rurais e as cidades, enfrentando as ameaças do comunismo e a ausência do Estado no país. Para Alves:

[...] a CNBB tornou-se o centro das decisões políticas da igreja. Criaram organismos de estudo, planejamento, de recolha de informação e divulgação de dados estadísticos em fim, verdadeiros estados-maiores, integrados por clérigos e leigos que são responsáveis pela formulação de planos de ação para o conjunto institucional e pela criação de institutos de investigação destinados a medir a eficácia destes planos, as possibilidades materiais da Igreja e acompanhar os conflitos que se geram no seu seio (ALVES, 1979, p. 58)

A CNBB era composta por apenas cinco membros e foi a comissão permanente, quem escolheu os ocupantes dos dois cargos mais importantes da entidade: como presidente, o Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota e como secretário geral, Dom Hélder Câmara. A finalidade da CNBB está expressa nos seus estatutos:

- 1) Aprofundar cada vez mais a comunhão entre os bispos;
- 2) Estudar assuntos de interesse da Igreja no Brasil, para melhor promover a pastoral orgânica;
- 3) Deliberar em matéria de sua competência segundo as normas do direito comum ou de mandato especial da Sé Apostólica;
- 4) Manifestar solicitude pela igreja universal, através da comunhão e colaboração com a Sé Apostólica e com outras Conferências Episcopais;

5) Cuidar do relacionamento com os poderes públicos, ao serviço do bem comum, ressaltando o conveniente entendimento com a nunciatura apostólica no âmbito de sua competência específica(CNBB ESTUDOS DA, 1983, p. 13).

Segundo Alves (1979), a CNBB foi a primeira dentre as 84 conferências episcopais que existiam no mundo. No íntimo dos seus fundadores, a recém-fundada Conferência, teria como dinâmica a reorganização das estruturas eclesiais que ajudariam a fortalecer e a enfrentar as levas de pensamento anticlericais do século XIX, que estavam chegando ao Brasil e, gerando assim instabilidade na influência da instituição, o que levou a abandonar certas posturas de relações sociais tradicionalistas que apresentavam uma ordem social bem definida. Para Alves:

Esta reestruturação que tinha fins administrativos visava também nítidos objetivos ideológicos e políticos. Estes objetivos eram os que a Igreja perseguia tradicionalmente: a manutenção da influência institucional da igreja através da reconciliação das classes sociais em proveito daquelas onde estava mais bem implantada e cujos interesses partilhava, quer dizer, as classes dominantes(ALVES, 1979, p. 64)

Parece contraditório que na fundação da conferência, a maioria dos membros seja natural do Nordeste, onde a Igreja, “como todos sabem, se preocupam mais com os problemas sociais do que no Sul” (ALVES, 1979, p. 64). A contradição aparece ao fazer uma lista dos fundadores da CNBB, que sendo sete nordestinos, mais com exceção de Dom Hélder, nenhum se tornou mais progressistas do país, Alves utiliza o termo “progressista” indicando ao sentido de aceitação dos meios de produção. Porém, a linha tradicionalista e conservadora foi se configurando nos primeiros anos da CNBB. Ao fazer uma descrição dos membros fundadores da Conferência encontramos uma variedade de personalidades e perspectivas que progressivamente foram se alinhando às necessidades do país, a formação dos quadros de fundadores da CNBB descritos assim por Alves:

D. Carlos Coelho e D. Luís Monsinho, eram tradicionalistas do tipo clássico. D. Eugênio Sales, autoritário e pouco aberto ao diálogo, tornou-se grande defensor da união com os militares e da colaboração com a ditadura. [...]finalmente, D. José Távora e D. Fernando Gomes, encontra-se entre os que evoluíram para uma certa abertura social, embora cautelosa e sem grande militância. O Cardeal Carlos Vasconcelos Mota teve uma evolução semelhante a do Gomes e Távora, e os outros dois, D. Candido Padim e D. José Maria Pires, não só se encontram entre os membros da Hierarquia mais abertos ao socialismo (ALVES, 1979, p. 66).

A CNBB tem grande importância no âmbito eclesial e político, ao reunir um numeroso episcopado cada vez mais representativo, e, consecutivamente, esta dinâmica renovadora teve um deslocamento muito rápido das mãos dos Bispos fundadores progressistas passando a preencher cargos na hierarquia, o que acarretou um enfraquecimento das linhas renovadoras. Devido a isto, não se pode afirmar que seus planos tenham atingido todos os objetivos visados. Certo, porém, é que através deles a CNBB garantiu a introdução

e manutenção de alguns instrumentos indispensáveis da renovação pastoral. É importante destacar o trabalho da CNBB em sua procura para se adaptar e se atualizar a partir de elementos como conhecimento mais profundo das realidades do país, a reflexão sobre a finalidade da Igreja, a sua organização nos grupos de trabalho, a programação da sua ação pastoral, dando como resultado a articulação episcopal nacional refletida nos seus planos de pastoral. (CRB, 1977, p. 10)

### **Cáritas Brasileira**

Na década de 50, como vimos no início deste capítulo, tinha como contexto sócio econômico uma proposta desenvolvimentista. A Cáritas surge durante o governo de Juscelino Kubitschek quando ocorreu a industrialização nas grandes cidades, a geração de centros urbanos com uma superpopulação, e tendo como consequência o abandono do campo, o que gerou um aumento no custo de vida dos assalariados nas cidades, a marginalização da população nas periferias, e o elevado índice de analfabetismo na cidade e no campo. Evidenciando, assim, a falta de políticas públicas, a situação de abandono e o poder dos latifundiários com concepção de senhores não só da terra mas também de pessoas.

O contexto de surgimento da Cáritas brasileira teve início num ambiente de pós-guerra com a participação dos Estados Unidos (EUA) através de programas assistencialistas para evitar a influência de ideais comunistas. Programas tais como "alimentos para a paz" articulado pelo *Catholic Relief Services*, serviço de ajuda católica, órgão caritativo dos bispos, que tinham como objetivo a distribuição dos excedentes agrícolas dos EUA, passaram a se denominar como alimentos para o progresso aos países do terceiro mundo.

Em 1955, durante o 36º Congresso Eucarístico, realizado no Rio de Janeiro, que congregou milhões de fiéis em torno da praça do congresso, surgiram como protagonistas:

[...] os dois auxiliares da Arquidiocese do Rio Dom José Vicente Távora e Dom Hélder câmara juntamente com o secretário executivo da Cáritas internacional, monsenhor Carlos Bayer, começaram os estudos e entendimentos no sentido de fundar (CNBB ESTUDOS DA, 1981, p. 71)

A fundação oficial da Cáritas se deu em 1956, em São Paulo, no município de Serra Negra, durante a 3ª Assembleia da CNBB. Segundo o relatório da Secretaria nacional da Ação Social (SNAS), os objetivos principais da instituição são: 1) articular, em plano nacional, todas as Obras sociais católicas ou de inspiração católica; 2) planejar, executar e fiscalizar a distribuição dos donativos do povo Americano ao povo brasileiro, através da CNBB.

Existe certa polêmica sobre o caráter dos donativos Americanos e, sobretudo, a viabilidade dos interesses de cada programa de solidariedade dos EUA. Surgiram debates, em especial, por parte da A.C especializada ao questionar a contradição destes trabalhos na ausência de mecanismos que evitassem a dependência da ajuda estrangeira, simultaneamente cresceu um sentimento antiamericano em grandes setores da sociedade, pois:

para muitas pessoas, já eram evidentes os objetivos desses e de outros programas assistencialistas estadunidenses. Afinal, o governo precisava justificar os gastos realizados. E ele deixava as claras as vantagens do país: recuperar a imagem dos Estados Unidos junto aos pobres, que eram, segundo a sua visão, os principais alvos do aliciamento dos partidos de esquerda com suas propostas socialistas; usar o estoque de alimentos como forma de modificar os hábitos alimentares, abrindo mercados futuros para os produtos estadunidenses. (CNBB ESTUDOS DA, 2006, p. 47)

A Cáritas Brasileira, gradativamente, introduziu paralelamente com a distribuição dos donativos uma formação de promoção humana, através de técnicas e cursos do Serviço social, tais como treinamentos para a higiene e o cuidado dos filhos.

No início dos anos 60, o volume dos donativos diminuiu gradativamente, e o número de obras sociais que se mantinham a partir do convênio entre a Conferência dos Bispos e o *Catholic Relief Service* (CRS), órgão executivo da conferência dos bispos dos Estados Unidos, eram grandes. Assim, “procuravam a maneira de como sustentar a Cáritas brasileira a longo prazo, com recursos próprios. Convinha que ela deixasse de ser mera executora dos programas de assistência social do referido convênio entre a CNBB e a conferência norte-americana”..(CNBB ESTUDOS DA, 1983, p. 20)

À medida que a Cáritas se estruturou, aumentou a sua necessidade de manutenção econômica, a qual passou a ser cobrada em pequenas taxas regionais das Cáritas Diocesanas, e assim sucessivamente os donativos foram diminuindo, como no ano de 1966 em que a Cáritas recebeu 66 mil toneladas de alimentos e roupas, já no ano seguinte o volume de donativos diminuiu notavelmente para 19 mil toneladas.

A partir da nova realidade do financiamento estrangeiro e das necessidades de manter as obras sociais, surge a ideia de iniciar estratégias para fornecerem autonomia econômica à todas as instituições da Cáritas, as quais estavam espalhadas por todo o território nacional.

Esta proposta objetivou conter a característica de promover a fraternidade cristã em função dos mais necessitados, sendo denominada de “Campanha da Fraternidade”. Este projeto deveria ter um ambiente de evangelização, ocorrendo durante a Quaresma, visando, assim, o desenvolvimento e a preparação deste trabalho. Como vimos anteriormente, a estrutura para o desenvolvimento da campanha tinha um contexto de articulação eclesial bem desenvolvido por trabalhos realizados pela A.C, e seus grupos de trabalho, foram no Nordeste na região do Rio Grande do Norte onde estava o secretário Nacional de Ação

Social D. Eugênio Araújo de Sales, quem assumiram a ideia de levar a cabo a primeira Campanha da Fraternidade na quaresma de 1962.

Nos anos seguintes foi realizada a campanha que contou com a participação de treze dioceses de Estados vizinhos. Um exemplo desta experiência piloto de fraternidade foi a experiência realizada em Nísia Floresta.

### 1.2.6 Nísia Floresta e a Primeira Campanha da Fraternidade

É de se destacar a inovação desta experiência ao estar tão adiantada para seu tempo. As novidades destas experiências tinham a presença de Mulheres na vida da Igreja, a dinâmica das comunidades eclesiais de base, as escolas radiofônicas, e o trabalho especializado em função da promoção da dignidade humana (PRATES, 2007, p. 22).

A cidade de Nísia Floresta teve um papel importante na geração de novas experiências pastorais, pois a realidade Eclesial caracterizava-se pela falta de sacerdotes. Assim, Dom Eugênio encontrou a solução dentro da mesma estrutura eclesial, constatando que havia “quase 40.000 religiosas no Brasil. Todas se dedicam a obras muito boas, mas será que essas obras serão as mais urgentes e necessárias à igreja hoje? Se uma quarta parte das religiosas se dispusesse a assumir as paróquias sem padre, estaria resolvido esse grande problema” (TEIXEIRA, 1998, p.66).

Esta proposta seria um trabalho missionário e teria a Cidade de Nísia Floresta como plano piloto. Nísia tinha na época cerca de 10.300 habitantes, sendo uma região composta por camponeses na sua grande maioria e em situação de subdesenvolvimento, com condições de saneamento básico (água, luz, esgoto) quase nulos, e com precários serviços de assistência médica e escolarização.

Nesta perspectiva, em 1963 iniciou-se uma experiência piloto para as comunidades religiosas, na qual as irmãs assumiram uma paróquia sem padres, como nos descreve Eli Araújo (2000):

Quatro irmãs da congregação de Jesus Crucificado passaram a viver no meio do povo, residiram em casa simples, igual a tantas da cidade. Conviviam como cidadãs de uma cidade do interior. O povo as recebia com alegria e simplicidade. As irmãs sentiam-se realizadas com a resposta possível ao chamado do Senhor... atuavam como verdadeiras vigárias e como tal participavam da vida diocesana, dos encontros zonais, das reuniões mensais do clero, das assembleias pastorais e dos conselhos dirigentes (ARAÚJO, 2000, p.36).

Esta nova experiência pastoral contou com a participação de uma equipe pastoral composta pelas Irmãs: Maria José Cardoso, Maria José César Albuquerque, Maria da Glória Bastos Silva e Neusa Leite



Moreira, e um Vigário dominical, Otto Euphrásio de Santana. O trabalho foi parte de um projeto em grupo conformado por uma equipe composta por sociólogos, assistentes sociais, agrônomos nutricionistas do (SAR), e um grupo de sacerdotes que deram formação litúrgica às irmãs. A partir deste contexto é que nasce a ideia da Marcha da Fraternidade, com o objetivo de trabalhar as mensagens da Campanha da Fraternidade em todas as comunidades de base, de uma forma lúdica e pedagógica ao alcance do entendimento de todos. Os donativos recolhidos, tais como: ovos, legumes, feijão galinhas, milho e tudo o que compõe o dia-a-dia, eram levados ao centro da pastoral e vendidos aos domingos numa feira durante a campanha.

Esta experiência contribuiu para a transformação na vida religiosa abrindo espaços para a participação dos leigos, a desclericalização do trabalho pastoral, valorizando assim o trabalho comunitário. Marcando diretamente a dinâmica das futuras Campanhas da Fraternidade.

Neste primeiro capítulo foi apresentado o contexto socioeconômico e político do século XX para, desta forma, situar a Igreja Católica no Brasil em relação a Estado e seus governos. A Igreja na sua preocupação por se atualizar de acordo com o ritmo dos tempos opta por formar quadros leigos católicos para influenciar politicamente a sociedade brasileira. Serão estes grupos de leigos que através de um processo de participação social tomarão consciência das realidades do país. A Igreja à medida que ia interagindo num primeiro momento com o Estado Novo, ela se deparou com o comunismo que estava se disseminando dentro das classes populares, em especial, no ambiente rural, e representava uma ameaça para a Igreja Católica. Por outro lado, a Igreja inicia sua participação nos projetos de desenvolvimento dos anos 50 através da participação de bispos e de leigos da AC. Os bispos do Brasil fundam a CNBB que dará conjuntura a Igreja Católica no Brasil, dando continuidade a sua presença dentro da cena político-social do país.

O desenvolvimento econômico no Brasil está centralizado, deixando regiões à margem do progresso e da justiça social. Será no nordeste que se iniciam uma série de experiências pastorais que aportaram uma inserção da Igreja, devido ao surgimento das ligas camponesas. A Igreja na sua preocupação inicia parcerias com o Estado para desenvolver programas de educação no campo como MEB, ampliando, assim, suas bases no ambiente popular do nordeste. Será no Rio Grande do Norte onde se iniciam as primeiras experiências de fraternidade nas cidades de Natal e Nísia Floresta, dando, assim, origem a primeira CF que é produto destas experiências pastorais de inserção surgidas nas primeiras décadas do

século XX. Neste segundo capítulo, apresentaremos a Igreja perante esse impasse e a sua relação com o Estado em contexto do concílio Vaticano II.

## Capítulo II

Neste segundo capítulo, apresentamos a Campanha da Fraternidade na sua origem, o processo que levou a CF a ser um projeto nacional. Dividimos o processo evolutivo da CF em três fases. A primeira fase que está orientada para a renovação da Igreja a nível interno e, logo, uma segunda fase que está marcada pela orientação de uma nova identidade do cristão. A terceira fase que está orientada pelos documentos do Vaticano II e os de Medellín e Puebla, e como estes documentos deram uma identidade a CF dentro da pastoral da Igreja Católica no Brasil. Por fim, apresentamos como é preparada e executada cada CF na programação anual.

### 2.1 Que é a Campanha da Fraternidade (CF)

A Campanha da Fraternidade é uma estratégia pastoral mediante a qual a Igreja se dirige a seus fiéis para lhes transmitir os seus ensinamentos e, assim, mantém a conexão e participação entre a Igreja e as bases durante o período Quaresmal no qual se prepara um tema proposto cada ano, em uma dinâmica de conscientização através da participação estabelecida por meio de um cronograma de atividades.

Sendo assim, o projeto procura animar todas as comunidades num compromisso pastoral concreto, que marca a unidade da evangelização pelo empenho comum em prol da solidariedade e fraternidade. Esta estratégia conta com um plano de atividades para cada ano e um problema determinado e urgente que é articulado através da participação na ação pastoral de conjunto. (CNBB, 1991, p. 17)

Por que o nome de Campanha e da Fraternidade?

É uma Campanha por que se realiza num período determinado, com atividades específicas de formação de consciência e mobilização da caridade dos fiéis. *Fraternidade* porque é a forma mais completa de amor ao próximo. Visa-se, assim também despertar a virtude da caridade nos fiéis para o atendimento das pessoas atingidas por catástrofes, em situações de emergência e urgência, e pobreza absoluta. Escolheu-se o período da *Quaresma* como meio melhor de viver esse período e, sobretudo, de colocar em prática a mensagem e a penitência. (CNBB, 1991, p. 17)

A Campanha da Fraternidade é uma estratégia que no seu início teve como finalidade a função econômica,

em 1961, três padres responsáveis pela Cáritas brasileira idealizaram uma campanha para arrecadar fundos para as atividades assistenciais e promocionais da instituição e torná-la, assim, autônoma financeiramente. A atividade foi chamada de *Campanha da Fraternidade*, realizada, pela primeira vez, na Quaresma de 1962 em Natal- RN, com adesão de outras dioceses e apoio financeiro dos bispos norte-americanos. No ano seguinte, dezessete dioceses do Nordeste realizaram a Campanha. Não teve êxito financeiro, mas foi o embrião de um projeto anual dos Organismos Nacionais da CNBB e das Igrejas particulares no Brasil, e na perspectiva das Diretrizes Gerais da Ação Pastoral (Evangelizadora) da Igreja no nosso país (CNBB, 2014, p. 105).

A arrecadação de fundos tinha como objetivo, sustentar obras sociais e, assim, diminuir a dependência da Cáritas e da CNBB, órgãos que administravam donativos vindos de programas assistencialistas na época do pós-guerra. Por exemplo, o programa “Alimentos para a Paz” articulado pela *Catholic Relief Services* (Serviço de Ajuda Católica), órgão caritativo dos bispos de EUA, como foi apresentado no capítulo anterior.

Como produto da sua metodologia e inserção, a Campanha da Fraternidade foi se convertendo em um grande instrumento de formação de consciência e de participação apostólica<sup>13</sup> e social. Sendo assim, a Campanha da Fraternidade

visa muito mais do que a arrecadar contribuições financeiras, pois exige que essas contribuições sejam fruto da conscientização dos católicos [...] Sua realização na Quaresma se fundamenta nessa visão, pois a quaresma é o momento mais indicado para a formação da consciência. (CNBB ESTUDOS DA, 1983, p. 28)

A cada ano é escolhido um tema que trabalha uma realidade específica da Igreja e da sociedade brasileira. Cada CF tem um lema que ilumina a busca da transformação. O objetivo da CF é despertar a solidariedade dos católicos e não católicos à procura de soluções em prol da construção de uma sociedade mais justa a partir do tema proposto a cada ano.

A CNBB é a responsável pela coordenação da CF em cada ano, visando por um lado, educar para a vida em fraternidade, com base na justiça e no amor, exigências centrais do evangelho, e de outro lado, renovar a consciência na responsabilidade de todos, através da ação da Igreja na sua missão evangelizadora

---

<sup>13</sup>A Igreja exerce-o de diversas maneiras, por meio de todos os seus membros, já que a vocação cristã é também, por sua própria natureza, vocação ao apostolado. Do mesmo modo que num corpo vivo nenhum membro tem um papel meramente passivo, mas antes, juntamente com a vida do corpo, também participa na sua actividade, assim também no Corpo de Cristo, que é a Igreja, todo o corpo «cresce segundo a operação própria de cada um dos seus membros» (Ef. 4, 16). Mais ainda: é tanta neste corpo a conexão e coesão dos membros (Ef. 4, 16), que se deve dizer que não aproveita nem à Igreja nem a si mesmo aquele membro que não trabalhar para o crescimento do corpo, segundo a própria capacidade..

em função da promoção humana<sup>14</sup>. Ademais, o tema e o lema, de cada CF tem um gesto concreto, expresso na coleta econômica levada a cabo no domingo de Ramos. Esta coleta é realizada em âmbito nacional, em todas as comunidades católicas; a coleta é distribuída da seguinte forma: para a CNBB nacional 10%, e a CNBB regional outros 10%; 35% para a diocese desenvolver programas de promoção humana; e, 45% são destinados para a paróquia com a mesma finalidade.

## 2.2 Origem da Campanha da Fraternidade

O contexto histórico que caracteriza a origem da CF foi marcado por um longo processo de amadurecimento de iniciativas e movimentos pastorais que surgiram como resposta às exigências sociais que a Igreja estava enfrentando nas primeiras décadas do século XX. Entre elas, a diversidade religiosa e as ameaças do pensamento marxista e sua influência na sociedade brasileira, fez com que a Igreja entrasse numa dinâmica de modernização a partir da atuação da Ação Católica e sua inserção nas bases da Igreja dentro da sociedade conforme apresentamos no capítulo anterior.

A inserção da AC fundamenta a ação conjunta da Igreja Católica no Brasil. A CNBB, na elaboração e organização de projetos, dará elementos críticos que caminharão ao lado da Campanha da Fraternidade.

A década entre 1950-1960 foi caracterizada por uma efervescência de experiências de cunho eclesial, as quais inauguraram na Igreja da época, um verdadeiro deslanche de renovação. Dentre tais experiências eclesiais podemos destacar o projeto de catequese popular da diocese de Barra do Pirai. O movimento de ação católica brasileira, o movimento de educação de base, o movimento de Natal, e a experiência pastoral paroquial realizada na cidade de Nísia Floresta. Este último projeto de pastoral paroquial pode ser considerado um desdobramento do projeto eclesial da diocese de Natal. E neste contexto de significativas iniciativas eclesiais que surgira o projeto que propõe uma campanha para angariar recursos financeiros, vinculados ao sentido eclesial da fraternidade. Mais precisamente, podemos assegurar que a Campanha da Fraternidade é um desdobramento das instituições eclesiais que nasceram no bojo do movimento da Arquidiocese de Natal. (PRATES, 2007, p. 22)

---

<sup>14</sup>Promoção Humana: Somente a partir dos anos 50 do século passado, setores importantes de sua institucionalidade (bispos, padres e religiosos e religiosas, leigos e leigas) começaram um processo de deslocamento de seu lugar social no centro, rumo à periferia onde o povo pobre vivia. Surgiu o discurso da promoção humana integral e da libertação sócio histórica cuja centralidade é ocupada pelos oprimidos que já não aceitam mais sua condição de oprimidos. Pelo fato de serem simultaneamente pobres e religiosos, tiraram de sua religião as inspirações para a resistência e para a libertação rumo a uma sociedade com mais participação popular e mais justiça. Emerge um cristianismo novo, profético, libertador e comprometido com as mudanças necessárias.

O momento histórico do Concílio Vaticano II se enquadra com o momento da renovação da Igreja no Brasil. A Igreja brasileira, por sua vez, estava preocupada com a atualização da instituição por meio de estratégias de planejamento da ação pastoral. Como estratégias surgirão dois projetos: o Plano De Emergência (1962), e o Plano Pastoral de Conjunto (1965). Esses dois projetos terão uma dupla função. Primeiramente, a inserção do Vaticano II no país e a programação pastoral nacional.

No dia 5 de Abril de 1962 no Rio de Janeiro na quinta Assembleia Nacional dos Bispos, que foi antecipada por causa do concílio a CNBB,

discutiu-se e aprovou-se o seu primeiro Plano de Pastoral de Conjunto, batizado com o nome de Plano de Emergência (PE). Inspirado em boa parte na experiência da Arquidiocese de Natal, (RN), sob a responsabilidade de Dom Eugênio de Araújo Sales, como administrador apostólico. O plano comportava duas partes, uma *pastoral* e outra *econômico-social*. Na parte *pastoral*, insistia-se no princípio da Pastoral de Conjunto, como a chave para uma ação mais eficaz da Igreja, e previa-se um esforço de renovação da área tradicional da Igreja: - a paróquia- o ministério sacerdotal- as escolas católicas. Na parte *econômico-social*, centrava-se em dois pontos: a questão das Frentes Agrárias- a Sindicalização Rural e o Movimento de Educação de Base (MEB), juntamente com a atitude da Igreja ante a aliança para o Progresso, recém-lançado pelo Governo dos Estados Unidos, como meio de bloquear o fermento revolucionário na América Latina, após a vitória da revolução em Cuba. (BEOZZO, 2005, p. 352)

Em segundo lugar, o surgimento do Plano da Pastoral de Conjunto foi uma consequência do Plano de Emergência que

ao longo do Concílio, percebeu-se um duplo movimento: a implementação do PE, acompanhado das revisões periódicas; a aparente necessidade de repensar o conjunto das decisões pastorais e da teologia que as embasava, à luz das novas realidades eclesiais e teológicas que emergiam do Concílio, sob o duplo impacto da *Lumen gentium* e da *Gaudium Et spes*. Mas também das mudanças na liturgia, da afirmação do ecumenismo e do repensar do apostolado dos leigos. (BEOZZO, 2005, p. 352)

Neste sentido, vários movimentos aportaram à Igreja uma nova forma de se reconhecer através das bases e, assim, reformular sua missão através da experiência de inserção. Será o Plano de Emergência junto com o Plano de Pastoral de Conjunto que articularão a gênese da Campanha da Fraternidade através da implementação metodológica do “Ver, Julgar, Agir”<sup>15</sup>.

Para falar das origens da Campanha da Fraternidade é importante retomarmos o que já discutimos sobre a região Nordeste brasileira e, mais especificamente, em Natal, Rio Grande do Norte.

---

<sup>15</sup>Método ver-julgar-agir: o método ver-julgar e agir foi concebido por Joseph Cardijn, fundador da Juventude operária católica (JOC), na Bélgica,[...]na realidade, O método ver-julgar-agir é mais do que um método; é uma pedagogia. Mais que isso, é sobretudo uma forma de ser igreja, que juntamente com outras iniciativas inovadoras, desembocou no concílio Vaticano II e contribuiu significativamente para o novo lugar da igreja no mundo, para a nova teologia do laicato, para uma pastoral da ENCARNAÇÃO e transformadora, para a militância cidadã dos cristão nas sociedade.

Em seu início, teve destacada atuação o Secretariado Nacional de Ação Social da CNBB, sob cuja dependência estava a Cáritas Brasileira, que fora fundada no Brasil, em 1957. Na época, o responsável pelo Secretariado de Ação Social era Dom Eugênio de Araújo Sales, e por isso, presidente da Cáritas Brasileira. O fato de ser administrador apostólico de Natal (RN) explica que a Campanha tenha iniciado naquela circunscrição eclesial e em todo o Rio Grande do Norte. (CNBB, 2013, p. 135)

Na Quaresma de 1962 no Rio Grande do Norte com a adesão de outras três dioceses e o apoio dos bispos norte-americanos, se deu a primeira experiência de fraternidade. Naquela época surgiu a ideia de dinamizar a Cáritas e como sustentá-la a longo prazo. O então administrador apostólico da Arquidiocese de Natal e responsável pelo Secretariado Nacional de Ação Social e Secretaria Nacional da Cáritas Brasileira assumiu a ideia de desenvolver no Rio Grande do Norte a primeira Campanha da Fraternidade.

No ano seguinte, em 1963, dezessete dioceses do Nordeste realizaram a CF e, na avaliação desta experiência, os resultados não foram significativos em termos de arrecadação econômica já que não cobriu suas despesas; não obstante, a aceitação dessa experiência Quaresmal foi bem recebida já que teve repercussão a nível nacional e agradou os Bispos brasileiros.

Durante o Concílio os bispos estavam juntos, na mesma casa em Roma estudando, refletindo intercambiando experiências, projetando a pastoral do Brasil. A partir do Concílio, percebeu-se logo que, após o Plano de Emergência, o primeiro Plano de Pastoral de Conjunto (PPC) deveria ter como objetivo fazer a igreja se ajustar rapidamente às orientações do Concílio. Tendo ouvido o relatório da experiência da CF no Nordeste, os bispos perceberam que a iniciativa da CF poderia ser estendida para todo o país e ser uma importante mediação para ajudar na implantação do Concílio no Brasil e um veículo com o Plano de Pastoral. (CNBB, 1991, p. 17)

A medida em que a CF ia ganhando aceitação e adesão nas paróquias com o aval dos Bispos, a CF iniciou a desenvolver outra função, além da arrecadação econômica. Foi a partir da inserção da CF, que se transformou nos seus inícios, em um instrumento educativo e pastoral que levava a doutrina proposta no Vaticano II. Em dezembro deste mesmo ano, a CNBB assumiu o projeto da Campanha da Fraternidade quando foi decidido que a CF seria promovida a nível nacional.

A certidão de nascimento da Campanha da Fraternidade foi assinada pelo então Secretário Geral da CNBB Dom Hélder Câmara, com data de 26 de dezembro de 1963.

Sob o impulso renovador do espírito do Concílio Vaticano II, em andamento na época, e realizado pela primeira vez na Quaresma de 1964. O tempo do concílio foi fundamental para a concepção, estruturação e encaminhamento da CF, do Plano de Pastoral de Emergência, do Plano de Pastoral de Conjunto e de outras iniciativas de renovação eclesial. (CNBB, 2014, p. 106)

A execução da CF na Quaresma de 1964, sendo a primeira a nível Nacional, teve como tema “*Igreja em renovação*” e como lema “*Lembre-se: que você também é Igreja*”. Desta vez com a participação de cerca 70 dioceses através do Secretariado Nacional de Ação Social e da Cáritas brasileira. Em dezembro do

mesmo ano na avaliação da CF, os bispos reunidos em Roma aprovaram o fundamento inicial da organização da CF com o título de Campanha da Fraternidade e deram seu aval para iniciar um investimento não só nos recursos humanos, mas também nos recursos financeiros para a preparação deste projeto nacional.

No ano de 1965 a CNBB decide assumir a CF com sugestões da diretoria da Cáritas que propunham manter a preocupação na pastoral enquanto produto da experiência colegiada do Concílio e, ao mesmo tempo, a continuação da Cáritas na participação da CF.

Após a CF de 1965, o Secretário Geral da CNBB e bispo auxiliar do Rio de Janeiro, Dom José Gonçalves da Costa, se empenhou em estruturar a CF. Tornava-se imprescindível uma base financeira e uma coordenação a tempo integral. Para conseguir o coordenador, muito contribuiu o novo diretor da CRS, Pe. Edmundo, que assessorou o secretário geral no sentido de obter uma colaboração do setor de Ajuda Pastoral à Igreja Latino Americana (Latin America Bureau) outro órgão da igreja dos Estados Unidos. (CNBB ESTUDOS DA, 1983, p. 26)

Sucessivamente, no ano de 1967, a CF teve um novo integrante na coordenação o Pe. Tomé Morressey da congregação dos Redentoristas junto com Pe. Jacob Irineu Brévian do clero diocesano de Passo Fundo (RS) no cargo de assessor Eclesiástico, que seria o encarregado de desenvolver a reflexão pastoral dentro da CF.

Em 1968,

o secretário geral convidou o Pe. Alfredo Novak, também Redentorista, para o serviço permanente de coordenação nacional da CF. O Pe. Alfredo na coação era Coordenador Nacional da CF na arquidiocese de Belém do Pará, depois de ter atuado em Teresina e Manaus na mesma função. O novo coordenador nacional orientou as organizações regionais, superou várias dificuldades, conseguindo que a CF se tornasse um método de evangelização que conscientiza o povo sobre a verdadeira fraternidade e supera a ideia de simples coleta financeira para fins assistenciais. O Pe. Alfredo foi animador da CF em todo o país de Julho de 1968 até abril de 1979, quando foi chamado à missão de Bispo Auxiliar na igreja de São Paulo. (CNBB ESTUDOS DA, 1983, p. 27)

Em 1970 a comissão central da CNBB tomara a decisão de dar mais valor ao sentido evangelizador da CF, reconhecendo que era um instrumento de evangelização, pela validade do seu método de trabalho, já que suas linhas de ação se inserem nas linhas de Execução do PPC. Abriu novas frentes de trabalho, sobretudo para os leigos mantendo a sua espiritualidade característica de CF, junto com sua programação e articulação sistemática doutrinal adequada às necessidades da inserção da igreja na realidade do povo.

A CF teve a sua consolidação em 1971, quando se realizou o Encontro Nacional da Campanha da Fraternidade. A CF foi então consolidada como "Campanha da Fraternidade" da CNBB sob a responsabilidade do Secretário geral e de uma equipe intersetorial de coordenação formada pelos Assessores das "seis linhas e/ou dimensões da pastoral da CNBB." Em 1971 ficaram prontos os estatutos e em 1972 a Comissão Episcopal de Pastoral (CEP) aprovou o prolongamento da CF até a Páscoa, demonizando-a "Dia da fraternidade". Nos anos seguintes a CF expande-se e



torneou-se uma manifestação muito especial da evangelização libertadora da Igreja, atuando concomitantemente na renovação da vida da igreja e na transformação da sociedade, trabalhando sobre os problemas específicos à luz do projeto de Deus. (CNBB, 1991, p. 18)

Esta nova etapa da CF a definiu como um Instrumento da Pastoral de Conjunto com suas características especiais. A CF partilha o mesmo objetivo geral que o Plano de Pastoral Orgânica (PPO), porém, é um instrumento que intensifica a execução dos objetivos do PPO em um tempo oportuno, levando à preparação e a reflexão dos objetivos na participação conjunta das pastorais da CNBB articulando a paróquia, a diocese, e a Igreja regional.

Com base em seus princípios, a CF, segundo as orientações de Dom Ivo, planejou a estrutura da CF não como um órgão de personalidade jurídica, mas sim como uma Campanha institucional da CNBB. Em 1971, no dia 16 junho, foi constituída uma equipe inter setorial de coordenação nacional constituindo, assim, linhas de ação de Pastoral do Secretariado Geral da CNBB: (1) objetivo geral; (2) objetivo específico; (3) política e estratégia de ação; (4) metas; (5) tarefas e material; (6) responsáveis; (7) prazos; (8) custos; (9) acompanhamento; (10) avaliação. (CNBB ESTUDOS DA, 1983, p. 24).

Desta forma, a CF definiu-se com os seguintes fundamentos:

- 1) Objetivo: evangelizar todas as camadas da sociedade.
- 2) Forma Pastoral: campanha institucional de opinião pública. - apostolado de opinião pública.
- 3) Estratégia e Mídia: utilização combinada dos principais veículos de divulgação.
  - 3.1) Divulgação da natureza pastoral: a) litúrgica; b) catequese; c) das escolas; d) dos leigos; e) outras.
  - 3.2) Divulgação da natureza publicitária: a) televisão; b) rádio; c) jornais; d) cinema; e) revistas; f) grupos de estudo.
- 4) Material para divulgação.
- 5) Rede de promoção e distribuição.
- 6) Eficiência: campos de atuação. (ARAUJO, 2000, p. 154)

A cada ano foram surgindo novos aportes na configuração das CF. No ano de 1972 foi constituída a CEP (Comissão Episcopal de Pastoral) que ampliava o tempo da CF até o domingo de Páscoa; no ano seguinte, os meios de comunicação social foram considerados de grande importância para a propaganda da CF que foi ganhando espaço no seio da opinião pública. De 1974 até os nossos dias tem-se mantido a continuidade da CF como parte fundamental na pastoral nacional.

Numa entrevista feita por Eli Araújo (2000) ao padre Benedito Spinosa, que foi Assessor de Comunicação Social da CNBB durante oito anos, ele define a CF em vários parâmetros:

A Campanha da Fraternidade é a maior campanha de evangelização da América latina. (...): 1) nós temos um país de dimensões continentais e o material produzido para a CF é sucesso de distribuição em todos os lugares do Brasil. São quase 10 mil comunidades que recebem o material de comunicação; 2) a CF não tem só caráter de coleta. Ela incentiva o estudo de um tema. E o texto-base tem uma tiragem própria de sucesso editorial. Nos últimos anos, a tiragem passou dos 80 mil exemplares; 3) outro parâmetro é a produção variada de peças publicitárias e cada uma delas (ou mais de uma) destinada a um segmento diferente da população. Há uma capacidade de cobertura em muitos ambientes e tipos de públicos muito distintos; 4) Existe todo um esforço para se produzir um texto de reflexão sobre o evangelho, unido aos desafios dos dias de hoje com a prática da religião. Essa características não há em outras comunidades de conferências episcopais do mundo. (ARAUJO, 2000, p. 22)

Apresentamos nesse primeiro item a evolução histórica da constituição das CF, em seguida, discutimos as etapas que constituem cada CF.

### 2.2.1. Etapas da Campanha da Fraternidade

O contexto histórico da Igreja na década de 1960 teve uma virada que seria um divisor de águas dentro da Igreja, tanto a nível mundial quanto nacional; tão significativa que já não se consegue imaginar uma missa celebrada em Latim pelo sacerdote que fica de costas para a comunidade durante a celebração, tendo em conta que hoje a missa é celebrada em língua nativa e com a participação ativa do Povo de Deus.

O Concílio Vaticano II transformou a relação da Igreja com a comunidade dos fiéis, reconhecendo-se como Povo de Deus, sem diferenciação do(a) leigo/a como cidadão/ã de segunda categoria. Dando-lhes mais participação em atividades que outrora eram próprios de religiosos e do próprio clero.

O Papa João XXIII fez a abertura do Concílio no dia 10 de outubro de 1962. Ele foi encerrado pelo Papa Paulo VI no dia 7 de dezembro de 1965. Demorou pouco mais de três anos. No Concílio foram elaborados 16 documentos, que tratarão dos seguintes assuntos: A Igreja /A revelação Divina/ A Igreja no Mundo de Hoje/ A Sagrada Liturgia/ O Ecumenismo/ As Igrejas Orientais Católicas / A Atividade Missionária da Igreja / A Atividade pastoral dos Bispos na Igreja/ O Mistério e a Vida dos Presbíteros/ A Atualização dos Religiosos/ A Formação Sacerdotal/ O Apostolados dos Leigos / Os meios de Comunicação Social / A Educação Cristã / A Liberdade Religiosa / As Relações da Igreja com as Religiões não-Cristãs.(ARAUJO, 2000, p. 14)

Os bispos do Brasil concordaram que na CF estivesse incorporado o espírito do Concílio Vaticano II. A Campanha da Fraternidade, então, passara a fazer parte da história da Igreja em um novo momento.

A CF por ter surgido durante o Concílio vaticano II. Três documentos conciliares foram importantes para o desenvolvimento da CF: *Sacrosanctum Concilium*, sobre a Liturgia; *Lumen Gentium*, sobre a natureza e missão evangelizadora da Igreja; e *Gaudium et spes*, sobre a presença transformadora da Igreja no Mundo de Hoje. (CNBB, 2014, p. 14)

Desta maneira, a CF foi caracterizada, nos seus primeiros anos, pela necessidade de reformular a identidade e a vida interna da Igreja com a inspiração direta do Concílio Vaticano II. Por isso, nas CFs dos anos de 1964 a 1965 se iniciou a primeira fase que foi denominada: *Em busca da renovação da Igreja*; na CF de 64 o tema foi “*Igreja em Renovação*” com o lema: “*Lembre-se: Você Também é Igreja*”; já na CF de 65

é a ressonância da visão de uma Igreja que se configura e se expressa por meio de todos os membros que a compõem. Essa proposição é afirmada de forma simples e profundamente densa com a ideia de uma Igreja a altura do Concílio. Enquanto nossos bispos, em Roma, unidos ao Papa, procuram a maneira adequada de reformar a Igreja, temos de estar a altura do Concílio e dar o máximo de nós mesmos para a melhoria de nossa paróquia e da nossa diocese. A renovação da igreja passa pela mediação de uma renovação paroquial e diocesana. A renovação paroquial será a temática desenvolvida pela CF-65 com o tema “Paróquia em renovação”, no qual se acentuam as três dimensões renovadoras: Fé, culto e amor. (PRATES, 2007, p. 56)

Num segundo momento desta primeira fase da CF (1966 a 1972), o foco esteve nas pessoas que se batizavam, mostrando, assim, quem é o Cristão autêntico e qual é sua missão para com o próximo. Este momento teve como alvo definir a identidade do Cristão ou renovação do Cristão. Esta etapa da CF teve como objetivo fundamental localizar a renovação da vida do Cristão no seu compromisso com a comunidade Eclesial.

Na América-latina, a Primeira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín (1968), teve um papel muito importante. A reflexão sobre a realidade Latino-americana levou a Igreja a enfrentar o desafio da pobreza e a necessidade de uma presença transformadora nas estruturas sociais. (CNBB, 2014, p. 14)

Na segunda fase (1973 a 1984), a CF é o reflexo da nova missão que a Igreja tem na sociedade, ao se preocupar com a realidade social, a Igreja reconhece a dimensão do pecado social<sup>16</sup> e a sua consequência na vida do Povo de Deus e o seu compromisso com a Justiça.

Fase a fase com os desafios da situação local, a Igreja viu-se na obrigação de definir prioridades. A opção preferencial pelos pobres, as CEBS e a opção pelos Jovens, no contexto da opção pela família, são opções prioritárias em Puebla. Medellín e Puebla afirmam claramente as opções

<sup>16</sup>O tema do pecado social exige uma compreensão da relação entre pessoa e sociedade. Exige sobretudo a compreensão da originalidade que tem o social na antropologia cristã e na consciência dos homens de hoje. [...] Com efeito, todo ato humano, pelo próprio fato de ser humano, tem uma dimensão de abertura para Deus e para o próximo. E assim pode-se dizer que todo pecado, especificado por seus objetos próprios, *tem uma dimensão social*. Mas isto não é suficiente para precisar a formalidade e o conteúdo daquilo que hoje se chama *pecado social*. [...] O pecado social é uma realidade antropológica e histórica que *atinge o social em sua originalidade própria*. Ele se encarna nas estruturas sociais e mata o sujeito humano como sujeito, e o impede de realizar um ato humano em toda sua dimensão de verdade, de bondade e de comunhão com os outros. *Ele é contra a comunhão do Povo*. [...] *O pecado social é um espírito egoísta que determina a vida da sociedade e das pessoas que nela vivem e participam do bem comum*.

preferenciais da Igreja Latino-americana pelos pobres, no intuito da sua integral libertação. (AGOSTINI, 1990, p. 34)

Promover um compromisso para um mundo mais humano e fraterno só seria possível na medida em que o pobre deixa de ser um simples objeto de ajudas à margem da lei e passa a ocupar o centro, levando a Instituição a identificar e combater as estruturas que o marginalizam. Esta etapa da CF será denominada *Compromisso Social*. Com a inspiração do Vaticano II e de Medellín,

nesta segunda fase, que compreende doze CFs, há um desdobramento eclesial-eclesiológico no sentido da igreja adotar uma postura diante a sociedade brasileira sob a inspiração da *Gaudium et spes* aplicada à sua realidade à luz das afirmações teológicas de Medellín. O tema que inaugura esta nova fase é articulado na linha da relação entre fraternidade e libertação, proporcionando uma reflexão em torno da fraternidade-libertadora. (PRATES, 2007, p. 58)

A terceira fase da CF representa a gradativa inserção da Igreja através das suas pastorais sociais que cada vez mais se especifica, tanto assim que, nas CFs dos anos de 1985 até os nossos dias a CF tem refletido a situação existencial do povo brasileiro. Essa fase da CF foi denominada de “*Igreja Católica, na denúncia do pecado pessoal e social*” que propõe a promoção de uma justiça para se criar fraternidade e deste modo o foco da CF se volta para situações mais específicas vividas pelo povo brasileiro.

A escolha do tema de cada Campanha se baseia nos acontecimentos de significação histórica, nas situações do povo Brasileiro e nos planos de pastoral. À medida que os Encontros Nacionais de Coordenadores se consolidavam, esses temas começaram a surgir de propostas vindas de dioceses e Regionais. A partir de 1972, tais propostas são encaminhadas à decisão da Comissão Episcopal de Pastoral, depois apreciadas pelos Encontros Nacionais. Na história da CF, alguns documentos do Magistério Eclesiástico têm fundamentado o conteúdo dos temas. Na década dos anos 60. Eles se inspiraram na *Lumen Gentium*, *Gaudium et spes* e *Inter Mirifica*, do Concílio Vaticano II, e na encíclica *Populorum Progressio*, de Paulo VI. A partir de 70, nas conclusões de Medellín, na exortação apostólica *evangelii nuntiandi*, de Paulo VI, nas conclusões de Puebla e nas encíclicas *Redemptor Hominis* e *Dives in Misericórdia*, de João Pablo II. (CNBB ESTUDOS DA, 1983, p. 67)

A CF teve uma caminhada gradativa na sua aceitação dentro das regiões do país tendo seu início em Natal (RN) na quaresma de 1962 contando com a participação de três dioceses; na quaresma do ano seguinte, a CF foi realizada em 16 dioceses do nordeste; em 1964 já eram 70 dioceses que estavam participando; na quaresma do ano seguinte aumentou para 91 dioceses nacionais; no ano seguinte, na quaresma de 1966 foram 120 dioceses participantes da CF; em 1967 das 184 dioceses, sendo que 140 já tinham incorporado na sua celebração quaresmal a CF.

## 2.2.2 Execução e composição da CF

### Quaresma

A realização da CF acontece durante a quaresma do tempo litúrgico de rito católico romano que no Brasil acontece depois do carnaval, na quarta-feira de cinzas, com uma duração de quarenta dias antes da Semana Santa. Durante esta semana todos os cristãos se preparam para a Páscoa<sup>17</sup>. Pela tradição da Igreja Católica no Brasil, o tempo da quaresma tem uma preparação através de celebrações e gestos concretos para a celebração da Páscoa, objetivando fazer presente a ressurreição como caminho da morte para a vida.

A primeira campanha da fraternidade em nível nacional começa com a seguinte frase: “criticar é fácil... Difícil é trabalhar, agir...” A frase é o título do primeiro de uma série de cinco folhetos no tamanho 16x21 cm, os folhetos, um para cada domingo, serviram para reflexão e comunicados ao sacerdote. Eles destacavam que “depois de quatro semanas de meditação e prece, transformaremos o Domingo da Paixão – dia 15 de março de 1964- em dia D- Dia de Decisão”.(ARAUJO, 2000, p. 54)

No ano de 1966 há uma preocupação com a comunicação e publicidade da CF, com a visão de fazer chegar a um número maior de pessoas que participam da vida paroquial, com o objetivo de oferecer reflexões sobre a vida cristã e o compromisso com a coleta do domingo da Ramos. Com a proposta de levar a reflexão consecutivamente a participação, desta forma se pretendia levar a prática e a ação educadora da CF seguidas de um esclarecimento do sentido da coleta.

A CF nesta época percebeu a necessidade de um esquema de publicidade, organizando, assim, o lançamento da CF através de entrevistas em meios de comunicação, explicando o sentido da CF. No ano seguinte a CF levantou a questão de implementar melhor a organização e a participação, através de uma estrutura em que cada paróquia ou diocese conseguisse aplicar a partir da sua realidade local. Desta forma, surgiu a ideia de estabelecer em todas as paróquias e dioceses uma estrutura mais adequada à Campanha da Fraternidade, através da convocação de um número maior de fiéis como participantes, e, por

---

<sup>17</sup>A Páscoa possui três interpretações: é a antiga festa de pastores para comemorar a primavera; é a festa dos Hebreus para relembrar sua saída do Egito no tempo de Moisés; e, por fim, é a festa anual dos Cristãos para celebrar a Ressurreição de Cristo.

consequente, aumentar a arrecadação, dinamizando, portanto, o aperfeiçoamento dos subsídios que na primeira fase constituía-se por:

1) *Folhas Volantes*. Eram entregues a cada pessoa, nos domingos de Quaresma. Formavam uma coletânea de 5 “apelos”. 2) *folhas de Sugestões e preferências*. Recolhiam as respostas aos apelos. 3) *Envelopes*. Eram entregues para recolher as doações financeiras. 4) *Cartaz*. Foi sempre a principal peça publicitária da CF: era o “grito na parede”, chamando a atenção para o tema do ano. Eram encomendados aos artistas, e a partir de 1976 surgiram de concursos. 5) *documento-base o Manual*, surgiu na CF 67. Era um libreto de orientações, subsídios de planejamento e publicidade. Chamou-se de Documento Base, acrescido em 69 de Subsídios Litúrgicos, e em 72 de Subsídios Catequéticos, quando recebeu o nome de Manual. 6) *Disco Litúrgico*. Traz a Missa da Campanha. Começou em 69. Os cantos eram encomendados a compositores. Em 1973 começaram os concursos, que em 1976 se dividiram em dois: de letra e de música. (CNBB ESTUDOS DA, 1983, p. 40)

Na atualidade a CF tem desenvolvido um material composto por:

1) **Manual**: É a peça principal, que dá a orientação da campanha de acordo com o conteúdo do tema. Iniciado nos primeiros anos, com as “Folhas Volantes” e com as “Folhas de Sugestão” e preferenciais, e acrescido em 1967 com o Documento-base, o Manual foi tomando corpo, para formar hoje uma coletânea de peças, a saber: Texto-Base, subsídios litúrgicos e catequéticos, Círculos bíblicos, integração dos meios de comunicação social na CF, cronograma e outros subsídios eventuais. 2) **Cartaz da CF**. 3) **Disco da missa**: a música congrega e revive. O disco da CF traz sempre: Canto de Entrada, canto de Meditação, Canto do Evangelho, Ofertório e Comunhão. 4) **Círculos Bíblicos**: Aos Círculos Bíblicos se deve a preparação mais consciente da CF nos meios populares, devido ao método de educação de fé, que gera comunidades de Igreja. 5) **CF em Família**: Crida pelos padres Redentoristas e vinculados à CNBB e “CF em Família” nasceu em 1976, a pedido da coordenação nacional. Seu método deriva do “Natal em Família, Liturgia Domestica” 6) **Audiovisuais**: Introduzidos na CF em 1976, os audiovisuais reúnem dupla força de comunicação interpessoal e grupal. Sua difusão ainda é restrita diante a amplidão do território nacional e devido aos diversos ambientes da Igreja no País. 7) **Minifilme**: Uma peça de grande importância o minifilme que torna possível a relação da CF em nível local, regional e nacional. 8) **Lançamento da CF na palavra do Papa**: a Campanha da Fraternidade ganhou importância, no rádio e na TV, com o lançamento feito mediante a mensagem do Papa. Aconteceu pela primeira vez em 1970, a pedido do presidente da CNBB, Cardeal Agnelo Rossi, quando Paulo VI dirigiu a sua parava em cadeia Nacional à todo o Brasil, dando início a CF. 9) **Abertura oficial da CF**: A partir de 1975, também a presidência da CNBB começou a abertura oficial da CF na sede da entidade, em horário apropriado, para todos os meios de comunicação social. Muitos bispos também fazem essa abertura em nível diocesano. (ARAUJO, 2000, p. 155)

## Coordenação e animação da CF

A CF é orientada pelas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja do Brasil e sempre foi parte integrante do planejamento pastoral. Desde seu início esteve em sintonia com o PE, e logo com o

PPC, sempre tendo como fundamento as Diretrizes que são o eixo do planejamento pastoral que busca sempre ter mais participação dos agentes de pastoral e equipes de coordenação e animação nas diversas dimensões que compõem o planejamento da pastoral.

Esta articulação através das equipes de animação da CF, para um bom desenvolvimento da CF, precisa se articular a cada ano no processo de planejamento, execução e avaliação. Essa animação é realizada por equipes de trabalho que coordenam e motivam os grupos regionais, diocesanos e paroquiais que participam da execução da CF dentro de cada equipe de coordenação pastoral estabelecido, cuja função fora estabelecer a articulação e participação das atividades propostas para o andamento da CF em cada uma das suas etapas.

Nos níveis regional, diocesano ou paroquial é aplicado um assessoramento de articulação nas equipes de planejamento da CF dentro do seu âmbito. Se este for regional, diocesano ou paroquial, constitui-se de três tempos: um antes, um durante e um depois da CF. Esse assessoramento levanta os seguintes questionamentos: O que organiza, quem envolver, que calendário seguir, onde e como atuar.

Atividades que são desenvolvidas no período anterior a campanha no nível regional:

realizar encontro regional para o estudo do Texto-base, a fim de descobrir a melhor forma de utilização das peças e subsídios de divulgação; definir atividades a serem assumidas conjuntamente nas dioceses, paróquias e comunidades; a) verificar a possibilidade da produção de subsídios adaptados à realidade local; b) possibilitar a troca de informações e o repasse de subsídios, relacionados ao tema, produzidos em âmbito mais local ou provenientes de outras fontes e regiões; c) constituir equipes e/ou indicar pessoas que possam prestar serviço de assessoria.(CNBB, 2004, p. 18)

Depois da Campanha:

a) promover um novo encontro regional de avaliação; b) providenciar a redação e o envio da síntese regional da avaliação à Secretaria Executiva Nacional da CF, dentro do cronograma previsto; c) definir a participação regional no encontro nacional de avaliação e planejamento da CF; d) repassar às dioceses a avaliação nacional e outras informações. (CNBB, 2004, p. 19)

Atividades, no nível diocesano, realizados antes da execução da CF.

a) encomendar os subsídios necessários para as paróquias, comunidades religiosas, colégios, meios de comunicação, movimentos de Igreja; b) programar a realização de encontro diocesano para estudo do Texto-base, buscando a melhor forma e utilizar as diversas peças da Campanha; c) definir atividades comuns nas paróquias; d) promover o intercâmbio de informações e subsídios; e) sugerir a escolha do gesto concreto; f) estabelecer uma programação especial de lançamento; g) constituir equipes para atividades específicas; h) informar da existência de subsídios alternativos e repassá-los às equipes.(CNBB, 2004, p. 20)

#### Atividades durante a execução da CF:

a) acompanhar as diversas equipes existentes; b) verificar o andamento das atividades comuns programadas; c) manter frequente contato com as paróquias, para perceber o andamento da Campanha; d) conferir a chegada dos subsídios a todos os destinatários em potencial; e) alimentar com pequenos textos motivadores (releases) os meios de comunicação social. (CNBB, 2004, p. 20)

#### Atividades depois da execução da CF:

a) promover encontro diocesano de avaliação; b) cuidar da redação final e do envio da síntese da avaliação à equipe regional; c) participar do encontro regional de avaliação; d) repassar às equipes paroquiais a avaliação regional e outras informações; e) realizar o gesto concreto e garantir o repasse da parte da coleta para a CNBB regional e nacional; g) fazer com que a Campanha se estenda por todo o ano, repassando outros subsídios que forem sendo publicados. (CNBB, 2004, p. 20)

No nível paroquial a CF é celebrada nas famílias, nas comunidades eclesiais, nos grupos paroquiais; todos articulados em torno da paróquia. Em relação às atividades pastorais da paróquia, haverá uma maior animação na medida em que seja motivada a CF pelo pároco responsável pelos estímulos e articulações dentro da organização pastoral.

Em toda paróquia, pastoralmente dinâmica, não faltarão equipes de serviço para tudo o que for necessário. O Conselho Paroquial de Pastoral, já constituído na maioria das paróquias, pela constituição de comissão específica, garantira a realização articulada e entusiasta da CF. (CNBB, 2004, p. 21)

#### A paróquia também desenvolve atividades antes da CF:

a) providenciar o pedido de material junto à diocese; b) programar um encontro paroquial para estudo do Texto-base e para discussão da melhor maneira de se utilizar as diversas peças de reflexão e divulgação da CF; c) definir as atividades a serem assumidas conjuntamente; d) estabelecer a programação da abertura, em âmbito paroquial; e) buscar, juntos, os meios para que a CF possa atingir eficazmente todos os espaços e ambientes da realidade paroquial; f) planejar um gesto concreto comum e a destinação da coleta da CF; g) realizar encontros conjuntos ou específicos com as diversas equipes paroquiais, para programação de toda a Quaresma e Semana Santa; h) prever a utilização do maior número possível de subsídios da Campanha. (CNBB, 2004, p. 21)

#### Atividades paroquiais durante a execução da CF:

a) intensificar sua divulgação; b) conferir a chegada dos subsídios aos destinatários; c) motivar sucessivos gestos concretos de fraternidade; d) realizar a coleta; e) distribuir o "Questionário sobre a água", orientando para que respondam e devolvam para o pároco. (CNBB, 2004, p. 22)

#### Atividades paroquiais para depois da execução da CF:

a) avaliar sua realização, encaminhando a síntese à coordenação diocesana; b) marcar presença no encontro diocesano de avaliação; c) repassar às lideranças da paróquia as conclusões da avaliação diocesana; d) realizar o gesto concreto e garantir o repasse da parte da coleta à diocese; e) fazer com que a Campanha se estenda por todo o ano, repassando outros subsídios que forem



sendo publicados. f) encaminhar o “questionário sobre a água” para a Secretaria Executiva da CF. (CNBB, 2004, p. 22)

A Igreja na CF de 1970 se preocupou com as realidades sociais e, consecutivamente, o projeto da CF passa para uma fase mais engajada buscando implementar a participação conjunta de todos para se posicionar frente ao pecado social e se comprometendo com os menos favorecidos através do gesto concreto de cada CF. Assim,

A campanha da Fraternidade se expressa concretamente pela oferta de doação em dinheiro na *coleta da solidariedade*, realizada no Domingo de Ramos. É um gesto concreto de fraternidade e partilha solidariedade, feito em âmbito nacional, em todas as comunidades cristãs, paróquias e dioceses. A coleta da Solidariedade é parte integrante da Campanha da Fraternidade. (CNBB, 2014, p. 111)

Na história da CF o gesto concreto foi ganhando importância ao fazer ativa a sua proposta de Fraternidade. Esse gesto apareceu no ano de 1970, feita pelo secretário Geral Dom Aloísio Lorscheider, proposta que afirmava a efetivação da promoção da Fraternidade na sociedade:

Uma crescente análise dos gestos concretos levou a seguinte conotação e classificação: 1) gestos assistências, destinados a pessoas necessitadas individualmente ou atendidas em obras sociais. 2) Gestos promocionais, destinado a obras e iniciativas de promoção humana, tanto na igreja como de outras obras da sociedade. 3) Gestos reconciliadores. 4) Gestos educacionais. 5) Gestos missionários. Em todos eles há sempre o significado de fraternidade e o objetivo pastoral da campanha. São todos eles, uma comunicação destinada a criar e incentivar o verdadeiro sentido da Comunhão, que pela Fé produz a fraternidade. (ARAUJO, 2000, p. 155)

A preparação da CF tem atrás de si um grande número de equipes e eventos. O CONCEP (Conselho Episcopal de Pastoral) é o órgão encarregado de programar e viabilizar a contribuição da CF em âmbito nacional. A avaliação acontece duas semanas após a Páscoa até o mês de junho. Essa avaliação está presente no material próprio de cada CF expresso num questionário que ajudará nas configurações futuras da metodologia dos próximos temas a serem propostos.

A proposta do tema da CF está composta por duas possibilidades. A primeira contempla a participação geral de todas as paróquias; tal participação acontece no momento em que é preenchido o relatório de avaliação local que será anexo à avaliação diocesana da CF. Estas sugestões serão apresentadas na avaliação nacional da CF no mês de junho, e apresentadas ao CONCEP. Neste processo são postuladas as propostas que prepararão a CF de dois anos posteriores. Sendo assim, na elaboração da CF a equipe encarregada trabalha em duas CFs já que o tema que será tratado no ano imediatamente seguinte e escolhido pelo CONCEP também é trabalhado. Desta forma se realiza a eleição participativa. Na segunda possibilidade, o tema da CF é escolhido pela presidência da CNBB ou pelo CONCEP de acordo com as propostas e seus argumentos.

O calendário de cada CF é constituído por um cronograma de atividades que vão desde a preparação do texto base até a avaliação de mesma CF. É um processo constante no qual está envolvido um grande número de grupos em uma dinâmica participativa. Citamos um exemplo de calendário:

#### Cronograma da CF-1991-1992

Data	Atividade
Fevereiro a agosto /1990	Elaboração do Texto-base e demais subsídios para a CF de 1991.
Setembro a outubro/1990	Impressão e distribuição do material da CF-91 em nível regional, diocesano, paroquial e/ outras comunidade e grupos segundo a temática da Campanha.  Elaboração do esboço do texto base da CF-92 e envio do mesmo a os senhores bispos e coordenadores regionais da CF para consulta e sugestões.
Setembro a dezembro/1990	Concurso de letras para a CF-92: "Fraternidade e Juventude".
Outubro a dezembro/1990	Reuniões de Planejamento e de Treinamento com animadores da CF-1991 em nível regional diocesano, paroquial e/ outros comunicadores e grupos segundo a temática da Campanha.
Janeiro a fevereiro/1991	Seleção de letras da CF-92 "Fraternidade e Juventude". Início do Concurso de Músicas e de Cartas para a CF-92.
10 de fevereiro /1991	(Domingo antes da quarta-feira de Cinzas.) Motivação para Abertura da CF-1991. Preparação próxima dos animadores paroquiais.
13 de fevereiro/1991	Quarta-feira de Cinzas. Lançamento da CF pela CNBB e abertura nas dioceses e paróquias. Celebração do Envio (catequistas, animadores de círculos bíblicos, de grupos de reflexão)
24 de março/1991	Dia "D". Dia do gesto Concreto. Coleta financeira em benefício da pastoral da Igreja no Brasil, como gesto concreto da vivencia quaresmal.
31 de março/1991	Pascoa: Dia Nacional da Fraternidade.
7ª 27 de abril/1991	Paróquias: Avaliação da CF e envio da mesma, juntamente com a porcentagem da coleta, à Diocese.
29 de abril 08 de maio/1991	Dioceses: Avaliação da CF das paróquias e envio de sínteses ao Regional, juntamente com a porcentagem da coleta -gesto concreto - ao Regional e ao Nacional da CNBB.
20 de abril a 15 maios/1991	Seleção previa das Musicas e dos cartazes para a CF-92.
25 a 26 de maio/1991	Encontro Nacional dos Coordenadores Regionais da CF: Avaliação global da CF-91; escolha para 1992; aprovação do Texto-base da Cf-92 planejamento para CF-93; levantamento de lemas para CF93.

Agosto e setembro/1991	Impressão do texto-base e demais subsídios para a CF-92 e gravação da Missa e outros Cantos para CF-92 Impressão do texto-base e demais subsídios para a CF-92 e gravação da Missa e outros Cantos para CF-92.
------------------------	--

Quadro 1. Cronograma da Campanha da Fraternidade 1991-1992. Fonte: elaboração própria com dados de CNBB (CNBB, 1991, p. 327)

### 2.2.3 As fases da CF e o Planejamento Pastoral

Em 1967, a Comissão Central da CNBB realizou uma avaliação sobre o processo pastoral da CF, surgindo, assim, a necessidade de organizar encontros anuais com o objetivo de analisar e preparar a CF de cada ano.

A validação da CF foi evoluindo na medida em que a organização ia se articulando melhor. Simultaneamente, definia-se mais identidade da CF em especial o seu caráter educador das comunidades eclesiais. Na medida em que a CF foi ganhando acesso nas comunidades eclesiais, também procurou se fundamentar teologicamente, este processo ficará mais evidente em cada subsidio elaborado para cada campanha.

Por este motivo no segundo encontro Nacional de Coordenadores da CF de avaliação de 1968,

decidiu-se que esta deve ser integrada no plano de pastoral de conjunto, como também deveria ser a expressão de divulgação da encíclica *Populorum progressio*, do papa Paulo VI. Neste encontro é também decisiva a proposta de elaboração de um documento-base onde aparecem as linhas teológicas da CF a serem desdobradas na ação pastoral. O encontro tem uma importância histórica para o desenrolar da CF, passando a ser como a coluna vertebral daquilo que será desenvolvido nos encontros posteriores.(PRATES, 2007, p. 27)

Desta forma, a CF se desenvolveu na medida em que cada encontro da Comissão Nacional ia definindo o caráter e a metodologia de cada CF, logo, em 1968, são elaborados quatro pontos que irão nortear o desenvolvimento da CF:

- 1) a CF seja institucionalizada, dentro da Pastoral de Conjunto como “serviço permanente” da igreja povo de Deus no Brasil.
- 2) Elabore-se documento-base teológico-Pastoral da CF, fundamentado na ideia de situar a CF no plano de Plano de Pastoral de Conjunto.
- 3) Recristianizar a Quaresma através da CF, como instrumento de apostolado da opinião pública.
- 4) Igualar o Encontro Anual Nacional da CF aos demais Encontros de caráter nacional, dentro dos objetivos do PPC.(CNBB ESTUDOS DA, 1983, p. 32)

Como resultado, nos anos seguintes foi preparado o documento base da CF que deu a sua identidade evangelizadora. Reconhece-se, assim, a necessidade de integrar a CF no Plano de Pastoral de Conjunto. O conteúdo deste material foi elaborado por Dom Aloísio Lorscheider, resultando em dois textos. O primeiro dedicado ao planejamento e o segundo como subsídio de liturgia e catequese com bases teológicas. No final de 1969 na sua avaliação esteve na pauta a motivação dos coordenadores diocesanos e sacerdotes em geral.

Ao mesmo tempo, a CF se configurou gradualmente até se converter num programa global de conjunto dos Organismos Nacionais do Secretariado Nacional da CNBB e das Igrejas particulares dentro das Diretrizes Gerais da Ação evangelizadora da Igreja no Brasil. (CNBB, 2004, p. 17)

O método proposto pelo PE é o método proposto pela CF é outro elemento comum a estes dois projetos eclesiais. O PE sugere o método ver-julgar-agir como mediação para afirmação dos militantes cristãos, seguindo a trilha metodológica proposta pelo papa João XXIII na encíclica *Mater et Magistra*. Logicamente, tal indicação metodológica terá uma influência decisiva, seja pela dinâmica de conscientização que se deve alcançar pela via de tal método, seja pela implantação histórico-eclesial que a referida encíclica terá na vida da Igreja a partir de aquele momento até hoje. (PRATES, 2007, p. 32)

Desta forma o PE e a CF compartilham a mesma metodologia, com a mesma finalidade de conscientização e participação dos leigos e dos agentes de pastoral. Sendo assim, foi proposto o método do *Ver*, dinâmica que leva a tomar consciência das contrariedades presentes na realidade; seguidamente se aplicara o *Julgar* que apresenta um discernimento crítico a luz dos ensinamentos da bíblia, e os ensinamentos do magistério da Igreja; para logo dar passo ao *Agir*, propondo metodologia ou estratégias que através da ação transformem a realidade em visando atingir o projeto de Deus<sup>18</sup>.

Historicamente, os temas e lemas desenvolvidos pelas CFs dos anos iniciais foram inspirados na renovação eclesial preconizada pelo Vaticano II. A constituição dogmática *Lumen gentium* e a constituição pastoral *gaudium et spes* foram os dois documentos conciliares que definiram as primeiras duas grandes etapas da campanha da Fraternidade. Na primeira etapa (1964-1972) a *Lumen Gentium* foi inspiradora da renovação da Igreja partir da busca de redescobrir a sua identidade como tal. Na segunda etapa (1973-1984), a *Gaudium et spes* passou a ser referência de uma igreja que quer redescobrir a identidade da sua missão no mundo contemporâneo. (PRATES, 2007, p. 34)

---

<sup>18</sup>O Plano de Deus para os(as) cristãos(ãs) leigos(as) vivem inseridos, de modo direto, na construção da vida social, ainda que essa seja uma tarefa complexa. A busca do mundo novo é um horizonte inesgotável, uma reserva para a qual todo cristão dirige seu olhar e submete suas ações. Não pode haver para o cristão nenhum “bem-estar” – como o comodismo perante os prazeres individuais efêmeros – assim como nenhum “mal estar” que conclua o fim da história. A fé, a esperança e a caridade colocam o sujeito cristão em ação permanente na busca do mundo justo e fraterno que tem sua fonte e fim no próprio plano de Deus.

O Plano de Emergência aportou muito na preparação de todas as estruturas da Igreja para poder assumir a renovação da instituição, o clero por sua parte iniciou uma caminhada de integração, por parte dos padres entre si e os bispos e,

em muitas dioceses houve uma reestruturação feliz das reuniões do clero, criando-se, um clima de muita fraternidade entre o sacerdote e deles com o bispo, acentuando-se, a preocupação por uma pastoral eficaz, iniciando-se um esforço de planejamento e ação conjunta. Percebeu-se, igualmente, uma maior compreensão do ministério de igreja e, especialmente do bispo, visto como pastor e pai, nas relações com os seus sacerdotes. Surgiram numerosas experiências de vida comunitária entre sacerdotes. Apesar das dificuldades, constatou-se uma revitalização do carisma e o celibato. (BARROS, 1967, p. 29)

A igreja iniciou uma experiência de renovação iniciando pela hierarquia, passando pelas estruturas e chegando ao laicato. O PE se movimenta por várias dimensões não só da vida eclesial, mas também da sociedade. Dimensões como o tema da educação e, na dimensão socioeconômica, terá grande participação nos desenvolvimentos de projetos como o MEB, os sindicatos rurais, na formação de líderes. Um grande número de estudantes e jovens militantes cristãos engajou-se nesses movimentos que receberam grande impulso e promoção que, gradativamente, irão desenvolver confrontos com a hierarquia que evidencia a necessidade de superar as limitações de reconhecer a experiência e o aporte no diálogo entre leigos e a hierarquia. Mesmo assim, o PE arribou uma significativa participação da Igreja no desenvolvimento do país outra dimensão foi o laicato.

Em 1964 houve um grande despertar destes movimentos, e o Plano de Emergência se colocou, pouco a pouco, como base comum de coordenação dos diversos movimentos de apostolado dos leigos. Ajudou, igualmente, a aprofundar toda a amplitude de ação do laicato, nos diversos setores de ação da Igreja: Liturgia, Palavra de Deus, ação missionária, promoção humana. Este aspecto poderia ajudar as diversas organizações apostólicas do laicato, como já acontecera com os movimentos especializados de Ação católica, a situar melhor seu carisma específico e sua complementaridade, em fase dos outros movimentos e instituições. (BARROS, 1967, p. 31)

O PE despertou atenção do laicato na dimensão sócio econômica do planejamento, os leigos, engajados em movimentos litúrgicos, ficaram à margem do conhecimento profundo do planejamento e objetivos da CF. O Plano de Emergência teve encontros de avaliação anual, desta forma iniciou-se uma caminhada em conjunto para o planejamento da Igreja nos inícios da CF e na continuidade do PE, destas experiências pastorais, a CNBB adquiriu uma significativa reestruturação para assumir as novas perspectivas propostas pelo Vaticano II junto com uma nova configuração da CNBB. Terminado o PE, a CNBB decidiu preparar um plano de pastoral que desse seqüência aos trabalhos empreendidos pelo PE e que, consecutivamente, assumisse as grandes linhas do Concílio Vaticano II.

Em 1965, o secretário geral e os secretários regionais se reuniram em vários encontros para elaborar um Plano de Pastoral que abrangesse as realidades desafiadoras da pastoral no Brasil. Durante este processo de elaboração, os assessores foram treinados em métodos de planejamento a serem aplicadas na elaboração deste projeto, que se chamaria Plano de Pastoral de Conjunto (PPC).

Com uma técnica de planejamento adequada e inovadora e abrangência teológica impressionante, o PPC revolucionou a o modo de fazer pastoral no Brasil e deu uma nova estrutura á Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Na tentativa de colocar bases solidas à totalidade da ação pastoral, o PPC tomou os principais documentos conciliares e criou seis linhas fundamentais de ação, entorno das quais devia estruturar-se toda a ação pastoral.(GODOY, 2003, p. 389)

Durante a ultima seção do Concílio Vaticano II e, por meio da Assembleia geral da CNBB em Roma, foi aprovado o Plano de Pastoral de Conjunto para o quadriênio de 1966 a 1969. Os documentos conciliares tiveram um ambiente pronto para receber as novidades pastorais e construir meios de integração entre as bases e a hierarquia, em uma dinâmica de circularidade.

A partir do PPC e as suas linhas de ação, guiadas por um objetivo geral, é que se criam os meios para que a Igreja se alinhasse a imagem que a igreja do Concilio Vaticano II propõe.

De igual forma a CF faz parte deste planejamento global da Igreja do Brasil assumindo as linhas de ação pastoral do PPC que visava

1) Promover uma sempre mais plena unidade visível no seio da igreja Católica 2) Promover a ação e animação missionária 3) Promover a ação catequética 4) Promover a ação litúrgica. 5) Promover a ação ecumênica. 6) Promover a melhor inserção do povo de Deus como fermento na construção de um mundo os desígnios de Deus. (CNBB ESTUDOS DA, 1983)

O PPC propunha, nas Campanhas da Fraternidade inseridas neste quadriênio de 1966 a1969, temas e lemas que estiveram dentro do Planejamento da pastoral da Igreja. Citamos abaixo os temas e lemas das CFs de 1966 a 1972.

Ano da CF	Tema	Lema
1966	Fraternidade	Somos responsáveis uns pelos outros
1967	Corresponsabilidade	Somos todos iguais, somos todos irmãos.
1968	Doação	Crer com as mãos
1969	Descoberta	Para o outro, o próximo é você.
1970	Participação	Participar.
1971	Reconciliação	Reconciliar
1972	Serviço e vocação	Descubra a felicidade de servir

Fonte: elaboração própria com dados de CNBB(CNBB, 2014).

Nos anos de 1970, houve uma ausência de organização dos Planos de pastoral devido ao contexto sócio político do país. A CF

integrada ao “Plano de Pastoral de Conjunto”, a Campanha da Fraternidade traduziu e traduz um esforço de evangelização realizado a cada ano por ocasião da quaresma, a nível das paróquias e sobre um mesmo programa de reflexão. De 1964 a 1972, os temas anuais destas Campanhas inspiram-se na constituição dogmática *Lumen Gentium*, voltada, de preferência, para a renovação da pessoa e da igreja. De 1973 até os nossos dias os temas se baseiam na constituição pastoral sobre a Igreja no mundo de Hoje, *Gaudium et Spes*, tornando-se um meio privilegiado de evangelização e de conscientização. (AGOSTINI, 1990, p. 77)

Por outro lado,

o plano de Plano de pastoral de Conjunto, pensado para vigorar de 1966 a 1970, foi prorrogado por um tempo e substituído por outra forma de organização pastoral no Brasil. Na década de 1970, em meio a dificuldades enormes diante de uma sociedade extremamente complexa e desumana, fruto dos desmandos do regime militar, a Igreja no Brasil se via com enorme dificuldade de alcançar consenso, no seio da sua Conferência Episcopal. Nem todos os bispos avaliavam da mesma maneira o comando militar do país e, mesmo entre aqueles que condenavam com as aspirações da sociedade pela volta de um governo civil, havia fortes divergências quanto ao método para se alcançar essa meta. (GODOY, 2003, p. 391)

A CNBB, na década dos anos 1970, abandonou o planejamento nacional por várias circunstâncias, entre elas, o contexto sócio-político do país durante o regime militar. Por outro lado, o episcopado nacional apresentou divisões e inconformidade com a hegemonia do planejamento, limitada ao Rio e São Paulo, deixando de lado a diversidade do país, de outro lado apresentara oposições ao planejamento nacional, alegando-se que interferia com a vida da diocese reduzindo o poder do bispo local.

Como resposta a ausência dos Planos de Pastoral de Conjunto, surgiu uma nova experiência no ano de 1971, o Plano Bienal, que teve sua aparição através de atividades de organismos vinculados a CNBB, para que desenvolvesse projetos pastorais. Até que, em 1975, a CNBB apresentou uma estratégia que manteve as seis linhas de trabalho que compunham o PPC, mantendo assim a estrutura para os trabalhos da Conferência Nacional, dando origem as Diretrizes Gerais de Ação Pastoral, com um Objetivo geral baseado na experiência de Inserção da Igreja junto com estudos realizados sobre a realidade do contexto brasileiro.

Neste período de ausência de planos de conjunto, houve, na verdade uma explosão de experiências pastorais na Igreja do Brasil, inspiradas nas conclusões das conferências de Medellín e de Puebla. A década de 1970 ao mesmo tempo em que conhecia o recrudescimento do redimem militar, fazia emergir uma Igreja profundamente presente na sociedade como voz dos sem voz, garantindo a vez dos sem vez. Por meio da Pastoral Operária participou intensamente da luta dos trabalhadores dentro e fora da Igreja, sobretudo no meio urbano. Reforçou a organização sindical e as legítimas formas de organização dos operários, na mesma perspectiva, atuando em outro segmento de classe trabalhadora, por meio do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) despertou também na década de 1970 como um serviço a os irmãos que trabalham nas praias nordestinas e, mais tarde, nas do norte e sul. (GODOY, 2003, p. 392)

Na década de 1970, a Igreja teve um grande apelo por parte da realidade do Brasil no contexto econômico e político, a situação rural das décadas anteriores no país gerou grandes migrações e, como consequência desta migração rural para as cidades, gerou o aumento das favelas, e a miséria espalhada na periferia, gradativamente deu como resultado, nos anos 70, um grande número de menores morando nas ruas, o que despertou na Igreja uma ação social concreta preocupada com a pastoral do Menor.

A esta realidade dos menores, soma-se a realidade carcerária do país, que para esta época, esta alcançando um nível preocupante o exercício da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), surgindo, assim, a pastoral carcerária. A Igreja volta-se para outras realidades como os povos indígenas e a fundação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), chegando ao nível de assumir em plena ditadura a luta pela reforma Agrária criando, em 1975, a Comissão pastoral da Terra.

Outro espaço importante, de ação dos leigos e leigas, são as Pastorais Sociais. Significam a solicitação e o cuidado de toda a Igreja missionária diante de situações reais de marginalização, exclusão e injustiça. Essas pastorais envolvem presbíteros, diáconos, religiosos e uma significativa maioria de leigos e leigas. A sua perspectiva de atuação deve ser profético-transformadora, indo além do assistencialismo. Nesse conjunto, podemos situar, também, várias entidades como a Comissão Brasileira de Justiça e Paz – CBJP; o Conselho Indigenista Missionário – CIMI; a Comissão Pastoral da Terra – CPT; o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento – IBRADES; o Centro Nacional de Fé e Política “D. Hélder Câmara” – CEFEP, e outros. Nesses últimos 50 anos, muitos vêm contribuindo com organismos e ações no campo do ecumenismo e do diálogo inter-religioso. (CNBB, 2014, p. 105)

Estas ações concretas da Igreja, nesta década, demonstrarão a nova visão que a Igreja estava construindo de si mesma ao se identificar ao lado dos pobres e dos injustiçados, tendo nas suas bases um lugar que definiria a sua missão. As pastorais sociais compostas por leigos, na sua maioria formados nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) junto com movimentos sociais a Igreja do Brasil concretizaria uma aliança com os pobres, conferindo-lhe assim uma identidade profética.

Os agentes de pastoral que engrossarão os quadros de todas essas frentes pastorais encontravam nas CEBs o seu espaço próprio de articulação de fé e política. Na verdade, as CEBs constituíram-se no celeiro mais profícuo da gestação de novas lideranças leigas para as pastorais sociais. Surgidas na década de 1970, as CEBs terão na década de 1970 seu período de multiplicação e de fortalecimento. Em 1975 encontram um grande reforço por meio do primeiro Encontro Inter Eclesial, realizado na cidade de Vitória, ES. Tiveram seu reconhecimento oficial na Exortação Apostólica pós-sinodal *Evangelii Nuntiandi*, do papa Paulo VI, publicada em 8 de dezembro de 1975. (GODOY, 2003, p. 393)

Em 1968, a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, reunida em Medellín (Colômbia), abordou temas fundamentais da realidade da igreja na Americana Latina como a pobreza, o leigo, a justiça, fazendo mais que um chamado de atenção ao episcopado latino-americano. Medellín faz um convite a assumir a causa dos pobres, ressaltando que a justiça é o caminho da paz e a fraternidade



autentica. Desta forma, a evangelização poderá dar frutos de promoção humana. Esta necessidade é apresentada em Medellín com a expressão “um surdo clamor nasce de milhões de homens, pedindo a seus pastores uma libertação que não lhes chega de nenhuma parte”. (CELAM, 1968, p. 64)

Exclamação que tem eco em grande parte do episcopado brasileiro quando a inserção se manifesta em padres, religiosos, junto aos leigos que compõem as bases da Igreja. Este foi o aporte de Medellín. Desta forma a CF entra na segunda fase denominada “A Igreja se preocupa com a realidade social do povo, denunciando o pecado social e promovendo a Justiça” que terá início com em 1973.

Ano de CF	Tema	Lema
1973	Fraternidade e Libertação	O egoísmo escraviza, o amor liberta.
1974	Reconstruir a Vida	Onde está teu irmão?
1975	Fraternidade é repartir	Repartir o pão.
1976	Fraternidade e Comunidade	Caminhar juntos.
1977	Fraternidade na Família	Comece em sua casa.
1978	Fraternidade no mundo do trabalho	Trabalho e justiça para todos.
1979	Por um mundo mais humano	Preserve o que é de todos.
1980	Fraternidade no mundo das migrações,	Exigência da Eucaristia- Para onde vais?
1981	Saúde e Fraternidade	Saúde para todos.
1982	Educação e fraternidade	A verdade vos libertará.
1983	Fraternidade e violência	Fraternidade sim, violência não.
1984	Fraternidade e vida	Para que todos tenham vida

Quadro 2. Segunda Fase: A Igreja se preocupa com a realidade social do povo, denunciando o pecado social e promovendo justiça (Vaticano II, Medellín e Puebla) Fonte: elaboração própria com dados de (CNBB, 2004)

Para Nilo Agostini (1990), Medellín e Puebla foram para a Igreja uma tomada de consciência sobre sua missão, quando:

a igreja foi progressivamente se conscientizando de que não pode continuar ligada e fechada exclusivamente em sua rede de obras de caridade. Isso não basta. É preciso identificar as razões estruturais que alimentam ou geram as diferentes formas de pobreza, e tirar de aí as consequências para a ação concreta (cf. *Puebla n.* 1159-1165). A Igreja começa por um exame crítico da relação que mantém com a riqueza e chega assim a colocar todo seu peso histórico e social do lado do pobre. Denuncia as “graves injustiças causadas pelos mecanismos de opressão” (*ibidem*, n.1136), apoiando os pobres que começam a organizar-se para uma vivência integral da sua fé e, por isso, para reivindicar os seus direitos” (*ibidem*, n.1137; *medellin*2,27). Enfim como Igreja dos pobres, ouve suas aspirações, numa permuta enriquecedora, descobre o Plano de Deus a respeito do homem, da sociedade da igreja. (AGOSTINI, 1990, p. 34)

Esta fase terá como marco de ação pastoral os documentos Conciliares, que junto com Medellín e Puebla, abordam a questão da teologia Libertação.

Devem-se animar os compromissos pastorais neste campo com uma reta concepção cristã da libertação. “A Igreja sente o dever de anunciar a libertação de milhões de seres humanos, o dever de ajudar a que se consolide esta libertação” (EN 3); mas sente também o dever correspondente de proclamar a libertação em seu sentido integral, profundo, como o anunciou e realizou Jesus.

“Libertação de tudo o que oprime o homem, mas que é, antes de tudo, salvação do pecado e do maligno, dentro da alegria de conhecer a Deus e de ser conhecido por ele” (EN 9). Libertação feita de reconciliação e perdão. Libertação que nasce da realidade de ser filhos de Deus, a quem somos capazes de chamar Abba, Pai!, e pelo qual reconhecemos em todo homem um irmão nosso, capaz de ser transformado em seu coração pela misericórdia de Deus. Libertação que nos leva, com a energia da caridade, à comunhão, cujo cume e plenitude encontramos no Senhor. Libertação como superação das diversas escravidões e ídolos que o homem se fabrica e como crescimento do homem novo. (CELAM, 1969, p. 20)

Já desde a renovação da Igreja durante o Concílio Vaticano II, a Igreja do Brasil, através de cada experiência pastoral, foi se alinhando com a realidade brasileira que em si representa a realidade da Igreja na América Latina, expressa em Medellín e Puebla; uma realidade marcada pelo pecado social que é produto da injustiça que gera pobreza e desumanização; tanto Medellín como Puebla apresenta uma visão da realidade de maneira crítica, reflexo de uma renovação que vai além das estruturas eclesiais para ir ao encontro do outro, fazendo uma opção preferencial pelos pobres, opção que não exclui, mas sim, soma esforços em função da promoção do resgate da dignidade da vida humana, através do compromisso pastoral, os temas e lemas das CFs da década dos anos de 1970.

Serão os temas e lemas da CF o reflexo de uma nova eclesiologia a partir de um novo lugar social, que insere a Igreja na realidade social, a partir daí, a Igreja terá uma nova auto compreensão que a tornará meio de salvação e não o fim, este novo lugar social será também lugar de reflexão de sua identidade eclesial em quatro marcas:

A primeira marca, que assinalamos como um dos aspectos mais característicos da nova essência eclesial, é o seu “percurso popular”, esse percurso expressa a nova inserção social da igreja na ótica do pobre. A Igreja no Brasil assume uma visão libertadora da realidade e se torna uma instituição crítica na sociedade. A segunda marca dessa nova consciência eclesial é sua visão socioestrutural da realidade, que vem de Medellín. Essa visão sofre com o tempo uma ampliação necessária na dimensão sociocultural. Articulam-se, desta forma, o mundo sócio econômico e político com o mundo vital da subjetividade e das relações intersubjetivas, nível em que as pessoas e grupos sociais constroem sua identidade histórica. (...). A terceira marca dessa nova consciência eclesial se expressa na relação existencial e historicamente vividas entre fé e vida. Na nova experiência histórica, sobre todo nas novas experiências eclesiais, nascidas sob a inspiração do Concílio Vaticano II e da recente tradição eclesial latino-americana a partir de Medellín, destaca-se as CEBs, as novas pastorais, as Pastorais Sociais e os Círculos Bíblicos etc.(...). A quarta marca da nova consciência eclesial é a recuperação da liberdade profética da Igreja no mundo. Esse passo significa reconhecer que ela expressa sua identidade histórica não volta sobre si mesma mais voltada para o mundo segundo o imperativo evangélico da missão. (CALIMAN, 2003, p. 422)

Na nova experiência eclesial, pela qual passa a igreja do Brasil, o Povo de Deus se apropria da palavra de Deus e a explica na liturgia e no compromisso com a transformação da sociedade. A CF, na sua segunda fase, aponta a missão no mundo pela qual se reconhece a sociedade como o lugar de missão, passando de uma experiência eclesial que se volta sobre si mesma, para uma experiência que sai e interage

com a sociedade como lugar eclesial, para o encontro do outro expresso em cada lema e tema da segunda fase da CF. Um exemplo:

1974, em plena ditadura militar, propôs o tema: Reconstruir a vida, e o lema: Onde está o teu irmão? A repercussão das suas temáticas suscitou ânimo ao povo brasileiro no enfrentamento das dificuldades na caminhada de construção de uma nação livre e democrática. Em 1976, por quase unanimidade, a Assembleia Geral do episcopado aprovou o documento “Exigências cristãs de uma nova ordem política”, demonstrando a sintonia da Igreja com os acontecimentos do período. Este documento traduzia a experiência da Igreja no período de oposição ao regime de militar, como o seu empenho pela recuperação das liberdades individuais e institucionais.(CNBB, 2015, p. 15)

Na década dos anos de 1980, a Igreja do Brasil entrou numa fase que foi marcada por mudanças profundas, tanto internamente como externamente, por um lado nas décadas passadas, a influência do Concílio Vaticano II com proposta de atualização em todas as dimensões, teve a influência dos Papados de Joao XXIII, Paulo VI, e João Paulo II. Como consequência do Concílio, o episcopado latino-americano se pronunciou sobre a realidade do continente, gerando documentos que modelaram a identidade da igreja latino-americana.

Por outro lado, a Igreja no Brasil, no Início da década de 1980 e após ter vivido com uma ditadura militar, enfrenta uma realidade marcada pela desigualdade social. A CNBB, tendo tomado parte dos problemas sociais através da sua inserção apresentada no planejamento pastoral, saiu de uma fase de ditadura militar para uma de redemocratização e, com novas orientações do novo Papa, aos poucos, imprimira uma nova dinâmica eclesial na Igreja.

Neste ambiente a CF inicia sua terceira fase denominada: “a Igreja volta-se para situações existências do povo brasileiro”. Essa fase tem como eixo a conscientização das realidades que atingem a sociedade. Apresentados nos temas e lemas das CF de 1988 a 2015. Nessa terceira fase, com a realização das CF, há o aporte de se denunciar, através da crítica feita dentro de cada CF, as situações que atingem a dignidade da vida humana na sociedade brasileira.

Ano de CF	Tema	Lema
1985	Fraternidade e fome	Pão para quem tem fome
1986	Fraternidade e terra	Terra de Deus, terra de irmãos.
1987	A Fraternidade e o menor	Quem acolhe o menor, a Mim acolhe.
1988	A Fraternidade e o negro	Ouvi o clamor deste povo!
1989	A Fraternidade e a comunicação	Comunicação para a verdade e a paz
1990	A Fraternidade e a mulher	Mulher e homem – imagem de Deus
1991	A Fraternidade e o mundo do trabalho,	Solidários na dignidade do trabalho.
1992	Fraternidade e juventude	Juventude: caminho aberto

1993	Fraternidade e moradia	Onde moras?
1994	A Fraternidade e a família	A família, como vai?
1995	A Fraternidade e os excluídos	Eras tu, Senhor?
1996	A Fraternidade e a política	Justiça e paz se abraçarão!
1997	A Fraternidade e os encarcerados	Cristo liberta de todas as prisões
1998	Fraternidade e educação	A serviço da vida e da esperança!
1999	Fraternidade e desempregados	Sem trabalho... Por quê?
2000	Dignidade humana e paz	Novo milênio sem exclusões (Ecumênica)
2001	Vida sim, drogas não.	
2002	Fraternidade e povos indígenas	Por uma terra sem males!
2003	A fraternidade e as pessoas idosas	Vida, dignidade e esperança!
2004	A fraternidade e a água	Água, fonte de vida
2005	A Fraternidade e paz,	Felizes os que promovem a paz! (Ecumênica)
2006	Fraternidade e pessoas com deficiência	Levanta-te e vem para o meio!
2007	Fraternidade e Amazônia	Vida e missão neste chão
2008	Fraternidade e defesa da vida	Escolhe, pois, a vida
2009	Fraternidade e segurança pública	A paz é fruto da justiça
2010	Economia e Vida	Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro (Ecumênica)
2011	Fraternidade e a vida no planeta	A criação geme como em dores de parto.
2012	Fraternidade e saúde pública	Que a saúde se difunda sobre a terra
2013	Fraternidade e Juventude	Eis-me aqui, envia-me!
2014	Fraternidade e Tráfico humano	É para a liberdade que Cristo nos libertou
2015	Fraternidade: Igreja e Sociedade	Eu vim para servir.

Quadro 2. Terceira Fase: A Igreja se volta para a situações existenciais do povo brasileiro.

A situação eclesial do final da década dos anos de 1970 e inícios dos anos 1980 despertou,

por outro lado, uma rejeição bastante forte de quem não concordava com a presença profética da igreja na sociedade. Essa tendência vai-se tornar mais visível na de cada de 1980 e terá na orientação do papa João Paulo II sua forte aliada. Datada de 10 de dezembro de 1980, no início de janeiro bem à lime uma carta do Papa dirigida aos bispos do Brasil na qual aparece claramente o reconhecimento do papel histórico da Igreja brasileira no campo nacional. Não deixa de ser expressamente clara a chamada de atenção para os possíveis desvios que essa atuação da Igreja possa trazer. Diz o papa "... não é menos certo que a Igreja perda sua identidade mais profunda - e, com identidade, a sua credibilidade e a sua eficácia verdadeira em todos os campos - se sua legítima atenção às questões sociais a distraíssem daquela missão essencialmente religiosa que não é primordialmente construir um mundo material perfeito, mas a edificação do reino que inicia aqui..." ainda o papa na mesma carta: " mais grave seria a perda de identidade se, a pretexto de atuar na sociedade, a Igreja se deixasse dominar por contingências políticas, e se tornasse instrumento de grupos ou opusesse seus programas pastorais, e seus movimentos e suas comunidades á disposição ou ao serviço de organizações partidárias". Com essas palavras, a carta do papa indicava já no início do seu pontificado, que ele via com apreensão a forte atuação social da Igreja no Brasil. (GODOY, 2003, p. 393)

A Igreja de Roma, representado pelo João Paulo II, viu com receio a situação social da América Latina, em especial da forma como a Igreja do continente enfrentava cada regime militar imposto em todo o continente. Durante este período de transição entre Paulo VI e João Paulo II, a igreja do Brasil se deparava com uma realidade que não era percebida por toda a sociedade – realidade de morte, tortura e sofrimento- a CF participou deste momento de mudanças políticas e sociais, num período de transição para democracia, quando

no final da década de 1980, a Igreja Católica acompanhou e participou ativamente do processo de redemocratização do Brasil. Os movimentos pela abertura política, entre eles o da Anistia e “Diretas Já”, encontraram na Igreja um abrigo seguro para sua articulação. No processo constituinte, a Igreja atuou com empenho visando a consolidação de estruturas democráticas na sociedade brasileira. Documentos eclesiais foram lançados em vista do aprimoramento das relações democráticas no país. A CNBB, por meio do Setor Pastoral Social, passou a coordenar as novas iniciativas surgidas com essa perspectiva, com as pastorais: carcerária, da criança, do menor, dos migrantes e da mulher marginalizada. Estas realidades desafiadoras exigiam da solicitude social da Igreja mais contundência e uma ação evangelizadora com foco específico.(CNBB, 2015, p. 15)

A Igreja do Brasil tem se orientado a partir da sua experiência na realidade refletida pelo episcopado e também pelo laicato, através da sua opção pelos pobres e seu compromisso com a justiça. A CF, após o Vaticano II, tem acompanhado os alinhamentos proposto pela Igreja de Roma, no período dos anos 1980 com o Papa

São João Paulo II alçou a opção pelos pobres à categoria de critério de seguimento de Cristo para a Igreja em todo o mundo. O papa Bento XVI a elevou à categoria teológica ao dizer que “a opção preferencial pelos pobres está implícita na fé cristológica naquele Deus que se fez pobre por nós, para nos enriquecer com sua pobreza”. O papa Francisco propôs no início de seu pontificado o empenho por “uma Igreja pobre e para os pobres”. E disse no lançamento da Campanha Mundial Contra a Fome e a Pobreza, a cargo da Cáritas: *Estamos diante do escândalo mundial de cerca de mil milhões – mil milhões! – de pessoas que ainda hoje passam fome. Não podemos virar as costas e fazer de conta que isto não existe. O alimento que o mundo tem à disposição pode saciar a todos. Convido todas as instituições do mundo, toda a Igreja e cada um de nós, como uma única família humana, a dar voz a todas as pessoas que passam fome silenciosamente, a fim de que esta voz se torne um grito que possa sacudir o mundo. Esta campanha quer ser também um convite a todos nós para sermos mais conscientes de nosso regime alimentar, que muitas vezes comporta desperdício de comida e má-utilização dos recursos de que dispomos. Ela é também uma exortação a pararmos de pensar que os nossos gestos cotidianos não têm impacto na vida de quem – seja perto, seja longe de nós – sofre a fome na própria pele. Peço-lhes, com todo o coração, que ajudem a nossa Cáritas nesta nobre Campanha, agindo como uma única família que se empenha em garantir o alimento para todos.* (CNBB, 2015, p. 52)

De outro lado, a caminhada da Igreja latino-americana faz eco na reflexão e na prática, feitas a partir de sua opção preferencial pelos pobres e sua justiça. A Igreja do Brasil tem refletido sobre sua missão a partir da participação do seu episcopado

nas Conferências Latino-Americana e Caribenha, desde Medellín até Aparecida, assumem de modo prático a opção pelos pobres, conforme a proposta do Documento de Aparecida: *Quantas*

*vezes os pobres e os que sofrem realmente nos evangelizam! No reconhecimento desta presença e proximidade e na defesa dos direitos dos excluídos encontra-se a fidelidade da Igreja a Jesus Cristo. O encontro com Jesus Cristo através dos pobres é uma dimensão constitutiva de nossa fé em Jesus Cristo. Da contemplação do rosto sofredor de Cristo neles e do encontro com Ele nos aflitos e marginalizados, cuja imensa dignidade Ele mesmo nos revela, surge nossa opção por eles. A mesma união a Jesus Cristo é a que nos faz amigos dos pobres e solidários com seu destino. (CNBB, 2015, p. 52)*

Desde o seu início, a CF foi produto de muitas experiências pastorais que prepararam o ambiente para que bispos e fiéis se comunicassem. De um lado, a doutrina, de outro, as realidades da vida dos fiéis. Estas experiências levaram os seus fundadores hierárquicos e leigos a preparar o terreno para o tempo novo, anunciado pelo Vaticano II. Desde sua primeira fase, a CF foi a estratégia pastoral que serviu de canal entre a hierarquia e as bases. Juntas construíram uma proposta perante as realidades a qual foi proposta em forma de tema iluminado por um lema como caminho de solução, à luz da fraternidade, abordando uma diversidade de causas que atingem a dignidade e os direitos dos brasileiros, tais como:

A melhoria das condições de vida dos brasileiros ainda não se traduziu em melhorias nas condições estruturais de vida da população, sobretudo dos necessitados. Nesse sentido, é oportuno lembrar: a luta pela reforma agrária e as condições do trabalho no campo; as relações de trabalho que compreendem o salário justo e o emprego decente; o acesso à moradia. No caso dos indígenas, é urgente a demarcação dos territórios e a mediação nos locais onde existem agricultores que possuem título. No caso das comunidades quilombolas e comunidades tradicionais, é urgente que o poder executivo demarque os territórios e os proteja da especulação imobiliária. Outra urgência é estabelecer políticas públicas de inclusão social de milhares de excluídos. Estas situações requerem uma ação mais incisiva, pois envolvem situações estruturantes fundamentais do direito à vida e ao reconhecimento da dignidade humana. Além disso, ferem o bem comum e desestabilizam a justiça social, gerando exclusão e violência. (CNBB, 2015, p. 72)

A CF, ao longo de mais de 50 anos de seu surgimento e sua nacionalização, tem passado na prova do tempo sem perder sua pedagogia, sua interação com as realidades de cada momento da história da Igreja no Brasil. A cada quaresma, a CNBB tem-se apresentado a todos os cristãos e não cristãos, seu interesse por participar da vida cotidiana do povo brasileiro. Desde sua pré-história a CF tem sido testemunho ativo da transformação da Igreja e da sociedade brasileira, e em cada fase tem ressoado desafios da Igreja perante a realidade social apresentada em cada tema e lema.

Neste segundo capítulo apresentamos o que é CF em relação a sua função como uma estratégia pastoral que, nos seus inícios foi uma proposta de arrecadação de fundos, que a partir da sua funcionalidade pedagógica passou a ter uma nova função pastoral.

A CF está inserida dentro da sociedade e dentro do planejamento da Igreja que é de onde nasce e se constitui. A CF tem uma origem em experiências pastorais nos inícios do século passado através da

participação do laicato, que surgiram por iniciativa da hierarquia que formou grupos como AC, que mais adiante influenciarão a pastoral e a política da Igreja a nível nacional. Na metade do século XX os bispos do Brasil fundam a CNBB e, assim, a pastoral nacional estará mais articulada e, esta hierarquia, entrará em relação com as bases a partir dos projetos de desenvolvimento propostos por cada governo, o que aportará um maior conhecimento das realidades da pastoral nacional.

A CF passa por três etapas, cada uma representa a nova identidade da Igreja que se identifica com as bases. Os documentos de Medellín e Puebla aportaram uma nova relação de circularidade entre a hierarquia e as bases, imprimindo um novo jeito de ser Igreja, especialmente a partir dos anos 1970, época em que a CF estava em sintonia com o planejamento da pastoral nacional. Foi essa pastoral que aportou os temas e os lemas, que possuem uma expressão da Igreja engajada nos movimentos populares, apresentando uma nova missão ao se identificar com as bases que estão inseridas dentro da realidade do período da ditadura militar.

## Capítulo III

Nos anos 1960, a Igreja teve que tomar posição perante comunismo “ameaçador” em suas relações com o Estado e seu status, e o liberalismo que ameaça a justiça social do país. Apresentamos o contexto histórico, social e político dos anos da década de 1960, situando a Igreja Católica perante a ditadura militar, época que inicia com preparação do concílio Vaticano II, junto com o Golpe militar e suas incidências que levaram a Igreja a se posicionar perante a nova ordem política, seguidamente, com os documentos de Medellín e Puebla, dão uma nova identidade e missão a Igreja Católica expressa nas CF dos anos de 1970. Após, apresentaremos a realidade do trabalho expressa na CF de 1978, que tem como título “fraternidade no mundo do trabalho”.

### 3.1. Contexto histórico político-social da Igreja no Brasil na década de 1960

Na passagem das décadas 1940-1950 à 1960 define-se a tendência de desenvolvimento para o país surgem duas propostas de política econômica. De um lado estarão os Nacionalistas, que acreditavam que o desenvolvimento aconteceria se o país interviesse na economia, através do desenvolvimento da indústria. Este desenvolvimento aconteceria por meio do controle do capital estrangeiro, e assim, gerar um desenvolvimento sustentável junto com esta proposta de desenvolvimento industrial. Os nacionalistas eram a favor da reforma Agrária; de outro lado estava o liberal entreguista, que consistia em trazer a tecnologia de fora para gerar um desenvolvimento rápido, indo contra da reforma agrária.

Na década dos anos 60 a Igreja do Brasil iniciava a configuração, com a proposta do Papa João XXIII que exigia um programa de pastoral para América-latina, por sua vez, os bispos do Brasil, através da CNBB, iniciavam um processo de planejamento pastoral, que teria seu início com o Plano de Emergência, no período que antecedeu o Concílio. O planejamento tinha como objetivo preparar a chegada do Vaticano II, junto com a atualização da Igreja católica de acordo com as propostas do Papa. No mesmo ano em 1962, os movimentos conservadores da Igreja se pronunciavam perante as ameaças comunistas que estariam influenciando o governo do presidente Goulart.



Nas eleições de 1962, houve articulação na Aliança Eleitoral pela Família, para orientar o eleitorado católico. Revistas católicas eram subsidiadas pelo complexo IPES/IBAD. Houve também contatos amplos destas entidades com a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas. “Com bandeira e força aglutinadora, foi importada dos Estados Unidos as “Cruzadas do Rosário” e seu lema “A família que reza unida permanece unida”. Contando com a liderança de grupos de mulheres, estruturaram as “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, realizadas em diversas cidades brasileiras com número de participantes inusitados para aquele período, e apoiados por autoridades, políticas e meios de comunicação. Sua luta era contra a comunização do Brasil e a sua mobilização se inscrevia na aglutinação de forças, mais amplas que as católicas, contra o governo de Goulart. (WANDERLEY, 2003, p. 464)

No ano seguinte em 1963, o clero da região do Nordeste inicia a desenvolver experiências pastorais de cunho social, contando com a participação dos grupos da AC, a JOC, JUC, e o desenvolvimento dos Movimentos de Educação de Base, os sindicatos Agrários e, neste mesmo contexto, gera a base que dará corpo a Campanha da Fraternidade, que iniciou como uma experiência local. No ano do Golpe militar, a CF será promovida e realizada a nível nacional. Segundo Raimundo Caramuru Barros (2003)

No período que antecedeu aos acontecimentos de março de 1964. No que concerne ao episcopado, vale apenas salientar que em março de 1964 ele estava inteiramente mergulhado no Concílio vaticano II, participando assiduamente do maior esforço de renovação da Igreja desde o século XVI. Ao mesmo tempo os bispos do Brasil passavam por um exaustivo processo de reciclagem sobre as dimensões do mistério da Igreja, como o povo de Deus do Novo Testamento, e sacramento privilegiado do Reino de Deus e de participação trinitária. Aprofundavam as exigências deste mistério, na medida em que a Igreja, a exemplo da sua Cabeça, Cristo Jesus, e em coerência com ele, é chamada a assumir uma atitude de peregrina, servidora e pobre, para desempenhar com autenticidade, transparência e simplicidade a missão de congregar todos os filhos de Deus dispersos. (BARROS, 2003, p. 157)

Assim como a Igreja perseverou a necessidade de se atualizar e interagir com o estado; por sua vez as forças militares iniciaram a modernização; após o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos fundam a Escola Superior de Guerra (ESG), produto da guerra fria, oferecendo seus serviços formativos ao exército brasileiro e as demais instituições militares da América-latina, com a finalidade de implantar, em toda a região das Américas, uma Doutrina de Segurança Nacional. Esta Doutrina se baseava na argumentação de dar segurança ao desenvolvimento econômico da região, fazendo frente a os grupos comunistas e a esquerda que estava germinando na América-latina, após a vitória da revolução cubana,

Enquanto a guerra revolucionária entrava em erupção ao redor do globo, o Brasil junta-se aos Estados Unidos e outros países latino-americanos na preparação de operações contra insurreição. Oficiais conservadores se opuseram ao populismo de Goulart por causa de suas ligações com Getúlio, sindicatos, comunistas e outros grupos que exigiam reformas sócias profundas. Ao se voltar para esquerda, Jango contrariou os conservadores e os Estados Unidos. O anticomunismo atingiu o frenesi. Os oficiais da ESG, empresários e políticos da oposição conspiraram para depor a Goulart, e meio milhão de pessoas, inclusive católicos conservadores marchou em protesto contra o governo pelas ruas de São Paulo. (SERBIN, 2001, p. 88)

O contexto econômico do Brasil em 1960 e o mercado internacional, tinham as multinacionais instaladas no país, que inicia a trabalhar num ritmo de capacidade ociosa entre os 30% e 60%, gerando assim, um processo de estagnação que faz aumentar as taxas de desemprego. Os grupos empresariais e industriais preocupam-se com a realidade econômica do país devido ao endividamento externo e, as taxas altas da inflação no país; por outro lado o setor operário toma consciência do peso que a crise estava pesando sobre eles, devido a isto, o setor assalariado torna-se mais ativo e participativo nas suas reivindicações por melhorias salariais. Para Brum (1982):

No período de 1961-1964 a nação se percebe cada vez mais envolvida numa crise global. Estagnam-se as possibilidades de crescimento da economia brasileira baseada na exportação da indústria de bens duráveis, que na década anterior fora mola propulsora principal do crescimento econômico. O país entra num período de estagnação e recessão. O mercado interno é limitado. A inflação se acelera, corroendo os salários e diminuindo o poder aquisitivo da população, principalmente das camadas assalariadas. O mercado externo está ocupado pelas economias industriais tradicionais, mais avançadas, e a indústria brasileira não tem tradição nem poder competitivo. (BRUM, 1982, p. 75)

O presidente Goulart na sua linha nacionalista inicia um planejamento trienal, este plano é desafiador para a oposição, os quais rotularão o presidente Goulart de comunista; o presidente gerará uma estratégia de movimentação de massas que levarão comícios convidando os grandes setores populares, entre eles, operários que vão participar e fazer o congresso aprovar as reformas de base; de outro lado, a oposição apoiada pelo capital estrangeiro, um segmento dos empresários brasileiros, se aliam a grupos estrangeiros para assim assegurar seus interesses perante as novas propostas do presidente Goulart.

Na sua maioria, a burguesia nacional alia-se a burguesia estrangeira, abandonada a aliança que até então mantivera com o operariado. De outra parte, as esquerdas, pela primeira vez na história do Brasil, assumem posição autônoma e passam a apresentar proposições próprias como a saída para a crise brasileira. Embora muito heterogêneas, quer pelas suas origens, onde têm seus vínculos, quer pelos propósitos que deseja atingir; tipo de sociedade que querem construir - bem quanto a forma e aos caminhos para sua concretização, as esquerdas se aglutinam em torno da bandeira das << reformas de base >>, disputando-a, inclusive internamente, no afã de conquistar, cada facção, uma maior parcela das simpatias e do apoio popular (BRUM, 1982, p. 79).

A proposta administrativa econômica do presidente Goulart tinha como objetivo a reforma de base, que atingiria uma reativação da economia e combateria a desigualdade social; entre estas reformas; a Reforma Agrária, que propunha o acesso a posse da terra para todos, um processo que se destinaria inicialmente às terras improdutivas dos latifundiários. Este processo de distribuição de terras destinadas à população da área rural, acompanhado de um programa técnico creditício e educacional para o desenvolvimento, que atingisse as camadas rurais marginalizadas; no mesmo nível, as reformas de base apontariam também uma reforma urbana, estas medidas apontavam também ao direito à moradia. Estas reformas atingiriam especulação imobiliária e, por conseguinte, os latifundiários urbanos; outra reforma que

teria grande peso na economia apontava a reforma do setor empresas, propondo levar o desenvolvimento empresarial na esfera comunitária, abrindo a participação de todos seus membros no desenvolvimento e participando dos lucros; outra reforma que apontava para a uma responsabilidade consciente dos cidadãos era a reforma eleitoral, que propunha uma organização e que disciplina os partidos políticos, abrindo a participação democrática na inclusão ao voto aos analfabetos, aos militares em qualquer grau, esta reforma geraria mais fiscalização sobre a gestão dos representantes políticos na sua gestão; outra reforma que afetaria os interesses da oposição, seria a reforma fiscal e tributaria que tinha entre sua execução a eliminação de privilégios fiscais, eliminando qualquer possibilidade de sonegação de impostos (BRUM, 1982) os alinhamentos dos projetos apontam que,

Estas reformas não visavam evidentemente o socialismo, apesar das acusações dos conservadores. São reformas democrático-burguesas tendentes a viabilização do capitalismo brasileiro, garantindo-lhe maior autonomia frente aos interesses do imperialismo monopolista. Para reativar a indústria, relativamente estagnada pelo esgotamento e a retração do mercado decorrente da sua limitação e de certa perda de poder aquisitivo provocada pela inflação, o governo esta convencido da necessidade de alargar o mercado interno, através de uma política progressiva melhoria do salário real dos trabalhadores e da realização das reformas de base visando a implantação da classe média, inclusive rural. A reforma agrária, sobre tudo, seria importante instrumento para a implantação do mercado interno, necessária ao desenvolvimento do parque industrial do país. (BRUM, 1982, p. 87)

Este plano de reforma de base apresenta-se como uma grade proposta para os setores nacionais de várias camadas sociais, dentre elas, a burguesia nacional que esteve em sintonia com os grandes latifundiários, estes setores ficaram sempre à margem das mudanças históricas pois tinham seus interesses postos na dependência da intervenção estrangeira de capitais. A reforma agrária garantiria a utilização das terras para a produção de alimentos para o país, levando a extinção dos tradicionais latifundiários coloniais do país que só se vincularam a produção de exportação; estas reformas se apresentam como ameaça para a oposição, subordinada ao investimento industrial Norte-americano, gerando uma tensão entre os capitais nacionais e estrangeiros. As forças conservadoras do país se opõem as medidas de reforma profunda, temendo a virada do país para uma ordem socialista, demonstrando a sua desconfiança no governo Goulart.

A nação encontra-se numa encruzilhada. É iminente a ruptura da ordem legal vigente. Enquanto as esquerdas procuram articular as bases populares, a direita, conservadora e reacionária, acelera o processo de conspiração para a derrubada do governo Goulart. A ação conspiradora desenvolve-se com mais intensidade no ano de 1963 e culmina no início de 1964. Para que obtenha êxito e necessário convencer a maioria dos militares, de tradição legalista, de que o presidente e seu governo se afastem dos preceitos constitucionais e, portanto, as Forças Armadas tem o dever de intervir em defesa da democracia ameaçada. Os fatos, em 1963 e 1964 encarregaram-se de fornecer os argumentos ou pretextos para tal interpretação. (BRUM, 1982, p. 83)

Os movimentos de oposição, compostos na sua grande maioria das classes médias, que participavam dos movimentos anticomunistas, e junto a estes movimentos, os grupos católicos como os círculos operários católicos, que nos seus inícios foram um mecanismo utilizado pela hierarquia com o patrocínio de grupos conservadores, para disfarçar e demonstrar um diálogo com a administração pública e, desta forma diminuir a coletividade das forças sindicais, os círculos operários católicos na sua participação dentro do ambiente operário representavam um objetivo de segundo nível, já que para, seus dirigentes clericais, conformes com os modelos de trabalho propostos pelas classes sociais dirigentes e clericais, que nas suas relações de modo centralizado destacasse o apoio aos interesses das classes influentes da sociedade, tendo como pretexto proteger-se do perigo comunista

Dias antes, clero e instituições católicas como a Pia união das Filhas de Maria e as Congregações Marianas masculinas se fizeram representar nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, o ponto máximo de sofisticação atingido pela campanha orquestrada de fora e desenvolvida aqui dentro pela movimentação dos grandes capitais e a visão torcida dos generais conspiradores, os donos das armas, na prática. Foram realmente uma sucessão duas marchas nas duas grandes cidades do país. A primeira foi em São Paulo uns 15 dias antes. A outra, no Rio, já as vésperas do 1º de Abril, que se decidira lá. (CASTRO, 1985, p. 80)

Em 1964 o Presidente Goulart por sua parte inicia uma campanha para levar a frente sua proposta de reformas de base, propondo uma nova constituição. Levando as massas a pressionar o congresso e, assim, iniciar uma movimentação de conscientização popular. Este processo teve início no convite feito pelo presidente que reuniu, na Central de Rio de Janeiro no dia 13 de março de 1964, mais de 300.000, pessoas que deram início ao uma reforma que preocupava a oposição; em contra partida a oposição dará resposta no dia 19 de março, dia em que acontecera a Marcha da Família com Deus pela Liberdade que reuniria 500.000 pessoas.

A marcha anti-Goulart, organizada pela oposição para bloquear as reformas de base do presidente Goulart, mostrando que não havia unanimidade na sociedade, esta marcha, que seria sinal de anúncio de golpe para os militares, fato que gerou pressões em meio aos mandos dos militares, dando assim abertura as forças militares golpistas que tinham como justificativa o avanço do comunismo que ameaçava a constituição, com esse pretexto, a oposição esteve marcada pela presença de vários setores conservadores tais como as elites burguesas e a classe média, acompanhadas por movimentos católicos de cunho tradicionalista. Neste mesmo ano iniciava-se a primeira CF a nível nacional na sua primeira fase, denominada, Igreja em Renovação, esta campanha teve como lema “Lembre-se: Você também é Igreja”. No dia 31 março acontecera o Golpe militar que duraria 21 anos, por sua parte o presidente João Goulart, para evitar uma guerra civil, afasta-se do governo e viajar para o Exílio no Uruguai e depois para Argentina.

### 3.2. Contexto histórico da igreja durante a ditadura Militar

Para poder contextualizar a campanha de 1978 com o tema: Fraternidade no mundo do trabalho, e o lema: Trabalho e justiça para todos, seria necessário, na medida do possível, contextualizar a situação da igreja dentro do tempo e espaço da ditadura Militar no Brasil de 1964 a 1978.

A Igreja do Brasil após o 1 de abril de 1964, que acompanha simultaneamente às mudanças marcantes da sua história como o golpe militar e o Concílio Vaticanos II. Por um lado, a Igreja, a partir de sua hierarquia até as suas bases leigas, exigirá a tomada de posições radicais perante às exigências da situação política, econômica, social e eclesial do país. Para Serbin Keneth (2001),

Em plena conjuntura do Vaticano II, o golpe proporcionou um teste político decisivo para a Igreja. A polarização política ressaltava dois campos opostos. À direita, ficavam os conservadores religiosos e sociais, que censuravam os perigos da mudança. À esquerda, estavam os militantes da ACB, os padres radicais e a liderança da CNBB, que apoiara as reformas sociais de Goulart. Representantes dos dois lados entrarão em confronto quando 33 dos bispos mais importantes se encontraram em uma reunião especial no final de maio de 1964 para escrever uma declaração sobre a Revolução. Os conservadores elogiaram o golpe e condenam o comunismo, enquanto os progressistas defendiam uma crítica mais dura ao novo governo. (SERBIN, 2001, p. 102).

Por outro lado, com a queda do governo Goulart, foram realizadas várias marchas que sinalizavam a vitória que tinha dado baixa aos comunistas dentro do governo, uma grande parte da hierarquia e leigos festejavam uma revolução. Para Luiz Eduardo Wanderlei o pronunciamento da CNBB em documento da comissão central pós-golpe apresenta que,

Uma conciliação entre as alas dos conservadores e dos progressistas, demonstrando numa parte do texto, a satisfação pelo fato e o agradecimento a Deus por ter libertado a Nação do perigo comunista, e concomitantemente buscava defender, noutra parte, os militantes da Ação Católica e do Movimento de Educação de Base, rejeitando a acusação injuriosa de que eles fossem comunistas ou comunizantes. Na ocasião, pregavam “a restauração da ordem social, em bases cristãs e democráticas”, e apontavam a necessidade de extirpar a injustiça, que são a causa do comunismo (WANDERLEY, 2003, p. 464)

Nas fábricas os operários que tinham acompanhado as propostas das reformas de base anunciadas pelo governo deposto de Goulart, na sua grande maioria, relatavam frustração por uma promessa descumprida, num ambiente de imobilidade de oposição nas fábricas, produto da fraqueza sindicalista dependente do estado, que entra em tensão perante a nova ordem de 1964.

Após o golpe militar que teve início no dia 1 de Abril de 1964, quem toma o poder é o Comando Supremo da “Revolução” que inicia um processo de organização, para isto foram tomadas medidas que deram poder ao governo promulgando o ato institucional<sup>19</sup>AI1, que instaura a ditadura. Seguidamente será indicado o sucessor do ex-presidente Goulart que ficaria até 1966, ano em que terminaria o mandato presidencial. Foi nomeado como presidente um integrante da ESG, o General Castelo Branco do grupo da Sorbonne e ficaria até o ano de 1967.

No início do regime militar o exército se apresentou como uma saída revolucionária que combatia a corrupção e a subversão, esta revolução, que depuraria todas as estruturas do país, abarcando desde militares e políticos de esquerda, líderes trabalhistas, militantes católicos, ao ponto que, em 1964, já se tinham fechado ao redor de 3000 sindicatos. No dia 27 de outubro de 1965 será baixado um novo ato constitucional o AI-2, ato que eliminará o pluripartidarismo e anunciará o bipartidarismo político, que foi representado pelo PMDB, que era a oposição responsável e o partido ARENA. (SERBIN, 2001).

O parlamento se polarizara nestas duas propostas; seguidamente no dia 5 de fevereiro de 1966, foi instituído o AI-3 que estabeleceu as eleições indiretas para governador, seguidamente, em 7 de dezembro do mesmo ano foi instituído o AI-4, ato que gerou o fechamento do congresso. Para garantir a governabilidade dos militares, fez-se necessário a tomada de medidas repressoras por meio de órgãos de segurança pública através do decreto AI-5 que entrou em vigor em 13 de dezembro de 1968.

Na esfera econômica o General Castelo Branco apresenta o Plano de Ação Econômica, que tinha como objetivo estabilizar a economia dando resposta aos problemas administrativos que se arrastavam dos governos anteriores, proporcionando um respiro à economia nacional.

Tecnocratas conservadores figuravam de forma proeminentemente na estratégia do governo. Os conselheiros pró-Estados Unidos de Castelo Branco puseram mãos a obra para suprimir a alta taxa de inflação, estabilizar a economia e atrair investimento estrangeiro. Essas políticas forneceram a base para as altas taxas de crescimento e o chamado milagre econômico do final dos anos 60 e início dos 70, quando o crescimento anual chegou a mais de 10%. Durante esse período, o governo investiu fortemente em projetos de infraestrutura, como barragens e a rodovia transamazônica, e proporcionou incentivos fiscais para madeireiros e fazendeiros que quisessem explorar a floresta tropical. Em São Paulo a indústria pesada explodiu. (SERBIN, 2001, p. 96)

No dia 15 de março de 1967 será eleito O general Costa e Silva pertencente a Linha-dura dos militares, nesta época o governo militar aplicara mais poder aos órgãos repressores da ordem. De outro lado

---

<sup>19</sup>AI. Ato institucional. Os Atos Institucionais foram normas e decretos elaborados no período de 1964 a 1969, durante o regime militar no Brasil. Foram editadas pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ou pelo Presidente da República, com o respaldo do Conselho de Segurança Nacional. Todas estas normas estavam acima de todas as outras e até mesmo da Constituição. Esses atos não estão mais em vigor desde o fim do Regime Militar.

a oposição dos grandes grupos politizados de esquerda realizam uma paralisação estudantil a nível nacional, estas manifestações terminaram em confronto com a polícia, tendo como resultado a morte do estudante Edson Luís, a este fato se somam um ato realizado por personalidades da TV brasileira na passeata dos mil somando-se a esses atos de manifestação. Neste momento surge a Frente Ampla, um movimento de oposição composto por representantes políticos e opositores ao presidente Goulart que se sentem traídos pelo regime. Iniciam-se as greves dos operários e sindicatos, em Contagem-MG e Osasco-SP, apesar da repressão e o autoritarismo dos militares, segundo Vera Silva Telles (1986)

Será sobre tudo a partir dos acontecimentos de Osasco que o espaço fabril ganha, para os militantes operários, um novo sentido. É interpretado como lugar da construção da autonomia operaria, dando ao mesmo tempo substância e conteúdo reconhecível à luta por um sindicalismo livre das interferências do estado. Autonomia sindical, organização de base, comissões de fábrica passam então a fazer parte do repertório político de todo um conjunto de atividades militantes aglutinados entorno das Oposições Sindicais e serão as primeiras bandeiras da Oposição Sindical metalúrgica de São Paulo. (SILVA, 1986, p. 55)

No governo Costa e Silva através do AI-5, deu-se início a época mais violenta do regime militar, com este decreto o presidente recebeu mais autonomia. Este Ato institucional aumenta a segurança nacional representada pelos órgãos de repressão, gerando assim, uma crescente onda de sequestros, torturas e desaparecimentos.

Por questões de saúde o presidente Costa e Silva é afastado da presidência, o alto comando militar vetou a posse do vice Pedro Aleixo, assumindo uma junta militar provisória até a posse do general Emílio Garrastazu Médici da Chamada Linha-dura, nomeado novo presidente no dia 30 de outubro de 1969. Durante este mandato serão executadas operações de segurança nacional como a operação bandeirante; neste período a Igreja se apresenta como uma instituição perante a sociedade civil, mas a instituição ao mesmo tempo está-se definindo em si mesma,

De fato, até o início dos anos 70, a maioria dos bispos mantinham uma cautelosa, porém, esperançosa atitude em relação ao regime, e permaneceu praticamente em silêncio em quanto os católicos radicais eram presos e torturados. Em 1964 Dom Alberto Gaudêncio Ramos, o arcebispo de Belém e futuro participante da biparte, na verdade colaborou com a polícia na detenção de padres subversivos. Dom Hélder e os progressistas também perderam as eleições da CNBB, o que levou a uma orientação ainda mais conservadora sob a liderança de dom Agnelo e dom Vicente. Os bispos dissolveram a JUC em 1968 e a JOC e a AP foram perseguidas brutalmente pelas forças de segurança. A ACB virou a sombra do que fora no passado. Muitos bispos duvidaram que existissem abusos. A colaboração entre Igreja e o estado se mantinha pública por meio de gestos simbólicos (SERBIN, 2001, p. 104).

Em 1966, no ambiente institucional a Igreja da América-latina estava-se preparando para refletir sobre o Vaticano II e a realidade da América-latina. O CELAM dirigiu-se ao então papa Paulo VI para realizar

uma conferência sobre a realidade de América-latina a luz do vaticano II, esta conferência teve lugar na Colômbia, realizada no dia 26 de agosto a 6 de setembro na cidade de Medellín.

A proposta de Medellín representava uma ameaça para a doutrina de segurança nacional do regime militar da linha dura, a Igreja inicia diálogos com os militares e cria-se assim, um espaço de distensão. De um lado a igreja denunciava a violência da repressão sobre os militantes católicos, a igreja posiciona-se criticamente perante a crise dos direitos humanos e, ao mesmo tempo, cuidando de não por em risco os privilégios que tinha ganhado no passado com o governo Vargas na Concordata moral, do outro lado, os militares reconheciam o poder que a Igreja tinha perante a sociedade civil.

O governo militar durante estes encontros critica o documento de Medellín, por um lado o laicato e os bispos progressistas que participaram dos diálogos secretos argumentavam que Medellín, na sua doutrina, promovia uma justiça social que viria por meio do desenvolvimento econômico junto com a participação política, descrevendo assim o caráter social de Medellín. Por sua parte o governo militar alegava que este documento e a sua práxis teriam um cunho revolucionário. (SERBIN, 2001). Os Militares mantinham a possibilidade de restabelecer as relações harmoniosas entre as duas instituições, os generais por sua parte, julgavam a instituição católica de inocente perante as táticas empregadas pelos comunistas para seduzir bispos e estudantes, através de uma suposta doutrina social; por sua vez o general Ruy de Paula Couto chefe do Estado Maior do Exército inspirado nos apontamentos anticomunistas do clero conservador, refere-se ao uso do

documento de Medellín, de conceitos analógicos aos da guerra revolucionária. Dessa forma, Medellín podia fornecer “precioso auxílio” à causa comunista. Citando os alertas do fervoroso anticomunista dom Vicente Scherer, Paula Couto explicava que muitos documentos da Igreja subscreviam a estratégia marxista de fomentar a luta de classes. Se a igreja não enfrentasse esse perigo, os atritos com o estado continuariam, pois o governo não poderia mais identificar comunistas reais e padres subversivos que pensavam estar simplesmente seguindo a doutrina social da igreja. Os bispos precisavam explicar com mais clareza o significado “construtivo” de seus ensinamentos para distinguir “Igreja e subversão”. (SERBIN, 2001, p. 250)

Durante esta época inicia-se uma nova forma de se fazer teologia, tendo como base a práxis pastoral da igreja e a práxis social dos cristãos das bases leigas, nesta junção se apresenta uma nova forma de fazer hermenêutica, este período acompanhou o florescer da Teologia da Libertação que teve como um primeiro momento o silêncio da prática da libertação nos contextos de marginalização, exclusão, este movimento que antecede o pensar teológico que segundo Gustavo Gutierrez :

A reflexão teológica seria então, necessariamente, uma crítica da sociedade e da Igreja enquanto convocadas e interpeladas pela palavra de Deus; teoria crítica, à luz da palavra aceita na fé, animada por intenção prática, portanto indissolúvelmente unida a práxis histórica. Por sua



pregação da mensagem evangélica, por seus sacramentos, pela caridade de seus membros, a Igreja anuncia e acolhe o dom do reino de Deus no coração da história humana. << a comunidade cristã professa uma fé que opera pela caridade>>. Ela é e deve ser caridade eficaz, ação. Compromisso ao serviço dos homens. A teologia é reflexo. A teologia vem depois, é ato segundo. (GUTIERREZ, 1986, p. 23)

A Teologia da Libertação destaca-se dentro do contexto da América–latina pela ação pastoral, que não é reduzida ao produto de um planejamento prévio de estruturas eclesiais tradicionais, e sim a partir da realidade das comunidades concretas, situadas em tempos e espaços concretos que são o lugar teológico privilegiado da libertação. A teologia da libertação teve para esta época um lugar e um tempo excepcional dentro das grandes massas excluídas das periferias, convertendo-se numa reflexão crítica da práxis evangélica da solidariedade à busca pela justiça, sendo assim, a Teologia da transformação libertadora da história humana. A teologia que não se limita a pensar o mundo, mas, procura situar-se dentro dos processos através dos quais o mundo é transformado, abrindo-se no protesto a procura da dignidade humana, em estruturas desumanizadas que explora as grandes massas, através da práxis que liberta no processo de construção de uma sociedade mais justa e humanizada. Gustavo Gutierrez (1986).

No concílio Vaticano II destaca-se a intenção da Igreja de mudar seu rumo ao se por ao serviço das comunidades cristãs inseridas no mundo, e reconhecendo por sua vez, uma inadequação da estrutura eclesial na América-latina, que está ausente das realidades gritantes de injustiça. A Teologia da Libertação apresenta-se como método para refletir a realidade concreta da existência humana, elevando a discussão teológica além das perspectivas escatológicas e essencialistas, proporcionando uma nova vocação do ser humano, que não está em trânsito entre duas dimensões, uma profana e outra escatológica, desta forma o homem latino-americano se confronta diante de tal realidade e se compromete a mudar a Igreja aproximando-a sua realidade ao evangelho.

A partir desse ponto de vista, os setores mais dinâmicos do “povo de Deus” na América-latina estão empenhados em uma dupla busca: bases teológicas que abarquem o conjunto da sua atuação no processo libertador de um continente; novas estruturas eclesiais que permitam uma vida de fé plena e concorde com a consciência que o homem latino-americano tem de seu próprio devir histórico. (GUTIERREZ, 1984, p. 50)

No Brasil o contexto em que se desenvolve esta nova forma de se conceber o homem, que por sua vez é um operário, ou desempregado, situado nas margens do progresso e do desenvolvimento social dentro de um governo militar, que na esfera econômica destacou-se por seu crescimento rápido no período compreendido entre 1969 a 1973, etapa econômica denominada como “milagre brasileiro”:

Estas são as contradições do modelo econômico, mas contradições secundárias, pois se verificam apenas na cúpula da sociedade. São contradições secundárias por que a luta se trava entre segmentos das classes dominantes, disputando uma maior e mais tranquila fatia do bolo da

economia nacional, que desejariam controlar com solido apoio oficial e sem concorrência. (BRUM, 1982, p. 102)

Durante este período de auge econômico o crescimento, do PIB foi de 10,1% ao ano em relação à inflação que era de 18 %, na época o nível empregatício foi relativamente alto, por outro lado, a classe operaria sofreu as consequências da inflação através do arrocho salarial. Esta política teve início no governo de Castelo Branco e se intensificou com o ministro da fazenda Delfin Neto, durante o período de governo do general Emílio Garrastazu Médici, o ministro da fazenda justificou sua política salarial com a metáfora de: deixar o bolo crescer para logo dividir; este ambiente de desenvolvimento acelerado declinou no segundo semestre de 1973, o empresariado nacional tem mais consciência da sua marginalização dentro da economia e,

Começa, então, ampliar suas vozes reivindicatórias, em busca de melhor atenção do poder público, procurando sensibilizar o governo da causa empresa privada nacional, através das suas associações de classe e de imprensa. (BRUM, 1982, p. 103)

Neste período de governo marcado pela repressão violenta da ditadura, se distinguiu por uma popularidade negativa dos militares. No início do governo Médici e a euforia do desenvolvimento econômico, no ambiente Institucional católico também aparecerão tensões não só internas como também externas; por um lado a teologia exigia uma nova leitura do sinal dos tempos, de outro lado, como resposta às tensões entre o governo e a oposição junto com sua impopularidade, o governo militar inicia a montar uma propaganda audaciosa de nacionalismo, com o objetivo de levantar os ânimos da nação com slogans que elevavam o patriotismo e a confiança na administração dos militares, por coincidência, o Brasil torna-se vencedor da copa mundo de 70 , o governo terá um investimento em infraestruturas de grande porte como Itaipu, a ponte do rio Niterói, a transamazônica e a usina nuclear de Angra como resultado de um acordo com os Estados Unidos, a classe media será beneficiada com a circulação de dinheiro; como consequência aumenta o endividamento.

Para (SERBIN, 2001):

Nos anos 70, os generais também fizeram do Brasil um grande exportador de armas. O preço social do sucesso econômico foi a repressão aos trabalhadores, com a proibição das greves e a intervenção do governo num sistema sindical já bastante paternalista, herdado de Getúlio. Os salários refletem pouco ou nenhuma melhora. O próprio Médici observava: "o Brasil vive bem, mais o povo vai mal". No geral o desempenho econômico de 1964 a 1985 foi na verdade a menor do que o do período democrático de 1945 a 1964; os ganhos dos anos do milagre foram reduzidos pelo mau desempenho em outros períodos. No entanto Médici alto índice de popularidade. Embora os pobres detivessem cada vez menos do total das riquezas, existia emprego em abundancia a euforia da economia afeto todos os setores da população, à medida que o país passava da quadragésima terceira do ocidente em 1964 para a maior economia em 1980 (SERBIN, 2001, p. 97)

Na esfera econômica internacional haverá uma queda no investimento internacional, no Brasil por conta da crise do petróleo de 1974, não há capital estrangeiro para ser investido no país que foi suporte do milagre econômico. O governo da Linha-dura finalizará com um nível alto de impopularidade. Terminado o mandato do general Médici em 15 de março de 1974, dando lugar ao general Ernesto Geisel. Este novo período militar inicia com a promessa de abertura política, que como a história do país o demonstra, cada movimento revolucionário administrado pelas elites do país tem finalizado de maneira “lenta, gradual e segura”, esta proposta de abertura política acontecerá de igual forma as outras revoluções feitas pelos grupos de poder.

No início de 1970 a P.O. (pastoral operaria) se organiza, e no mês de outubro é celebrada em São Paulo uma missa pelo salário justo, esta pastoral tinha como objetivo animar a classe trabalhadora cristã para se engajarem na transformação à luz do Evangelho. Os bispos e sacerdotes que refletiam a situação social econômica do Brasil desta época junto a P.O, fizeram a opção pelos trabalhadores e desempregados que sofriam as consequências injustas do desenvolvimento econômico do país.

Nestes anos se travou uma luta intensa em relação à orientação da P.O, principalmente em torno de sua opção de classe. Em 1972 venceu a proposta de uma P.O classista, ou seja, reconhece-se a existência de luta de classes causada pela própria estrutura e natureza do capitalismo. Este fato exige uma opção pela classe trabalhadora e sua organização, coincide com a opção evangélica pelos oprimidos. Esta foi uma época de fechamento e repressão. (comissão arquiocesana de pastoral operaria p.33)

Em 1974 São Paulo iniciou a estruturar a P.O em dois encontros, que tinham como objetivo, pensar em métodos para poder fazer uma leitura conjuntural partindo das realidades do meio urbano e rural. Em 1975, deu-se continuidade ao processo de organização da P.O junto a bispos e leigos, iniciou-se um processo de levantamento dos problemas mais gritantes dentro das comunidades, das quais saíram quatro prioridades: direitos humanos, pastoral do mundo do trabalho, as CEBs, e a periferia. Já em 1976, nasce a P.O a nível nacional, após o encontro em Nova Iguaçu (RJ), neste encontro teve a participação de 7 representantes, definindo a sua opção por focar e agir sobre uma articulação especial do mundo dos trabalhadores.

Em 1978, com a “abertura política”, o movimento operário passou por uma fase de maior atividade com as primeiras greves nas fábricas e, campanhas eleitorais nos sindicatos mais fortes. A P.O. Através dos seus militantes participa ativamente e, inicia-se os movimentos de apoio nas comunidades. (Comissão arquiocesana e pastoral operaria p.36)

Nos anos seguintes a militância da P.O foi forte e organizada, passando por processos de estruturação com experiências provisórias como a Comissão Nacional da Pastoral Operária, logo recebendo o nome de Comissão de Pastoral Operária e imprime-se o primeiro boletim da C.P.O em outubro de 1979.

A partir de 1970 há uma mudança nas relações da Igreja com o mundo do trabalho profundamente marcada pela virada que o concílio Vaticano II provocou nas relações da Igreja com o mundo, influenciada pela opção feita em Medellín (1968) e reafirmada em Puebla (1979), interpelada pela intensificação da violência política e militar contra os cristãos e não cristãos comprometidos pela luta pela justiça, a Igreja no Brasil assume com mais vigor a causa dos trabalhadores. Desse compromisso maior como luta pela justiça surge criação da Comissão Pastoral Operária (CPO) em 1976, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1974 e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em 1974. (CNBB, 1991, p. 75)

No ambiente institucional a igreja católica do Brasil, após o concílio vaticano II e seu espírito renovador juntou grandes expectativas, em consequência, o Concílio não foi assumido em igual forma por todos os padres e religiosos dentro da instituição, já que implicava sair da idade meia e dar um salto para a modernidade do século XX, gerando dificuldades em compreender e se identificar dentro da igreja, o que gerou uma crise dentro da instituição perante o *aggiornamento* do Concílio quando:

Alguns clérigos abriram suas almas a psicanalistas. Outros buscaram criar uma vida pastoral socialmente mais relevante, vivendo entre os pobres e resistindo a ditadura. Muitos esperavam o desenvolvimento de uma Igreja mais democrática e o fim do celibato obrigatório. Mostrando os limites do diálogo, o Vaticano se recusou abrir mão desses dois últimos pontos. Como consequência, dezenas de milhares de religiosos, em várias partes do mundo, deixaram o ministério. Somente no Brasil, quase 2 mil padres deixaram a batina entre 1967 e 1976, fazendo com que o total de padres em 1977 caísse para baixo dos costumeiros 13mil. (SERBIN, 2001, p. 102)

Neste período de 1977, a Instituição Católica perdeu lideranças importantes em contrapartida, lado esta época deu grandes frutos enquanto experiências pastorais, se por um lado diminuía o clero de outro surgiam lideranças laicais.

Os agentes de pastoral que engrossavam os quadros de todas essas frentes pastorais encontravam nas CEBs o seu espaço próprio de articulação de fé e política. Na verdade, as CEBs constituíam-se no celeiro mais profícuo da gestação das novas lideranças leigas para as pastorais sociais. Surgidas na década de 1970, as CEBs terão na década de 1970 seu período de multiplicação e fortalecimento. Em 1975 encontram um grande reforço por meio do primeiro Encontro Intereclesial, realizado na cidade de Vitória, ES. Tiveram seu reconhecimento oficial na Exortação Apostólica pós-sinodal Evangelii Nuntiandi, do papa Paulo VI, publicada em 8 de dezembro de 1975. (GODOY, 2003, p. 393)

De outro lado a inserção das bases leigas dentro de vários movimentos sociais de reivindicação de direitos como foi o caso da terra, os indígenas e a Pastoral Operária, darão uma ambiente de politização nas comunidades, não só eclesiais mas também operárias que estavam vivendo o peso da inflação e a repressão, mais animados com as promessas de voltar a redemocratização do país.

O posicionamento do Cardeal Evaristo Arns, atuando de maneira clara, rápida e decisiva em um centro de relevância de São Paulo, que se constituirá ao mesmo tempo no foco mais importante das Forças de repressão, conferia à Igreja uma força moral de alto quilate, fazendo da instituição eclesial uma protagonista de primeira ordem no diálogo que o governo desejava estabelecer com a sociedade civil. Ao mesmo tempo a CNBB consolida-se como órgão representativo da maioria esmagadora do episcopado e, nas dioceses, as pastorais populares e as comunidades eclesiais de base permitiam à Igreja maior encarnação na realidade assegurando uma participação mais ativa do povo, e uma mais vigorosa capacidade de atuar como fermento em movimentos sociais suscitados pela própria sociedade civil. (BARROS, 2003, p. 181)

A realidade dos operários dentro do governo Geisel tinha duas fases, de um lado os centros urbanos das grandes cidades, tinham-se convertido no eixo do capitalismo do Brasil, como é o caso do estado de São Paulo, que no início da década de 1970 concentrava quase o 50%, um grande número de empresas de serviços no país já que continuava crescendo o desenvolvimento econômico, mas por outro lado.

essa pujança não implicava uma melhor distribuição de rendas, não significava uma vida melhor para a população. Pelo contrário: por conta do modelo de desenvolvimento com concentração de rendas, adotado a partir de 1964, milhares de pessoas sofriam a deterioração dos bairros populares onde eram confinados e amontoados os migrantes. Na década de 1970, o município de São Paulo tinha 5.928.615 habitantes recenseados, em 1975, 130 mil eram favelados, 615 mil moravam em cortiços e 1,8 milhões em casa precárias da periferia, geralmente em loteamentos clandestinos. (DIAS, AZEVEDO e BENEDITO, 2004, p. 99)

O general Geisel promete gerar os meios para a redemocratização com sua proposta de distensão, eleva os ânimos da oposição o que iria aumentar à repressão militar, de outro lado a linha-dura inicia a executar planos de repressão executando lideranças da oposição, sindicalistas, militantes católicos entre outros fatos que elevarão a oposição e baixar a popularidade do regime. Com o aumento de alimentos da cesta básica, surge o Movimento Do Custo de Vida (MCV), inicia-se a juntar um grande numero de lideranças sindicais e associações de bairros, as quais sabiam dos obstáculos. Os movimentos por melhorias até então se confrontavam com os poderes públicos, mas obtinham resultados concretos e visíveis (Dias Luciana, 2004. p. 173) com as manifestações, a notoriedade negativa do regime leva o governo militar a demitir o comandante do segundo Exército, o general Eduardo Dávila Mello, mas a repressão não diminui. A Igreja por sua parte inicia uma experiência de diálogo com outras instituições e grupos políticos em prol da reorganização política. A Igreja iniciou um processo de diálogos abertos com o governo Geisel. A sistemática da repressão iniciou um processo de intimidação aos movimentos sociais da Igreja, pois,

em 12 de março, 5mil pessoas se reuniram no Colégio Arquidiocesano de Vila Mariana (capital), para a divulgação do abaixo-assinado a ser entregue posteriormente as autoridades, com as reivindicações; congelamento dos preços de primeira necessidade; aumento dos salários a cima do custo de vida e abono salarial de 30% imediato e sem desconto para todas as categorias de trabalhadores. O ano de 1978 fora poupado por um grande colapso no abastecimento, depois de

uma década de abandono das culturas alimentares e dois anos de clima ruim o que elevou os custos do preço dos alimentos e forneceu substrato para as reivindicações formuladas nas manifestações do MCV.(DIAS, AZEVEDO e BENEDICTO, 2004, p. 173)

Em dezembro de 1978 o presidente levanta o AI5, e será eleito o sucessor o general João Batista Figueiredo que inicia em 1979, este novo mandato dará continuidade ao processo de abertura política, enfrentando os desafios econômicos do anterior governo que,

Nos cinco anos do governo Geisel (1974-1978), a inflação se mantivera numa taxa média de cerca de 40% ao ano. Esse índice, demasiadamente alto, é considerado perigoso e insustentável para a sociedade brasileira pelos planejamentos oficiais. Sua continuidade tornar-se-ia fonte geradora de problemas e tensões sociais, principalmente nas camadas assalariadas. Por isso a inflação é encarada como problema preocupante pelo governo, com o qual a sociedade não podia conviver sem traumatismos. É preciso reduzir as altas taxas de inflação a níveis suportáveis. (BRUM, 1982, p. 155)

No ano de 1978 no mês de outubro seria eleito o novo papa João Paulo II, após a morte de João Paulo I. Este novo papado estará anunciando uma nova eclesiologia, em especial para os países do terceiro mundo. No ano seguinte realizou-se a terceira conferência nacional dos bispos latino-americanos, em México na cidade Puebla de Los Angeles o novo Papa visitara o Brasil em 1980.

Durante o mandato militar do general João Batista Figueiredo inicia-se um novo processo político.

Quando Figueiredo assumiu o poder em 1979, a abertura já estava a caminho, mas, como Geisel determinara, foi uma abertura gradual lenta e segura- especialmente segura para as Forças Armadas. Em agosto do 1979, o governo Figueiredo concedeu anistia aos prisioneiros políticos, exilados e revolucionários- mais também aos torturadores. Depois de uma década de cuidadoso controle do processo político pelo exercito, em 1985, um civil ocupara novamente o Palácio do planalto. (SERBIN, 2001, p. 408)

Após a legislação de 1979 todos os crimes foram prescritos por tempo, neste período presidencial aconteceram grandes greves dos trabalhadores, produto das altas taxas de inflação. Como proposta o general Figueiredo lança um pacote de medidas anti-inflacionárias de 1979 a 1980 que para o governo teriam no inicio uma taxa de inflação de 30%, como resultado das políticas econômicas para o final deste biênio seria do 20% de outro lado as metas propostas para a diminuição da inflação não comportam com as exigências reais , já que na realidade a taxa da de inflação gira em torno de 100%, tendo em conta o endividamento do país e, as altas taxas dos empréstimos adquiridos durante o milagre econômico, o governo tem como estratégia a implementação das exportações como saída econômica.

Em 1979 as condições climáticas ficaram mais adversas levando um ritmo cada vez menor a produção nos últimos 3 anos,

Para 1982 o governo aposta numa grande safra agrícola, o que teria certo alívio diante dos embaraços da difícil conjuntura econômica atual. A prioridade ao setor agropecuário, segundo as autoridades da área econômica, se explica << porque a atividade rural é capaz de gerar divisas e auxiliar no combate à inflação muito mais rapidamente que qualquer outra, além de exigir pouquíssimas importações e de gerar fontes alternativas de energia>>. (BRUM, 1982, p. 157).

Por sua parte a CNBB em 1980 aprovou na Assembleia Geral o início de um estudo aprofundado do modelo econômico e a realidade agrária do país, este tema gerou grandes tensões entre Igreja e o regime militar, ao ter que abordar o tema da terra na Amazônia, nesta época Dom Pedro Casaldáliga junto com os posseiros, enfrentaram as investidas dos projetos agrários propostos pelo governo, implicando na morte de padres e leigos. De igual forma a oposição continua aglutinando-se ao redor da crise econômica.

Um fato novo no movimento reivindicatório é a presença, praticamente pela primeira vez no Brasil, de importantes categorias profissionais características da classe média, como professores, médicos etc., bem como produtores rurais, pecuaristas e outros segmentos. A amplitude e a força da mobilização no seu conjunto, como também a presença de categorias mais intelectualizadas ou com interesses diretamente ligados à produção, sem dúvida, representa extraordinário avanço da sociedade civil no processo sócio político, depois de quinze anos de submissão e silêncio. (BRUM, 1982, p. 179)

De outro lado a proposta de redemocratização tinha se apresentado com vários mecanismos que, no fundo, assegurariam a manutenção dos militares no governo após a elaboração de uma nova legislação partidária, contando com a tradicional imagem dos partidos de oposição responsável, surgem partidos que representaram vários setores da sociedade como movimentos trabalhistas,

Surgiu porém um novo ator no cenário político: o partido dos trabalhadores (PT), Golbery favoreceu sua criação para dividir ainda mais as correntes oposicionistas. Seus fundadores fazem remontar a ideia germinal deste partido ao Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), realizado no Rio de Janeiro em 1979, na esteira que abalaram o ABC paulista no biênio 1978-1979 e constituíram a matriz do “novo sindicalismo”. Nesta oportunidade, Lula lança no plenário do congresso o desafio: “o que nos precisamos é a criação de um partido dos trabalhadores. Porque atuar através dos intermediários, quando os trabalhadores podem assumir seu papel, agindo sobre sua própria responsabilidade?”. Apesar da frieza e indiferença com que foi acolhida pelos comunistas e pelos pelegos, a ideia vingou. (BARROS, 2003, p. 202)

A Igreja Católica no final do mandato dos militares inicia a se movimentar para elaborar um novo projeto democrático junto com a participação de vários setores da oposição ao regime, por sua parte, a CNBB entra em tensão ao se deparar com grupos a favor da retomada do estado de direito que garantisse o direito de participação de todos e, discutem-se os valores do estado de direito. A democracia que surge como expressão legítima da liberdade e da dignidade humana defendidas pela ética cristã.

Em janeiro de 1984 realizou-se com maciço apoio popular, a campanha pelo “Direitas Já”, a fim de forçar o governo aceitar eleições livres para presidente da República. No ano seguinte, em 15-1-1985, embora, ainda de forma indireta, é eleito o primeiro presidente civil desde 1964, Tancredo de Almeida Neves (1910-1985), que anuncia a nova república com “mudanças reais,

efetivas, corajosas e irreversíveis”. A inesperada doença de Tancredo, seguida da sua morte (21-04-1985), leva a presidência o vice-presidente, Jose Sarney, até a pouco ligado ao governo militar. (MATOS, 2003, p. 233).

### 3.3 Campanha da Fraternidade de 1978

A CF como foi apresentada no item anterior teve como pano de fundo um ambiente político e social, que articulou a Igreja católica no Brasil. A partir do exposto no capítulo anterior é possível entender como cada fase da história da CF esta caracterizada pela participação da Igreja no seu contexto histórico. A questão do trabalho é assumida pela CNBB através da CF em três momentos: o primeiro que será abordado neste capítulo realizado no ano de 1978, esta CF-78 contém a expressão de uma época marcada pelo governo militar da década dos anos 1970; uma segunda CF aconteceu no ano de 1985 como decorrência da administração militar, e o processo de reorganização do governo civil; e uma terceira que foi realizada em 1991 em memória do cem anos da *Rerum Novarum* documento que da início a doutrina social da Igreja.

#### Contexto histórico da CF 1978

Esta CF pertence à segunda fase da CF sendo a número 15, a Igreja se preocupa com a realidade social do povo, denunciando o pecado social e promovendo a justiça (Vaticano II, Medellín e Puebla). Esta segunda fase iniciou em 1973-1982.

Como foi apresentada no segundo capítulo desta dissertação, a eleição do tema de cada campanha e decidida dois anos antes em função dos Planejamentos Pastorais. De acordo com a dinâmica de programação a Campanha da fraternidade de 1978, foi gestada no ano de 1976, no X Encontro Nacional da Campanha da Fraternidade encontro nacional da Campanha da Fraternidade realizado no mês de maio entre os dias 23,24,25. Este encontro contou com a participação de treze regiões junto com seus coordenadores e assessores da CNBB. O objetivo deste encontro foi a revisão da CF 76 e preparação da CF 77, junto com a eleição do tema da CF78,

Cada regional, as sugestões trazidas para o tema e slogan da CF78, professando um total de 64 temas, sendo alguns coincidentes. Em rápido “cochicho”, os pequenos grupos fizeram convergir



suas preferências, reduzindo a treze as sugestões. Em votação individual, as referências recaíram sobre: justiça (18 votos); trabalho (7); corresponsabilidade (2); juventude (1). (comunicado mensal CNBB Maio de 1976.n 284 p485)(CNBB, 1976, p. 485)

Durante este encontro foi decidido o slogan que mais votos obteve, dando assim o slogan de “trabalho e justiça para todos” e foram introduzidos novos subsídios como a “novena da fraternidade em família”. Esta campanha faz parte das circunstâncias político eclesiais da década dos anos de 1970, durante o regime militar da Linha-dura, onde a violência se pronunciou com mais ênfase nas atividades da Igreja católica, de outro lado as diferenças entre as opiniões sobre o Planejamento Pastoral de Conjunto no seio da CNBB, levou a Conferência a abandonar o planejamento dos PPCs por outro lado

Em 1971, surge o primeiro plano bienal, que simplesmente reunia as atividades dos diversos organismos vinculados à Conferência. Em 1975, começa a era das Diretrizes Gerais da Ação Pastoral. Estas não se constituíam verdadeiramente num plano pastoral, mas apresentavam um objetivo geral com algumas perspectivas pastorais nascidas das análises que se faziam do contexto brasileiro e da inserção da igreja nele. (GODOY, 2003, p. 392)

Os aportes do Concílio Vaticano II, junto com o documento de Medellín, geram uma nova perspectiva sobre a missão da Igreja e a imagem que tinha de si mesma de Uma Igreja voltada sobre si, entendendo-se como autoridade da sociedade perfeita, passando a uma nova forma de se-entender, indo ao encontro do mundo secular como servidora. Desta forma, a Igreja compreendeu-se em uma nova eclesiologia de Povo de Deus como vocação primeira e meta de toda organização eclesiástica do poder. Propondo uma abertura participativa dos batizados como sujeitos que compõem a identidade deste Povo de Deus.

A emergência dos pobres como sujeito coletivo da Igreja, com suas práticas sociais e eclesiais e sua experiência espiritual, introduz também o tema de uma nova identidade histórica da Igreja. De fato, no pós-concílio surgiram “novas formas de eclesialidade como as Comunidades Eclesiais de Base. Nos corpos intermediários, como os conselhos paroquiais, conselhos diocesanos de pastoral e grandes assembleias diocesanas; no regionais com as assembleias das Igrejas, e por fim, no corpo episcopal, com o forte senso de colegialidade vivido pela CNBB no plano regional e nacional”. (CALIMAN, 2003, p. 418)

A CNBB tinha como desafio programar medidas para alcançar os objetivos que exigia o ideal de Igreja proposta pelo Concílio e agora por Medellín. A CNBB através do planejamento pastoral, que para esta época era bienal (1977 a 1978) continha um plano que priorizava as CEBs; a Pastoral Familiar; Pastoral Urbana. Neste plano, continha oito projetos, entre os quais se contemplava o estudo da pastoral operária e um seminário de estudo para o levantamento e análise das experiências pastorais no mundo do trabalho com a participação dos agentes pastorais e militantes operários. (ANTONIAZZI, 2003)

No processo evolutivo das CFs é de ressaltar a preocupação que se tem para que a mensagem de cada ano seja mais compreensível e mais acessível. Como apresentamos no segundo capítulo; a CF de 1978 foi composta por inovações tanto no conteúdo como na estrutura, partindo pelo tema da CF que inaugura uma nova participação da Igreja dentro das realidades dos fieis, nesta ocasião e abordado o tema do trabalho, tema que implicara iniciar uma nova metodologia de apreensão da questão do trabalho. A CF teve como inovações para este ano o texto base que faria parte de todas as próximas CFs, e a implementação do método ver-julgar e agir, que começou a fazer parte do seminário de preparação de peritos e agentes de pastoral, na elaboração do texto-base da campanha.

Na reunião mensal da CNBB de 1977 realizada em Junho é aprovado o texto para a CF-78, pela Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB. Apresentando estrutura e conteúdo da Cf-78, que entra em diálogo com o contexto do Brasil na década de 1970, o Manual da CF-78, foi composto por uma bibliografia que inclui o Vaticano II, no documento *Gaudium et spes*, os documentos da DSI, uma documentação da CNBB, além de autores que abordam a questão do trabalho como Chenu M.D e publicações de artigos em revistas como a *Convergência* e a *REB*.

Para assim conseguir contextualizar e fazer uma leitura da realidade do trabalho como produto de um desenvolvimento econômico onde a condição do trabalho foi influenciada por aspectos que envolvem a dignidade Humana e a justiça, expressos em situações concretas como a urbanização indiscriminada quando,

O engodo das cidades e dos centros industriais vem provocando o êxodo rural, fazendo inchar as periferias das cidades gerando desemprego e deixando em condições precárias de saúde, alimentação e habitação, muitas pessoas sem habilitação para o trabalho (CNBB, 1977, p. 8)

### **Teologia do trabalho**

Por outro lado o manual da campanha aborda, através da teologia, o valor do trabalho como uma parte integrante do ser humano, que o faz participar da obra divina da criação elevando-o ao nível de co-criador, o que imprime nele o direito de se desenvolver através das condições dignas do trabalho justo.

Embora o trabalho não seja o fim ou o valor supremo da vida humana, no entanto, tem valor em si mesmo e é querido e abençoado por Deus. É benção do homem “construir o mundo”, “dominar a terra” com o suor do seu rosto (Gên. 1,3) segundo o mandato de Deus. Pelo trabalho

o homem coopera como criador, imprime na matéria sua marca espiritual e se realiza como pessoa, “enquanto para si adquire tenacidade, engenho e espírito de invenção” (p.27). Dai o dever do homem assumir na alegria o seu trabalho e o direito do trabalhador a condições dignas e justas para trabalhar. (CNBB, 1977, p. 8)

Para poder alcançar as condições que darão ao trabalho o caráter de vocação e seja assumido com alegria e retribuído com equidade será necessário, primeiro, alcançar a justiça que só se alcançaria através da prática da justiça, que na medida do seu exercício dará como resultado uma sociedade mais justa. A CF-78 propõe, como caminhada para alcançar uma sociedade mais justa, a práxis da fraternidade, colocando o trabalho no nível de serviços ao próximo. É de ressaltar que a proposta feita pela CF-78 não é uma proposta individual, ou melhor de uma salvação pessoal, a CF-78 propõe uma práxis comunitária através dos outros, esses outros são aqueles que estão sofrendo discriminação, egoísmo por parte dos modelos econômicos, deste modo a CF-78 no seu manual, denuncia, através de um modelo exemplificativo pedagógico as condições que devem ser alcançadas por um modelo político econômico que está oprimindo a classe operária atingindo o direito de trabalho para todos.

Se o trabalho é vocação de grandeza para todo homem e se, praticamente, o homem precisa trabalhar para desenvolver a sua família, será necessário criar condições de trabalho para todos. É dever dos poderes públicos e é tarefa das empresas privadas criar e multiplicar empregos em número suficiente. Nem se deve omitir aqui uma referência especial à insegurança do emprego, como acontece no sistema de rotatividade, e ao trabalho da mulher, com respeito ao qual não deveria haver discriminações, salvo somente aquilo que provem da sua condição e dignidade específica. Para que todos possam trabalhar, é da justiça ainda que a todos se ofereçam possibilidades de preparo e habilitação profissional. (CNBB, 1977, p. 9)

No chamado de atenção que faz a CF-78 sobre a obrigação dos poderes públicos, junto com as empresas privadas de velar pelo direito ao trabalho para todos, propondo uma justiça salarial, acompanhada do direito de associação que é feito através dos sindicatos que para época estão surgindo e os exorta para serem autônomos, com o compromisso de reivindicar os direitos de cada membro, ressaltando que não devem cair no assistencialismo, e que se esforcem pela promoção da classe trabalhadora. Mas a CF-78 faz uma advertência ao se posicionar perante a luta de classes, reafirmando a oposição que se tinha o marxismo na época quando “A igreja condena tanto a violência do oprimido ou explorado quanto a do opressor ou explorador, mas ela condena sobre tudo as situações de injustiça que geram violência”.(CNBB, 1977, p. 10)

### Realidade do trabalho expresso no manual da CF-78

Objetivo da CF de 1978: esta campanha foi o número quinze que na apresentação do manual nos proporciona uma justificativa do objetivo sobre a necessidade de abordar o tema do trabalho:

O tema da CF78- “trabalho e Justiça para todos” deve provocar muito e salutareos gestos concretos. Será a coleta financeira integralmente preparada e realizada; será uma nova e permanente atitude de justiça com os outros; será uma corajosa contribuição para a promoção do trabalhador; será um esforço para reanimar a pastoral do mundo do trabalho enfim será aquilo que as condições concretas surgirem ou exigirem de cada um.(CNBB, 1977, p. 4)

O manual da CF-78 nos apresenta a importância de conscientizar a comunidade das realidades do mundo do trabalho, em especial numa época marcada pelo autoritarismo e a repressão tanto militar como salarial que anuncia a falta de Fraternidade, lembrando como já foi exposto no item anterior as consequências dos planos econômicos do regime Militar da década de 1970. A CF-78 teve o objetivo de apresentar a realidade do mundo do trabalho, sintetizado no seu slogan “trabalho e Justiça para todos” – na simplicidade do seu anunciado, constituem uma urgente e ambiciosa pretensão de que todos possam trabalhar e que, no trabalho, sejam observadas as regras da justiça. Enquanto isso não for assim, a fraternidade perfeita não será possível. (CNBB, 1977, p. 5)

## O Cartaz<sup>20</sup>

A CF -78 teve como inovação a realização de um concurso a nível nacional convocando o mundo artístico para a elaboração do cartaz, sendo selecionado o trabalho realizado por Paulo Cesar Dias de Oliveira, do STÚDIO B (RJ), que alcançou a essência do tema proposto: “Quando há trabalho e há justiça, o resultado natural disto é a divisão fraterna das riquezas que o trabalho gerou”. (CNBB, 1977, p. 5)

Explicação do visual:

O pão dividido em partes iguais mostra de maneira clara e objetiva o resultado que uma sociedade pode alcançar, quando almeja a verdadeira justiça: Além do mais o pão é um símbolo riquíssimo:- pão é símbolo de alimento, subsistência. Senhor, nos dai hoje o pão nosso de cada dia. De trabalho e fruto do trabalho: Ganhar o pão. E o sentimento cristão de amor ao próximo, encontra sua expressão máxima, quando o pão é dividido fraternalmente. A cor escolhida por ele, visa associar com o vinho, outro alimento de grande carga simbólica e ligado a nossa civilização. (CNBB, 1977, p. 5)

---

<sup>20</sup> Em anexo apresentamos o cartaz da Campanha.

O manual, ao explicar o Cartaz, retoma o símbolo do pão fracionado em partes iguais, fazendo alusão ao slogan dos programas econômicos executados pelos governos militares que, segundo uns dos ministros da fazenda do período militar, Delfin Neto, justificava a situação dos operários que tinham que suportar uma superinflação, altos impostos, e o arrocho salarial, através do slogan do desenvolvimento que diz: Deixa o bolo crescer para logo dividir. O cartaz além de ter um design simples, era bem explícito e representava a pedagogia politizadora da CF, para um público alvo simples, mas, politizado.

O manual elaborado para a campanha de 1978 tem como característica especial a sua simplicidade na comunicação para a transmissão da doutrina social da igreja no mundo e, para o mundo operário da época, lembrando que:

Muitas coisas devem mudar para que reine esta vida de verdadeiros irmãos entre os trabalhadores e os patrões. As próprias empresas devem converter-se em autênticas comunidades, onde haja respeito, participação, cordialidade. A situação do trabalhador é um problema que diz respeito a todos e depende de todos, qualquer que seja a sua condição ou sua profissão. A busca de caminhos concretos de fraternidade no trabalho é um dever básico de todos. (CNBB, 1977, p. 10)

A Igreja, desde o início do Golpe militar, teve como uma das suas prioridades o combate ao comunismo por se considerar um movimento ideológico marxista e, seu materialismo ateu que atenta contra a boa harmonia das estruturas que compõem a sociedade.

### **Subsídios litúrgicos e de pregação para a Quaresma**

O manual da CF-78 apresenta-se como um subsídio metodológico, que oferece um amplo material litúrgico e de reflexão para cada celebração e encontros comunitários. A composição dos subsídios litúrgicos de domingo, são expressos num modelo litúrgico que é apresentado para os 5 domingos da quaresma; o modelo é composto por vários momentos que compõem cada celebração litúrgica, que está em sintonia com o contexto político social da realidade do mundo do trabalho do Brasil, para cada domingo de quaresma é cantada uma música de entrada, que convida a entrar e participar na caminhada do mundo do operário, quando no segundo e terceiro verso diz:

(2)

Mas o homem no seu egoísmo

Muito explora o trabalho do irmão

Nele ofende a imagem divina

E por isso pedimos perdão

(3)

Tu és Santo, és a fonte da vida

E nos chamas contigo a lutar.

Obrigado porque trabalhando

Nossa historia podemos mudar

Na sequência litúrgica, uma primeira leitura extraída da bíblia do Antigo Testamento propõe-se uma meditação, que apresenta o homem como criatura de Deus e lhe confia o universo, fazendo-o participe da criação. E da mesma forma, como responsável da desordem no mundo por culpa da sua desobediência. A esta primeira leitura o precede o salmo de meditação, que apresenta a relações entre patrões e a situação dos operários, deixando entrever as classes operárias exploradas pelas estruturas injustas do modelo político econômico da época, realidade expressa nas seguintes estrofes:

2. Clamas por Deus, mas oprimes no operário

Que tem direito a bom trabalho e bom salário

3. Quebra as cadeias da miséria e opressão:

Eis o jejum, eis a sincera conversão.

4. Ouve a palavra que te dá coração novo,

E que te faz sentir irmão, formar um povo.

Após o salmo de reflexão segue a segunda leitura que, para cada domingo será oferecida uma chave de interpretação em relação à quaresma; a CF propõe um subsídio de pregação com o título “pistas para as homilias da Campanha da Fraternidade - 1978”. Tal subsídio é composto por uma contextualização que

sinaliza a questão do trabalho através da liturgia, o primeiro domingo apresenta a Campanha da fraternidade e explica o tema “Fraternidade no Mundo do trabalho”, através das figuras do jardim e o deserto; para o segundo domingo a liturgia apresenta: A vocação do Trabalho- transfiguração das Criaturas e Adoração do Criador. O terceiro domingo apresenta a situação do trabalho e a justiça que é expressa através de uma analogia que diz “o que a água é para a vida o trabalho é a justiça”, na apresentação da CF, era feita uma denúncia indireta sobre a Justiça ao propor um modelo que garantisse o direito ao trabalho para todos na contextualização deste domingo, no item 3 que aborda a necessidade da justiça e o direito ao trabalho para todos, que como,

decorrência da própria vocação universal ao trabalho. Todos tem o dever de trabalhar para o sustento da própria vida e da família. Para o desenvolvimento e realização próprios como para o progresso dos outros e do mundo; para louvar a Deus. Tal dever implica no direito de poder trabalhar, de ter um trabalho disponível. Função dos poderes públicos na vida social: estabelecer e garantir condições em que haja trabalho para todos. Responsabilidade solidária dos indivíduos e dos grupos intermediários neste ponto: das empresas privadas. A realidade apresenta frequentemente uma situação de injustiça, não existe trabalho para todos falta estabilidade e garantias para os que tem trabalhando. Há discriminação para o trabalho: a mulher, não raro negado o acesso a determinados tipos de trabalho (analisar, se for o caso, situações locais, conhecidas e/ou vividas pelos ouvintes). (CNBB, 1977, p. 28)

E de ressaltar a dinâmica do diálogo entre a CF e a comunidade, a partir da realidade ou experiências das comunidades por meio da metodologia proposta pela campanha, que convida a exemplificar o tema a partir de casos vividos pelos ouvintes que assistem a cada celebração. Para o quarto domingo da quaresma traz o tema “Fraternidade No Mundo Do Trabalho: Justiça Na Verdade E Na Bondade”. Neste domingo é apresentado um chamado para delimitar, de um lado, a proposta da DSI em relação às tensões que surgem na ausência de justiça entre as classes sociais, promovendo uma justiça que não esbarre na violência ou nas arbitrariedades fruto da intolerância e sim, iluminada pela bondade e por outro lado, apresenta um rechaço as posturas marxistas de lutas de classes, como um caminho que não resolverão os conflitos da sociedade.

Para o quinto domingo o tema é “Trabalho E Justiça Para Todos – Caminho De Libertação Ressurreição E Vida” o manual mantém o mesmo modelo litúrgico, aberto para o diálogo específico da realidade de cada comunidade que celebrará a quaresma, e a sua vez, mantendo como eixo central, o tema do trabalho; para cada celebração dominical, o subsidio de pregação finaliza com uma conclusão que ilumina a síntese das leituras e o tema da CF-78; no quinto domingo a reflexão conclui com um convite para:

Pedir que Deus faça justiça, e defenda a causa dos pobres contra a gente impiedosa; pedir que o senhor os liberte do homem (sistemas, estruturas) perverso e traidor (antífona de entrada). Explicar a graça de caminhar com alegria na mesma caridade que levou o filho (Cristo Libertador) a entregar-se à morte no seu amor pelo mundo. (CNBB, 1977, p. 34)

Na sequência litúrgica, seguem as preces que são específicas para cada domingo em sintonia com a liturgia da palavra. Nas preces do terceiro domingo, que aborda o tema “o que a água é para a vida, para o trabalho é a justiça”, nas preces deste domingo convidasse a comunidade a centrar sua atenção sobre o direito a um trabalho justo:

Rezemos irmãos, a Deus nosso Pai que quer que sejam assegurados os direitos de toda pessoa humana particularmente dos trabalhadores. [...]

[...]-pela comunidade de trabalho em cada empresa, para que busque condições mais humanas de trabalho e justiça para todos rezemos.

Por esta assembleia aqui reunida, para que tenha fome e sede de justiça, segundo o espírito das bem-aventuranças, rezemos...

Celebrante: ó Deus, amigo da justiça e defensor Dos fracos, ouvi as nossas suplicas e concedei que sejam respeitados os direitos de todos os homens. Por N.S.J.C... na unidade do espírito santo. (CNBB, 1977, p. 19)

Como rezam as preces, cada pedido faz referência à condição dos trabalhadores que durante a execução dos planos econômicos eram os mais afetados, que na medida em que percebem a injustiça do desenvolvimento econômico entre o lucro e o direito de trabalhar e ser remunerado dignamente, tendo como pano de fundo a CF-78, resultado de um momento que à antecede. Como foi apresentado no histórico da década de 1970, o governo militar iniciou um processo de abertura em 1974 que:

Ao mesmo tempo, tentava-se manter alguns elementos fundamentais no sistema de dominação-participação popular limitada, estrito controle das principais decisões econômicas, um executivo forte e um modelo econômico desigual. Inicialmente, a abertura era mais uma tentativa da elite de garantir a continuidade dos aspectos mais importantes do sistema do que uma alteração fundamental do regime. Permitia que os militares controlassem alguns problemas gerados pelo controle direto do Estado, em quanto ainda controlavam muitos elementos do sistema político. (MAINWARING, 1989, p. 170)

Dando continuidade a celebração litúrgica o canto das oferendas que nas suas letras fazem alusão ao tema, que na sua composição ao por a figura de Deus como trabalhador, ressalta o valor da justiça que dignifica e santifica o trabalhador. O canto prepara o momento da comunhão.



## Domingo de Ramos

Celebrado no dia 19 de março de 1978 o domingo de Ramos apresenta um contexto onde converge a doutrina social da Igreja e a formação política. O texto inicia na contextualização do conceito que a DSI tem de organização social do trabalho, fazendo um apelo ao direito ao trabalho no qual todos devem participar, sem exceção, já que todos tem o dever de participar da construção da sociedade; por outro lado o manual reconhece a realidade injusta do trabalho que, além de não cumprir sua função dignificante e humanizante, restringe o acesso a este direito. O texto convida a participar politicamente, a partir da tomada de consciência ao apresentar o artigo 23 da declaração dos direitos humanos em relação a realidade que esta vivendo a classe trabalhadora quando:

Vemos por toda parte:

Falta de lugares de trabalho e, conseqüentemente, o desemprego que priva numerosas famílias do necessário para viver;

A grave crise de habitação;

Os salários baixos, insuficientes para cobrir as necessidades humanas das famílias;

Estruturas agrícolas deficientes que entravam o desenvolvimento econômico e social do campo;

A grave situação dos anciãos, dos aposentados, das pessoas incapacitadas física ou mentalmente;

A oferta de trabalho inadequado e mal pagos a menores de idade e a mulheres.  
(CNBB, 1977, p. 36)

O manual propõe como reflexão para este domingo de Ramos entre a leitura e a realidade do contexto do trabalho no Brasil, uma alusão com a leitura do evangelho, apresentando a cada trabalhador que vá além do triunfo proclamado pelas leituras do dia, e sim pelas conseqüências a que todo trabalhador está submetido em decorrência das estruturas econômicas e também pela indiferença. No manual o trabalho assume o discurso do juízo final em (Mt 25, 42-43) fazendo alusão a Jesus que passa fome, sede, era peregrino, nu, no cárcere, igual aos operários que por ausência da justiça e da solidariedade e faz um apelo a responsabilidade que todos tem, a partir da responsabilidade com o mundo do trabalho.

### Quinta-Feira Santa

A Quinta Feria Santa aborda a alienação através do tema da desumanização do trabalho, expondo, de maneira bem explícita, a situação do mundo do trabalho, que deixa de dignificar o ser humano convertendo-o em uma peça da engrenagem produtiva, lembrando que, para esta época, já tinha entrado na mecanização das linhas de produção, a indústria automobilística no Brasil converteu-se em simplesmente uma montadora de partes já que não se fabricavam peças, no país como consequência o operário converte-se em uma peça da grande máquina da produção, que cada vez mais precisa de menos operários.

A máquina que ajuda o homem no seu esforço pode fazer dele sua vítima (cf.5ª feira santa). É ela quem manda, e o homem obedece. Posto numa linha de montagem, o homem não é mais que uma peça. Também o agricultor, o professor a mãe de família, tornam escravos do seu trabalho. É evidente a necessidade de uma libertação dessa escravidão inerente ao trabalho. (CNBB, 1977)

### Sexta-feira Santa

A Sexta-feira santa é dirigida a vocação universal do trabalho, e faz ênfase no direito a um trabalho digno, que dê resposta ao chamado divino de participar na continuação da obra da criação. A desfiguração a que foi submetido o trabalho no atual progresso tecnológico, onde não é mais uma atividade que dignifica, muito pelo contrario, tem-se convertido em motivo de opressão eliminando a liberdade de escolha na participação da construção da sociedade, sendo que o trabalho foi levado as realidades que desumanizam, onde já não é um serviço ao próximo e sim uma imposição.

Na sexta feira é apresentada a figura do trabalho que, para o cristão, é a dor e o sofrimento como consequência do pecado. Mas assim como para este tivemos uma redenção nos sofrimentos de Cristo, assim também temos que nos redimir do castigo da dor no trabalho. A fadiga existirá sempre no trabalho, mas podemos diminuí-la. (CNBB, 1977, p. 38) Nós também teremos que redimir-nos pelo trabalho que tem que ser arrancado da condição de castigo e de escravidão.

A Sexta-feira Santa celebrada no dia 28 de março de 1978, expressa o momento histórico de articulação dos movimentos grevista que estavam à procura de uma nova sindicalização, que devolvesse ao

trabalhador seus direitos, no dia 12 de maio os metalúrgicos se organizam em prol de uma campanha salarial. Uma proposta que foi aceita em todo o país.

Todo esse movimento de base teve na origem da expansão de um novo sindicalismo que começou em 1977, os grandes movimentos de greve de 1978, 1979 e 1980 confirmaram a existência desta nova força sindical. Esse novo sindicalismo conseguiu reunir progressivamente as forças chamadas “autênticas”, pode, assim, propor atividades visando a superação da mentalidade corporativa (como um “estado-Patrão” também dos sindicatos) uma herança dos governos populistas, e atividades visando questionar a política trabalhista do governo e o modelo capitalista implantado no Brasil. (AGOSTINI, 1990, p. 37)

### Sábado Santo

O sábado santo celebra a vigília pascal onde se comemora a passagem de Jesus da morte à ressurreição, figura aprofundada durante a Quaresma; a passagem da realidade que desumaniza para a vida ressignificada no valor do trabalho, passando de um estado de sofrimento a um convite para transformá-lo em um ato de alegria, o manual reconhece que, a realidade a que está submetida à classe operária entra em conflito com a Fé, quando descreve:

Quando vemos as condições físicas em que trabalham muitos, talvez a maioria dos nossos irmãos; quando vemos a exiguidade de muitos salários de fome; quando vemos que só tem alegria aqueles que, não trabalhando, vivem do trabalho dos outros; quando vemos todo isso e situações ainda mais graves contra a justiça, quem poderá convencer o trabalhador injustiçado de que seu trabalho lhe proporciona alegria ou, ainda mais, que do seu trabalho nasce o amor entre os homens? Sem justiça não pode haver amor nem alegria. . (CNBB, 1977, p. 39)

### Domingo de ressurreição

A liturgia no domingo da ressurreição com o tema “o direito-dever de intercalar no trabalho, momentos de folga” dedica-se ao descanso, o manual no decorrer da celebração faz alusão, não só o descanso para cumprir com os compromissos religiosos, mas também apresenta a realidade do trabalho entre os jovens, o descanso como algo que é de igual valor ao trabalho, como um tempo para desenvolver outras atividades e relações. Esta mensagem descreve a ausência da liberdade da classe operária, que torna-se escrava nas linhas de produção industrial,

É lamentável, entretanto, que, embora o tempo livre seja uma necessidade e não um direito, grande parte das pessoas que trabalham na cidade e nos campos, não podem entregar-se a momentos de folga porque, ganhando pouco e precisam de “horas extras” para subsistência sua e da família. (CNBB, 1977, p. 40)

## Via Sacra

O manual apresenta uma via sacra para cada Sexta-feira da Quaresma que contém as 15 estações, onde são refletidos os últimos acontecimentos da vida e a ressurreição de Jesus.

A via sacra inicia com a condenação de Jesus a morte, através das leituras bíblicas o comentarista convida a comunidade a refletir sobre cada estação; cada reflexão apresenta um paralelo entre o texto bíblico que narra o sofrimento de Jesus, com a vida real e difícil que a classe operária está passando, pela falta de fraternidade e Justiça no trabalho. A via sacra aborda elementos cotidianos de exclusão que são naturalizados na discriminação do trabalho, como é proposto na IV estação quando aborda a questão da mulher, dona de casa “Pela ação libertadora de Cristo e a intercessão de Maria, libertai de todas as formas de escravidão, opressão e exploração da sociedade, a mulher em nossos dias.” (CNBB, 1977, p. 45). De igual maneira a via sacra apresenta o ambiente de desigualdade, individualismo e indiferença e competição imposto pelo modelo econômico de produção no período da ditadura apresentados na VII estação:

Jesus Cristo, o justo, sofre em sua carne as injustiças de todos os tempos, em quanto os homens permanecem insensíveis diante das situações permanentes de pecado individual e social do paternalismo, da competição, da não participação no mundo do trabalho que impedem a realização humana na vida profissional de tantos dos nossos irmãos, que vivem sem condições de se promoverem na vida. (CNBB, 1977, p. 46)

## Celebração Penitencial

Este momento de reflexão está focado numa proposta de visão de vida perante o compromisso comunitário, colocando ênfase numa fórmula penitencial, dirigida junto com um comentarista, ministro, leitor e a comunidade, o manual propõe um segundo esquema que é dirigido para patrões e operários. O segundo esquema está estruturado numa contextualização do trabalho, destacando a realidade do trabalho

no país, este exercício realiza-se através de um questionário com perguntas (dirigida tanto a patrões como operários) como: “sou do número daqueles patrões que defendem a própria classe e os próprios interesses?” a esta pergunta se soma a do operário que se questiona se ele só culpa ao patrão, e não faz nada para um acordo para alcançar a fraternidade; este segundo esquema passa agora a questionar, primeiro aos patrões sobre a consciência da realidade dos operários com reflexões como “os operários são tratados como pessoas humanas ou como meios?, colaboro para melhorar o sistema trabalhista?, ou os frutos e as rendas são compartilhadas com todo e conforme manda a justiça de Deus?, cuido da saúde dos empregados e dou-lhe todas as devidas assistências medicas?” (CNBB, 1977, p. 54)

Na sequência são os operários questionados sobre o seu dever perante a fraternidade do trabalho por meio de perguntas como:

trabalho com empenho e seriedade?, procuro descansar para render melhor?, procuro trabalhar com dignidade ou já cai na massificação?, respeito os meus patrões? Amo-os?, faço bom uso e participo dos sindicatos e grupos de trabalho? Reivindico os meus direitos? Exijo que se me façam justiça ou tenho que ter mais voz ativa e lutar para melhorar a condição operaria?, não tenho sido omisso na luta para uma maior justiça no campo do trabalho? Tenho-me instruído ao respeito? O que concretamente poderei fazer nos lugares onde trabalho?. (CNBB, 1977, p. 55)

### **Hora Eucarística**

O subsídio para esta celebração litúrgica se divide em três momentos compostos por uma introdução apresentada pelo comentarista, com uma breve explicação teológica da Eucaristia, em seguida o ministro interage com a comunidade através das orações, logo se faz uma apresentação da dignidade do trabalho como vocação, como chamado divino; o ministro através das leituras bíblicas introduz a história da salvação através do trabalho, porém, destacando que quem não trabalha não é feliz, e não se realiza. Para cada leitura é proposta uma reflexão; o segundo momento tem o tema “Estar a favor de Cristo e de seu Reino ou contra ele” dando continuidade à fórmula do primeiro momento, o comentarista introduz o tema do trabalho a partir da realidade, convidando a comunidade a participar dos vários momentos deste segundo tempo da celebração, o leitor faz apresentação das leituras sugeridas pelo manual, que ajudam a conscientizar a comunidade da realidade do mundo do trabalho e a fraternidade através de reflexões como:

O trabalho não está ao serviço da economia, mas antes, em primeiro lugar ao serviço da dignidade do homem. Pelo trabalho cooperamos com a criação de Deus que nos associa aos bens e as conquistas do universo. Associando-nos aos outros homens no campo de trabalho

encontramos aí o campo fundamental onde nos sentimos solidários, onde juntos vivemos a maior parte do tempo da nossa vida; aí está o terreno propício da fraternidade da cooperação, da corresponsabilidade, da aquisição coletiva dos bens produzidos e descobertos e pertencentes a todos os homens que dia e noite suam nos campos de suas conquistas..(CNBB, 1977, p. 62)

No terceiro momento é abordado o tema “trabalhamos para a transformação de todo e de todos” nesta parte o manual aporta para o celebrante uma reflexão sobre leituras bíblicas que iluminam o tema da justiça no mundo trabalho. Cada leitura apresenta um mundo melhor para o trabalho, destacando a dignidade do trabalho que só será alcançado através da fraternidade e a justiça, dando ênfase ao tema da CF-78.

### **Subsídios Catequéticos**

O manual da CF-78 presta também à função de formação catequética, os subsídios para a catequese são dirigidos para o ensino escolar de 1ª a 2ª serie. A CF-78 com o tema do trabalho se apresenta em varias dimensões da vida cotidiana e faz parte de todos é de tudo, não só dos assalariados, operários. O subsídio catequético é composto por um horário para a Semana Santa, da 2ª feira até o sábado. Este calendário tem um conteúdo que aborda o lema da CF-78, aportando um módulo para cada dia da Semana Santa. Cada modulo apresenta o trabalho e a justiça na escola, na família, comunidade, e na construção do futuro; a Sexta-feira apresenta um planejamento específico para por em prática o discutido de cada modulo, este subsídio envolve várias pessoas da comunidade como a equipe de pastoral, o responsável pelo ensino religioso, vigários, o diretor da escola, e a equipe de professores.

O subsídio catequético elabora um material para programar o tema da CF através do planejamento de atividades individuais e por grupos de trabalho nos diferentes ambientes da escola, família, comunidade.

A CF-78 é estruturada para interagir com toda a comunidade, desde crianças, adolescentes, universitários. O manual apresenta material para cada ambiente, como: subsídios para escola da rede oficial, subsídio para catequese de adolescentes, subsídios para grupos de nível universitário. Cada subsídio é composto por material dedicado para apresentar o tema da CF-78; no caso do subsídio para os grupos de adolescentes e universitários, apresentam-se seis temas que estão dentro do tema da CF-78, para este ano a campanha aplicou o método Ver-Julgar e Agir, para trabalhar cada tema da CF-78 . O subsídio preparado para adolescentes dá orientações como: partir da realidade concreta e motivasse para que as atividades

desenvolvam a criatividade dos adolescentes, entre outras. Cada módulo apresenta um tema sobre a justiça no mundo do trabalho onde será aplicado o método ver a realidade, fazer um juízo da situação atual do trabalho, e propor atividades para participar do tema da CF-78. A proposta para este subsídio é ademais de catequizar é fornecer elementos críticos sobre a realidade do mundo operário do contexto da época. Como exemplo proposto para os adolescentes sobre o “sentido comunitário do trabalho e da Justiça-bem comum”, no julgar apresenta-se questões como: “por que estudar, trabalhar? Só pelo diploma, pelo salário? qual é a relação entre o trabalho, a justiça e o bem comum? como a omissão pode ser causa de injustiça?” (CNBB, 1977, p. 89) Já para os universitários através de atividades como representações da vida real levasse-os a se questionar sobre sua postura perante a realidade atual da justiça e da fraternidade no mundo do trabalho.

### **Círculos Bíblicos<sup>21</sup>**

O manual de esta CF aproveita a dinâmica de roda diálogo iluminado com a leitura bíblica a partir da realidade da comunidade que discute os temas proposto para esta campanha, o manual apresenta uma proposta para dirigir o círculo bíblico que inicia com uma pedagogia simples, mas profunda através de exemplos, que descreve a realidade do migrante do nordeste, que para esta época encarna a difícil situação da desigualdade, e a marginalização gerada pela industrialização das cidades, que como consequência dos planos de desenvolvimento, que centralizando a indústria nas cidades descuidaram da realidade rural, causam grandes ondas de mobilidade humana em busca de melhores oportunidades de vida. Destacam-se as mudanças de vida aparecendo discriminação em todas as formas. O círculo bíblico aporta para a comunidade à oportunidade de aprofundar sobre o tema da CF-78, ao contextualizar o tema da campanha. Apresenta-se o resultado da administração do país, para as grandes maiorias que assumem as consequências expressas nas contradições sociais como a desumanização do trabalho ao citar como exemplo:

Severino disse:

---

<sup>21</sup>Círculos Bíblicos: Os Círculos Bíblicos nasceram e se desenvolveram da necessidade dos católicos de aprofundarem a Palavra de Deus, meditando esta Palavra e confrontando-a com a vida cotidiana. Hoje também conhecidos como grupos de reflexão, são pequenos grupos de pessoas que, ao redor da Palavra de Deus, refletem e rezam sobre a vida. Estes grupos que se reúnem nas casas, sob a coordenação de um dirigente, são sempre ligados à Paróquia. Seu objetivo é fazer com que as pessoas se aproximem mais, sejam mais solidárias, se conheçam melhor, criando novas comunidades fraternas.

chegou uma carta da minha mãe. Ela recebeu o dinheiro que mandei. Sou do Ceará, mas vivo em São Paulo, faz três anos. Aqui eu moro no canteiro de obras e divido a cama com meu companheiro. Quando ele trabalha eu durmo, e quando ele dorme eu trabalho. No Ceará agente era pobre e até passava fome, mas era gente. Aqui, a gente até vê mais dinheiro, mais o trabalho não valem por a humanidade. No meu serviço não tem paulista. Só tem gente do Ceara, Minas e Pernambuco. Mais o patrão chama todos de baianos. Coitado do patrão! Nem conhece o Brasil! E o senhor que acha disso? . (CNBB, 1977, p. 113)

A partir de exemplos como este fazem-se perguntas como: “Você conhece algum Severino? por acaso, você é ele?”. As leituras bíblicas são trazidas a tona encarnando cada personagem proposto pelo exemplo levando assim uma imagem do Deus que está do lado dos menos favorecidos.

O manual apresenta para os círculos bíblicos que se inserem nos problemas de justiça e do mundo do trabalho dos operários que vivem nas cidades, (CNBB, 1977, p. 112) com temas como lutar pelo direito, justiça para todos, a situação da mulher entre outros, de igual forma o manual oferece reflexões para os círculos bíblicos no ambiente agrário, abordando os problemas da justiça e do trabalho no mundo dos agricultores que vivem no interior, propondo temas como: o dono da terra é o morador, o boi de cana, a exploração do comércio e a saúde do povo.

### **Campanha da Fraternidade em Família**

No nível familiar, a proposta da CF é formar pequenas comunidades, compostas por famílias que se organizam mediante um calendário com sete reuniões para as sete semanas que antecedem a ressurreição, junto as sete dores da Mãe de Jesus. O subsídio está dividido em três esquemas de celebração; com um tema que ilumina a realidade do trabalho a Luz da fraternidade; o primeiro e o segundo esquema desenvolvem-se através da via sacra com o tema: “Celebração do amor” e “Ressurreição Vida Nova” estão compostos pelas XV estações, que são participativas; no terceiro esquema tem a celebração da misericórdia com o tema: “Ele nos ama e sempre nos perdoa”, tendo uma metodologia diferenciada que alcança a essência da CF-78, aprofundando e conscientizando a família que é a base de cada comunidade..

O terceiro esquema se desenvolve na seguinte metodologia como exemplo: a primeira reunião, inicia com apresentação da misericórdia vivida por Jesus: que lavou os pés dos discípulos para nos ensinar a servir e repartiu o pão para nos ensinar a ser justos e, convida aos ouvintes a refletir sobre o compromisso do serviço do trabalho. O pão da campanha da fraternidade, repartido, nos lembra da justiça para com todos (CNBB, 1977, p. 28) no momento da misericórdia, após uma ladainha em que o leitor dirige a comunidade a



se reconhecer dentro das relações de trabalho no compromisso pela fraternidade apresentada no tema da CF-78.

O leitor levanta questionamentos como: “Jesus é aquele que passa pelo mundo fazendo o bem. Com nossa passagem por esta terra, o mundo está-se tornando melhor?” e todos respondem “tem compaixão de nos, senhor! Somos pecadores.” O leitor continua indagando a comunidade sobre seu compromisso, o subsídio apresenta um chamado que por sua vez é alusão à realidade da classe operária e o patronato quando pela voz do leitor diz:

Você que é patrão, você que tem pessoas que lhe servem: você foi atencioso, compreensivo, delicado? Tratou os a outros com justiça, com amor?... ou aos gritos, maltratando e desprezando? Outros vêm em você um amigo... ou temem a sua presença ,seu modo de tratar? é para nos que S. Tiago escreveu: “para aquele, quem não usou de misericórdia, o julgamento será sem misericórdia” (CNBB, 1977, p. 29)

Cada reunião apresenta temas como: Quem crê em Jesus trabalha em favor dos homens; Trabalho para todos; serviço fraterno, luta pela fraternidade no trabalho; política, um trabalho para que todos possam ter trabalho; justiça, a primeira exigência do amor; trabalho caminho para a libertação; vamos dar as mãos.

As reuniões seguem uma sequência de acordo com o esquema escolhido: iniciando com uma breve introdução do tema proposto, em seguida as famílias são convidadas a uma reflexão que leva a conscientização e compromisso de viver a fraternidade no trabalho, a reunião está iluminada por um texto bíblico, que tem como contexto a realidade que a comunidade vivência. Dentro do momento de reflexão, são realizadas perguntas como: a) o que você acha: seguir Jesus só tem valor para ganhar o céu ou também para melhorar este mundo para os outros?; b) qual é o mandamento novo de Jesus? Como eu posso vive-lo no trabalho que executo?

No final de cada modelo proposto pelo subsídio da CF-78 em família, é seguido por um tema que refletido e exemplificado para a comunidade, através da apresentação da realidade das relações de poder no mundo do trabalho.

Como exemplo na segunda reunião, o tema apresentado: “trabalho para todos, serviço fraterno”, o subsídio descreve através da voz do leitor, a sociedade como fruto de muitos poderes que interagem, gerando serviço ou conforto; o texto continua a descrever como dentro das estruturas sociais se geram posições em que há indivíduos que segundo a CF-78 “tem “uma parcela de poder” para exercer sobre os outros, assim como “o governador tem poder sobre o estado, o prefeito sobre o município, o delegado e o soldado para conservar a ordem, o pai tem poder para orientar seus filhos”,(CNBB, 1977, p. 10) o subsidio

apresenta questionamentos sobre a ordem social, perguntando “que é o que mede e funda o poder numa sociedade? E responde afirmando: “É a posição social da pessoa, os critérios para se medir a posição social de uma pessoa, é a posse em maior ou menor grau de certos bens considerados importantes na sociedade”. Estes bens segundo o texto seriam o dinheiro, propriedades, fabricas, ter cultura, ser de família importante, ter cargo público e ser político entre outros. Nesta parte o manual apresenta um contexto da época dos anos de 1970 no governo militar. São estas realidades que marcam o jogo de poder dentro das relações sociais, no ambiente urbano ou no ambiente rural. O subsídio também expõe os abusos de poder dos indivíduos que indo além da justiça atinge os direitos e as condições de trabalho, como apresentado:

Exemplo: aquele homem por que é rico pode oferecer uma fortuna para que um capanga mate uma pessoa, e depois pode ainda usar do seu poder no campo da justiça e conseguir a absolvição do assassino, etc... . Veja que horror! Pode estragar todo. (CNBB, 1977, p. 11)

O exemplo apresentado no subsídio da CF-78 apresenta uma realidade que atinge a sociedade nacional, a Igreja, sindicato urbano ou rural, posseiro entre outros.

A CF não só apresenta uma realidade que atinge as suas estruturas, mas também uma realidade que se vive no Brasil inteiro, na década de 1970, uns destes inúmeros fatos que aconteciam como o caso de Pedro Casaldáliga, um padre catalão da ordem dos Claretianos, destinado a trabalhar em São Félix do Araguaia (MT). Ordenado Bispo, da linha da Teologia da Libertação, que optou por estar ao serviço do povo sofrido, ameaçado pelos grandes latifundiários, Dom Pedro, assumiu a luta pela terra dos posseiros, dos indígenas e camponeses. Em cumprimento de seu dever como pastor e voz dos que não tem voz, junto com o padre João Bosco Penido Burnier; no dia 11 de outubro de 1976, Dom Pedro e o Padre João Bosco dirigiram-se a Ribeirão Bonito (MT) e se depararam com um caso a mais de tortura, desta vez eram duas mulheres presas.

Dom Pedro e o padre João Bosco ao ouvirem gritos de piedade vindos da delegacia foram em auxílio. A coragem de ambos irritou aos dois soldados da PM que batiam cruelmente em duas mulheres. O primeiro a falar foi Pedro, chamando a atenção para a violência que estava sendo cometida. Uns dos soldados, Ezi Ramalho Feitosa, gritou-lhe que calasse a boca. Mas João Bosco respondeu por Pedro, dizendo que seriam obrigados a denunciar tal violência aos superiores dos dois soldados na PM mato-grossense. Ezi enfureceu-se, puxou o revólver e deu uma coronhada na boca de João Bosco e como um louco emendou nesse gesto um tiro imediato, no momento em que Pedro prevendo o ato insano, buscava tirar João Bosco de lá. Só restou ao bispo abaixar-se, rápido, e segurar a boca semi-esfacelada, dizendo a Pedro suas

últimas palavras enquanto o sangue jorrava generoso, o sangue de mais um mártir: “Pedro, acabei minha carreira”. (CASTRO, 1985, p. 103)

E do mesmo modo como citado no subsidio o poder conseguiu exonerar os culpados do assassinato do Padre João Bosco em 2009. Quase 33 anos após sua morte, por meio de uma comissão, consegue-se fazer justiça ao responsabilizar o regime militar pela morte do padre Bosco.

O subsidio demonstra que a partir destes exemplos e atividades propostos; a Campanha da Fraternidade cumpre sua função de convergência, onde a voz dos sem voz, das grandes massas, que compõem as margens e os menos favorecidos, tem sua chance de ser representados pelo discurso oficial da Igreja que vive e interage com estas realidades do trabalho e o desemprego na ausência da justiça e a fraternidade.

Outro exemplo apresentado na sexta reunião da CF-78 em família aborda o tema Trabalho, caminho de libertação. Para esta reunião aborda a relação entre a oferta e a demanda, colocando o trabalho no meio deste processo de mercado dentro de uma política econômica dos anos de 1970, num ambiente anticomunista na apresentação do tema, o leitor descreve os mecanismos que são utilizados para que o trabalho não seja remunerado; seguidamente o texto retoma o valor do trabalho, esclarecendo que o trabalho não é só em função do lucro. Este tema é iluminado pela reflexão bíblica através da figura de Jesus, quem serve aos outros, seguidamente, Jesus faz um chamado para conversão do poder não como dominação e sim em função ao serviço para os outros. O subsidio propõe uma frase para refletir de Dom João Rezende Costa arcebispo de Belo Horizonte:

O único meio eficaz de combater o comunismo é implantar os critérios do evangelho no mundo do dinheiro, da propriedade, do trabalho, das finanças e da economia. Os cristãos não devem apenas pedir o “pão nosso de cada dia”, mais viver de tal modo que não dificultem a ninguém conseguir o seu “pão” e que consigam pela sua sensibilidade para com os problemas da JUSTIÇA ajudar a fazer chegar a cada casa o “pão de cada dia.” . (CNBB, 1977, p. 19)

No texto o leitor questiona a comunidade com as perguntas para refletir: a) Você acha que todos devem trabalhar pela justiça? b) este mundo do trabalho pode melhorar. Para esta época teve grande expressão popular as marchas por reivindicação dos direitos trabalhistas, que gradualmente foram mudando a sociedade já que:

Porém, embora, a abertura não se tenha iniciado devido às pressões populares, os movimentos de base se tornaram um fator importante na luta política em 1978. Durante o período inicial (1974-1978) os setores liberais da sociedade foram os mais beneficiados pela abertura, mas a partir de 1978, os movimentos populares também se encontravam num período de Ascensão. Em 1978 ocorre a primeira grande greve em dez anos entre os operários dos setores automobilístico

na região do ABC, e o Movimento Custo de Vida ganhou grandes proporções nacionais. Esses movimentos conseguiram do governo conquistas e concessões que dificilmente teriam sido feitas na ausência da pressão popular. (MAINWARING, 1989, p. 171)

Este subsídio tem a especificidade de abordar o tema do trabalho e à sua vez apresenta-o as bases, que estão representadas pelas famílias, que na sua grande maioria são pertencentes as classes operárias, lembrando que para o ano de 1978, através do trabalho realizado durante anos por a JUC, e a JEC; tinha inserido as propostas do Vaticano II e de Medellín, as novas formas de ser Igreja eram compostas por grupos de Base nas periferias os padres, religiosos junto com leigos formavam lideranças que participavam na preparação da catequese, administravam os sacramentos junto com religiosos(as) organizavam trabalhos de pastoral com as famílias da periferia.

Primeiro as organizações eclesiais de base ajudaram a revigorar os movimentos populares. O relaxamento inicial da repressão não resulta das pressões populares, mas, depois de 1978, os movimentos populares foram um fator de importância fundamental na política, em parte a organizações católicas, segundo a Igreja protegia e legitimava as forças de oposição durante os anos de maior repressão. Finalmente junto com os partidos políticos de oposição, a Igreja era uma importante defensora dos direitos humanos e fonte de concepções alternativas de desenvolvimento. A Igreja influenciou os debates sobre os rumos da sociedade brasileira e estimulou várias forças a se oporem ao autoritarismo. Ela não é responsável pela abertura, mas num contexto de divisões do exército com uma sociedade civil ansiando por essa liberalização, a capacidade da igreja fortalecer a sociedade civil tornou-se mais relevante. (MAINWARING, 1989, p. 172)

Um exemplo do trabalho pastoral realizado na cidade dentro do mundo operário e que marcou as lutas pela reivindicação dos direitos trabalhistas foi Santo Dias, um dos tantos católicos e não católicos aos quais foi dirigida esta CF-78; a história de Santo Dias, um líder sindical e militante católico que encarna a realidade do trabalho e a luta pela justiça no mundo do trabalho no Brasil.

Nascido em 22 de Fevereiro de 1942 no pequeno município de Terra Roxa, Estado de São Paulo, desde cedo, Santo Dias tinha aptidão pelos movimentos sociais. Na adolescência ainda em sua terra natal, participava de atividades católicas em prol de sua comunidade, que mais tarde veio influenciar Santo Dias nas lutas pelas causas sociais. Filho de Jesus Dias da Silva e Laura Amâncio Vieira em uma pequena colônia em Terra Roxa, na qual trabalhavam e viviam, em terras cedidas por seus patrões. Com as dificuldades, na década dos anos de 1950, o trabalho rural converte-se em exploração por causa da supervalorização da terra decorrente da elevada demanda de produtos agrícolas na região; as máquinas foram integradas nos processos de produção rural, o que gerou grandes migrações para as cidades que para Maria Conceição D'Incao:

Até a década de 1950, cerca de 70% da população brasileira morava no campo. No final da década de 1970, 70% já estavam nas cidades. As grandes modificações no campo aconteceram

entre essas décadas. Os colonos, parceiros e meeiros são substituídos pelos camaradas, volantes ou boias frias, que passaram a trabalhar na cidade e trabalhavam diariamente em a fazenda. Como as famílias de Santo Dias e de Ana Maria do Carmo. (DIAS, AZEVEDO e BENEDICTO, 2004, p. 35)

Ao chegar a São Paulo, Santo Dias foi viver na região de Santo Amaro de aluguel com sua família. Seus familiares, não se adaptaram a vida da cidade retornaram à Terra Roxa onde continuaram trabalhando na terra. Por sua parte, Santo Dias, permaneceu na cidade de São Paulo, especificamente na região de Santo Amaro onde estava localizada a maioria das indústrias, logo foi contratado para trabalhar como operário como ajudante geral na empresa industrial (Metal Leve). No início da década 1960 começou participar de movimentos operários, reivindicando aumento de salário, melhorias nas condições de trabalho desde então, não parou mais. Na década dos anos de 1970, a realidade operária começou a se organizar nas periferias por consequência da repressão e das dificuldades de se organizar dentro dos sindicatos da fábrica. Santo Dias:

Católico praticante acompanhou e contribuiu para a renovação da Igreja Católica. Como participante das lutas por melhorias nos bairros, conviveu com os quadros de esquerda de matriz marxista, pregando a tolerância e a convivência entre as diferentes concepções acerca da realidade, percebendo a necessidade da preservação de espaços políticos possíveis e do avanço em torno de propostas comuns. Integrante chave da Oposição Sindical Metalúrgica assumiu o compromisso da retomada da estrutura sindical para devolver a ela a características primordial de instituição de organização dos trabalhadores frente ao patronato. (DIAS, AZEVEDO e BENEDICTO, 2004, p. 93)

Santo Dias como membro militante das CEBs, membro ativo dos movimentos de bairro, comprometido com a justiça social, participou dos movimentos de luta por: escolas, transporte, moradia nos bairros operários, inserido no Movimento Custo de Vida (movimento organizado entre as bases e os bispos da região); Santo Dias, como sindicalista, começa viver e participar das movimentações operárias que estão pululando em São Paulo, em maio de 1978 operários da fábrica Saab-Scania, realizam um paralisação para reivindicação salarial, com o pedido de reajuste do 20% na semana seguinte à paralisação, já se somavam 23 empresas gerando assim a paralisação de 80 mil metalúrgicos na região, após ter resistido conseguiram para o ano seguinte um reajuste de 24.5%, a vida militante de Santo Dias expressa o compromisso social das bases e do episcopado em função da justiça e a fraternidade, como consequência da sua militância e seu compromisso católico, no dia 30 de outubro de 1979, Santo dias juntou-se a outros operários comprometidos com a causa do trabalho justo e, durante um piquete, segundo Hélio Bicudo na contracapa do livro Santo Dias – quando o passado se transforma em História.

Atingido, pelas costas, por tiros disparados por um policial militar, não resistiu aos ferimentos vindo a falecer no dia 30 de outubro de 1979. Dom Paulo Evaristo Arns, então arcebispo de São Paulo, ministrou-lhe os últimos sacramentos e em sua homenagem criou o centro Santo Dias de

defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, com o objetivo de defender as vítimas da violência da polícia. (DIAS, AZEVEDO e BENEDICTO, 2004, p. contracapa)

Outro evento que desta vez elucida a realidade do mundo operário no ambiente rural ocorreu no dia 13 de março de 1978, Quarta-Feira de Cinzas quando Dom Quirino Schmitz bispo de Teófilo Otoni (MG), dirige-se a seus diocesanos

Irmãos, iniciamos, pela 15ª vez, a campanha da fraternidade. Este ano, em todo o Brasil, ela chama os cristãos para procurarem. <<trabalho e justiça para todos>>.com isso, a Igreja quer colocar-se mais perto dos que sofrem injustiças e dar apoio a os que procuram trabalho e não o encontram. É principalmente na bíblia que esta atitude, já tradicional na igreja, encontra sua base. (SEDOC, 1978, p. 1119)

Nesta carta Dom Quirino apresenta uma reflexão bíblica do antigo testamento (1Reis 21,1-24 e 2Reis 9,30-37) o relato bíblico apresentado por Dom Quirino, baseia-se na realidade da autoridade em Israel, entre o Rei Acab e Nabot um camponês, que se recusa a vender suas terras ao rei e é ameaçado pela cobiça e um latifundiário que em nome do poder, recorre ao abuso da autoridade quem irá aos tribunais e intimidara á justiça para assim caluniar a Nabot, através de uma carta que denuncia a Nabot, a carta sugeria as autoridades que através de depoimentos falsos condenassem a Nabot sob a denuncia de que Nabot é contra Deus e contra o rei, segundo dom Quirino “ (eu acho que ela diria assim: <<Nabot é subversivo e comunistas>>”). Dom Quirino na sua carta dirigida à sua diocese denunciando a situação que não esta longe da injustiça praticada pelas autoridades do Estado, favorecendo aos mais poderosos e indo em contra os mais fracos. ao contextualizar o texto bíblico Dom Quirino denuncia :

Vou contar o que esta acontecendo aqui, dentro do município de Teófilo Otoni. Nas terras de uma fazenda de 7.000 hectares, hoje, todas as medidas legitimadas em nome do atual proprietário, centenas de famílias fizeram sua posse. Isto se deu, no tempo da mata, por volta de 1942. Com suor e sangue, muita gente preparou, então, aquelas terras. E, hoje, eles são obrigados a ceder ao capim das pastagens que vai tomando conta de todo. Mais uma vez, o boi expulsa a criatura humana feita a imagem e semelhança de Deus! Hoje só existe uma terra para plantar na parte mais fraca da fazenda. Além disso, não há escola para as crianças por porto. Ate casas foram queimadas, naturalmente não pelos que nelas moravam. No momento, há fiscais ocupados em tirar do mangueiro os animais que são utilizados para o transporte aos sábados, das pequenas mercadorias do povo à feira. Já houve, até tentativa de morte contra um dos moradores. O que ira acontecer daqui pra frente, ninguém sabe. Todos temem que a manhã ou depois, terão que ir embora. Pra onde? O jeito é engordar as favelas das cidades. (SEDOC, 1978, p. 1118)

A CF-78 foi projetada para atingir toda a população católica e não católica do Brasil, a partir de um comprometimento com a realidade do trabalho que revela a situação do desemprego na época da repressão Militar, tornando-se um espaço onde as bases se expressam e tem comunhão com o clero engajado com a causa da justiça e a fraternidade no trabalho. A CF-78 após a celebração da semana santa inicia o processo de Avaliação dos resultados, não só pastorais econômicos, mas também sociais, levando em conta que esta campanha irá ate o fim do ano de 1978.

## Avaliação da CF-78

A CF-78 cumprindo com a estrutura de planejamento, execução e avaliação, nos dias 26 a 28 de maio de 1978 em Brasília, estando reunidos os 13 regionais, os coordenadores da CF, os assessores da CNBB, junto com os órgãos anexos dando início a avaliação da Quaresma e as atividades desenvolvidas durante a campanha. A avaliação apresentou a mesma dificuldade das anteriores em relação aos relatórios das regiões que não expressavam a situação das mesmas, por esta razão foi feito um relatório oral por região a partir de quatro itens como: (1) Pela CF-78 consegue-se melhor entendimento e prática do tema preparado? Na linha de entendimento constatou-se:

De modo geral houve mentalização ainda que indiferentes graus: mais intensa nos já engajados na luta; mais intensa ainda “ad intra” com relação à Igreja, que “ad extra”; mais intensa entre os injustiçados que entre os “injustiçadores” (patrões, ricos, mesmo que católicos); houve também reações sintomáticas de certo entendimento: susto, por parte dos mais ricos ou indiferentes; temor e fechamento daqueles mais comprometidos com o sistema; maior participação na CF de grupos engajados no mundo do trabalho. – sublinhou-se a razão do sucesso da CF neste campo: concordância do tema com a realidade; ligação com os direitos humanos; ligação com o clima favorável à transformação social; o mais oportuno de todos os temas da CF. (CNBB, 1978, p. 551)

Neste primeiro momento da avaliação depara-se com um apelo sobre o tema que encontra eco numa realidade percebida pelo clero e a realidade vivida pelas bases, que no contexto nacional da CF representou a situação das classes sociais, de como cada um, classe operaria e patrões, que compõem o mundo do trabalho, assumiram de diferentes maneiras a proposta da Campanha perante o modelo econômico desigual do Brasil da década dos anos 1970, tendo o destaque de ser a Melhor CF até então. Já na segunda linha prática (2), destacasse melhoras tanto dentro como fora da Igreja:

2.1. Igreja “Ad intra”: Assembleia para localizar injustiças e modos de superá-las, com a participação do poder público; Melhor salário para funcionários; Melhor salário e registro de trabalho para domésticas em casas paroquiais; ressurgimento de grupos da pastoral operaria.  
2.2. Igreja “ad extra”: - campo rural: - reunião de empregados com empregadores; - criação de sindicatos. Campo doméstico: - registro de trabalho; melhor salário. Campo escolar- reunião de círculos para excluir certas injustiças. Observação: o crescimento da prática não parece proporcional ao da teoria. (CNBB, 1978, p. 551)

O relatório na primeira pergunta demonstra que a conscientização da sociedade sobre a realidade do trabalho e o desemprego desperta a consciência de quem sofre as injustiças do sistema, de outro lado, levar à prática, demonstra a resistência tanto da participação em melhorar a situação da classe operaria e

abrir mão da comodidade ou dos privilégios de quem são reprimidos ou favorecidos pelo sistema político-econômico. A segunda pergunta da avaliação da CF-78 refere-se aos subsídios, se os mesmos ajudaram ao objetivo da Campanha? O relatório apresenta um sim constatado com a procura e aumento do consumo do material, destacando a eficácia do cartaz, o disco da CF-78, círculos bíblicos e a Via-Sacra. Reconhecem-se, como peças menos influentes, o minifilme, jingles e subsídios de pregação. Avaliam-se como pontos negativos: a linguagem inadequada; um conteúdo moralizante que apresenta insuficiência para atingir as causas dos problemas; conteúdo limitado ao ambiente urbano como pano de fundo. Pontos positivos: subsídios mais assertivos; criatividade de novas peças locais. A terceira pergunta da avaliação para a CF-78, refere-se ao empenho e entusiasmo de toda a igreja perante a Campanha. A esta pergunta responde-se:

- 1) O tema provocou: - empenho, euforia; - medo de alguns; questionamento;-entusiasmo;- reação de paróquias burguesas.
- 2) O tema suscitou também perplexidade: -A CF sinônimo de Quaresma; -CF e outros movimentos do ano;- censura de pregação
- 3) Houve um processo de crescimento no interesse de grupos fora da igreja.(CNBB, 1978, p. 553)

Esta CF-78 foi a primeira a tratar do tema do trabalho dentro das CF, num contexto de promessas por parte do regime militar de uma volta à democracia, o tema ao estar presente no ambiente rural e urbano, abriu um espaço de reflexão não só dentro dos católicos de diversas classes sociais, mas também de diferentes setores fora da Igreja, apresentando a diversidade de opinião e atitude perante o tema da CF-78 como um tema que atinge a toda a sociedade do Brasil. Na quarta e última pergunta da avaliação da CF-78 dirige-se aos eventos relevantes da campanha, entre eles se destaca a carta pastoral de Dom Quirino sobre a CF-78; a preparação do subsídio ecumênico para escolas públicas até o primeiro de maio; a extensão da reflexão da CF-78 durante todo o ano; como encaminhamentos a reformulação dos subsídios homiléticos; encenação dos problemas do povo relacionados com o tema.

Realizações concretas no campo da Justiça; dinamização de sindicatos de domésticas; cooperativa de ação ao povo; posicionamento frente a loteamentos; provável inspiração a greves; coletas nas igrejas, reclamação de injustiças. Aceleração do processo de educação política; adesão à CF fora da Igreja; denúncia de injustiças gritantes. (CNBB, 1978, p. 553)

Dentro da avaliação da CF-78 surgiram perguntas tais como por que não foram utilizados os subsídios para universitários?; Campanha toda em paz em alguns lugares por quê? A ata continua com a preparação da CF -79, na avaliação econômica a CF-78 teve um orçamento de Cr\$ 1.380.280,82.



Neste capítulo apresentamos o contexto histórico da realidade nacional dos modelos de desenvolvimento anteriores ao golpe e ao mesmo tempo, a realidade da Igreja perante o comunismo ameaçador que estava se infiltrando nas estruturas do Estado. A década dos anos 1960 teve grandes acontecimentos, se por um lado iniciavam os preparativos para o Concílio Vaticano II, no ambiente nacional disputava-se projetos políticos de desenvolvimento econômico, levando as massas operárias a se identificarem com o governo de Goulart.

No início do Vaticano II, concomitantemente, ocorre o golpe militar. A primeira CF, a nível nacional, tem como pano de fundo um contexto eclesial marcado, principalmente, pela participação do clero no concílio e por sua preocupação com a atualização da Igreja Católica no Brasil com as propostas do Concílio. Se, por um lado, a Igreja se apresenta unida durante o Concílio, por outro, está dividida dentro do episcopado e entre os leigos que apoiam o golpe militar que enfrentava o comunismo que ameaçava a classe média católica. E ainda, há os bispos que acompanham de perto os projetos econômicos e possuem consciência política do que implica aceitar o liberalismo excludente e marginalizador das grandes massas que, em sua maioria, são operários.

Após o concílio a Igreja adquiriu uma nova imagem de si através dos aportes feitos por Medellín e Puebla na década de 1970. A Igreja construiu uma nova compreensão de si mesma, mudando a perspectiva da sua missão e da sua autocompreensão, devido a sua inserção na realidade do contexto da época, o discurso religioso ganha uma nova dimensão através da teologia da libertação e seu novo lugar que exige uma nova forma de interpretar e transmitir seus ensinamentos. Isso está expresso no manual da CF de 1978 no qual foi apresentada uma nova linguagem de compreensão da realidade, e o lugar que a Igreja está ocupando dentro da realidade sócio-política do Brasil na época da ditadura: uma Igreja que não se converte no abstrato do discurso, mas compromete-se com a causa operária, acompanhando, neste sentido, como por exemplo, as marchas pelo salário de vida digno, através das declarações de Dom Quirino junto aos operários como Santo Dias.

## Conclusões

Para concluir nosso trabalho de pesquisa sobre a questão do trabalho e o desemprego nas Campanhas da Fraternidade da Igreja Católica é preciso responder a nossa primeira questão: qual é a Gênese da CF?

No primeiro capítulo apresentamos a situação da Igreja Católica no Brasil nas primeiras décadas do século XX, pelas quais ela saía de um longo período de repressão, imposto pela monarquia, iniciando um processo de recuperação durante a primeira república. O governo autorizou a reorganização da Igreja para se estabelecer com ajuda de Roma e, desta forma, a Igreja entra em uma reforma através da ideologia da neocristandade, por outro lado, a Igreja Católica caminha à procura de se adaptar às realidades sociopolíticas da época, optando por ir ao encontro do Estado e, assim, recuperar sua condição de religião oficial. Neste sentido, a Igreja Católica assume uma postura de coadjuvante dentro dos projetos do Estado, como também adquiriu uma posição de reconhecimento dentro das atividades do governo.

Sua influência dentro do âmbito político chegou ao ponto de participar da destituição do presidente Washington Luiz, através da intervenção de Dom Leme, devido a uma grande tensão entre as forças políticas de direita e de esquerda. Este ambiente de confronto foi aproveitado por Getúlio Vargas, que representa as forças anticomunistas, como argumento suficiente para a Igreja tomar posicionamento a favor de Vargas, que é acolhido e apoiado por grupos conservadores da Igreja Católica, os quais entendiam a adesão de uma grande parte do setor operário ao marxismo-socialismo como um caminho para a desordem social, conseqüentemente, levando ao colapso do país. Durante as tensões políticas e a entrada da Ditadura de Vargas denominada de Estado Novo, a Igreja opta por trocar as relações tradicionais com os ruralistas para a burguesia industrial, pois percebe a grande influência que teria dentro dos novos modelos econômicos.

Após a segunda guerra mundial, uma onda de secularização se espalha por toda a sociedade internacional e nacional, por sua parte, a Igreja se vê obrigada a sair da sua postura quase voltada para si mesma e é levada a repensar seu papel perante o Estado e a Sociedade civil.

Para esta época, a AC já iniciara sua participação dentro da vida política e social do país por meio dos quadros leigos da classe média e de intelectuais que foram formados no centro Dom Vital. A AC se converteu em uma extensão da Igreja na qual a hierarquia não consegue chegar devido a sua posição dentro da sociedade. A AC levava a Igreja a se deparar a outras realidades nas quais encontra um espaço de

participação. A Igreja se insere e reconhece a realidade da sociedade brasileira, reconhecendo seus limites e com novos desafios, como o comunismo que está se inserindo nas classes populares as quais representam uma grande parcela da sociedade, levará a Igreja a sair do centro para as margens, como resposta aos projetos de desenvolvimento que centralizaram a industrialização e excluíram grandes regiões do país. A AC também entrará numa fase de atualização saindo do modelo italiano centralizador anticomunista para entrar na linha do pensamento francês de Maritain, que é de abertura para uma visão mais crítica da realidade, o que levará a perceber a situação do Nordeste brasileiro que, por um lado, estava nas margens dos projetos do governo e, gerava migrações do campo para as cidades industrializadas. Como resposta, a Igreja iniciou sua participação nos projetos de desenvolvimento da metade do século XX, através da participação de bispos e de leigos da AC, JOC, JUC, JEC, entre outros, que através de projetos como: o MEB, SAR, Círculos Operários, e no Nordeste com a fundação do SUDANE.

Em contexto nacional, os bispos do Brasil fundam a CNBB que dará articulação a Igreja Católica, dando continuidade a sua presença dentro da cena político-social do país, com organizações como a Cáritas que patrocinava projetos sociais da Igreja com o aporte de ajuda estrangeira. Neste período, o episcopado nacional desenvolveu uma atividade de grande porte social, o Movimento de Natal, que incluía as escolas radiofônicas. A Igreja desta forma, ganha, dentro do governo, um espaço importante de participação no ambiente social. No Rio Grande do Norte, dá-se início às primeiras experiências de fraternidade nas cidades de Natal e Nísia Floresta, o que criaria o ambiente para o surgimento da primeira CF, que foi produto dessas experiências pastorais de inserção surgida nas primeiras décadas do século XX.

Dando resposta a nossa primeira questão situando a gênese da CF, podemos apresentar e definir o que é a CF. No seu início, a CF teve como finalidade a arrecadação de fundos já que a Igreja Católica, nos finais da década dos anos 50, contava com uma grande estrutura que sustentava as obras sociais no nível nacional através de donativos vindos do estrangeiro que, ao diminuir a colaboração, elaboraram-se estratégias de autofinanciamento, e serão essas as motivações que darão origem a CF, com o objetivo de despertar a solidariedade dos católicos através de gestos concretos.

Na primeira experiência, a Igreja percebeu que a CF não tinha muito sucesso na arrecadação de fundos, mas, por outro lado, ela estava exercendo outra função ainda mais importante, de comunicação e de animação dentro das paróquias, convertendo-se, assim, em uma estratégia de comunicação, com o qual podemos definir que: a CF é uma estratégia pastoral mediante a qual a Igreja Católica se dirigia a seus fiéis para lhes transmitir os seus ensinamentos e, assim, manter a conexão entre a hierarquia e as bases.

Em 1964, após grande acolhida, a CF foi levada a nível nacional que sucessivamente teve aceitação de quase a totalidade das dioceses do país. Neste período, a Igreja Católica do Brasil estava em pleno concílio e o foco principal do planejamento pastoral estava na renovação da estrutura tradicional da Igreja. Deu-se início a renovação da paróquia, do ministério sacerdotal, a renovação do cristão, entre outros. Uma nova realidade foi apresentada pelo Concílio: a necessidade de renovar a figura do leigo, o qual já faz parte do desenvolvimento pastoral e que se integra na organização pastoral do PE, sucedido pelo PPC, instrumento de difusão do espírito renovador do Concílio. A CF, primeiramente, foi produto da inspiração da colegialidade dentre os bispos durante o concílio.

A CF procura animar todas as comunidades num compromisso pastoral concreto, o que a converte num veículo de comunicação da hierarquia e as bases da Igreja Católica Nacional. A CF além de ser uma estratégia pastoral, também tem uma função dentro da sociedade.

A CF teve uma forte função de evangelização ao estar dentro do planejamento da pastoral nacional, o que constituiu a sua primeira fase. A segunda fase da CF foi marcada por sua preocupação com a sociedade nacional e a sua realidade dentro do governo militar. A Igreja, durante o regime militar, já tinha inserido, através das suas bases, o discurso pela opção aos pobres, denunciando, assim, o pecado social, como resultado da influência da Teologia da Libertação e dos documentos de Medellín e Puebla.

Havendo respondido as questões de onde surge a CF, o que é a CF, poderemos apontar como a Igreja apresenta seu discurso político-religioso sobre a realidade do mundo do trabalho. Se entendemos que de certa maneira a CF também é espelho da Igreja Católica, ao apresentar em si mesma as mudanças pelas quais a Igreja Católica passa em relação à Igreja de Roma, a Igreja nacional e suas relações com a sociedade.

Desta forma, a Igreja sempre acompanhou os projetos de desenvolvimento do país, atendendo, como mediadora, as necessidades sociais. Foi a classe operária que desafiou o posicionamento da Igreja diante de sua cômoda atuação, que sendo ameaçada pelos movimentos sociais e políticos iniciou projetos para resgatar a sua influência da sociedade. No seu discurso sobre o trabalho e desemprego, a Igreja, de um lado, se aproxima das questões fundamentais de suas bases (mundo operário e rural) as quais exigiam novas demandas materiais, e, por outro, no sentido político, se posiciona contra o discurso operário do comunismo ateu. A CF de 78, à vista disso, revela a ambiguidade presente no discurso social da Igreja, já que consegue compreender a realidade do mundo do trabalho e desemprego, solidarizando-se com a causa operária (ainda que em um discurso anticomunista), no entanto, suas propostas de ação foram postas em

um plano abstrato, a partir de uma visão de mundo sem conflitos (lutas de classe) na perfeição de sua doutrina teológica. Buscamos nesta dissertação apresentar a construção do discurso social da Igreja expressa na CF de 78, discutindo os elementos de sua constituição, sobretudo, as dinâmicas entre a realidade material dos operários, a realidade social e política do país e, por fim, a realidade espiritual e doutrinária da Igreja Católica no Brasil.

## Bibliografia

- AGOSTINI, N. Nova Evangelização e Opção Comunitária: conscientização e Movimentos Populares. Petrópolis: Vozes, 1990.
- ALVES, M. M. A igreja e a política no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- ANTONIAZZI, P. A. A CNBB e Pastoral Urbana; Primeiros Passos. In: (ORG), I. N. D. P. Presença Pública da Igreja no Brasil. São Paulo: Edições Paulinas, 2003. p. 353-380.
- ARAUJO, E. Quando Fala o Coração. Londrina: Livre Iniciativa, 2000.
- BARROS, P. R. C. D. Brasil uma Igreja em Renovação. Petrópolis: Vozes, 1967.
- BARROS, R. C. A CNBB eo Estado Brasileiro Durante o Interlúdio Espartano. In: PASTORAL, I. N. D. Presença Pública da Igreja no Brasil. São Paulo: Edições Paulinas, 2003. p. 149-223.
- BEOZZO, J. O. A Igreja do Brasil no Concilio Vaticano II 1959-1965. São Paulo: Paulinas, 2005.
- BEOZZO, P. J. O. Igreja e Estado no Brasil. In: FLEURI, R. M. Movimento Popular, Política e Religião. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- BRUM, A. J. O Desenvolvimento Econômico Brasileiro. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.
- CALIMAN, C. CNBB: Nova consciência eclesial à Luz do Concílio Vaticano II. In: (ORG), I. N. D. P. Presença Pública da igreja no Brasil. São Paulo : Edições Paulinas, 2003. p. 407-424.
- CASTRO, M. D. 64: Conflito Igreja x Estado. Petrópolis: Vozes, 1984.
- CASTRO, M. D. A Igreja e o Autoritarismo. Rio de Janeiro: Jorge Sahar Editores, 1985.
- CELAM. II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano: Conclusões de MEDELIN. 6. ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1968.
- CELAM. CONCLUSÕES DA IIIª CONFERÊNCIA GERAL: Documento de Puebla. São Paulo: Edições Paulinas, 1969.
- CNBB. Comunicado Mensal. N° 284. Rio de Janeiro: Edições CNBB, 1976.
- CNBB. Comunicado Mensal N°287. Rio de Janeiro: Edições CNBB, 1977.
- CNBB. Comunicado Mensal N° 291. Rio de Janeiro: Edições CNBB, 1978.
- CNBB. Campanha da Fraternidade 1991: Solidários na Dignidade do Trabalho. Manual. Saõ Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1991.
- CNBB. Campanha da Fraternidade 2004: Água fonte de vida. Brasília: Edições CNBB, 2004.
- CNBB. Campanha da Fraternidade 2013: Fraternidade e Juventude. Brasília: Edições CNBB, 2013.

CNBB. Campanha da Fraternidade 2014: “É para a liberdade que Cristo nos libertou” (Gl 5, 1). Manual. Brasília: Edições CNBB, 2014.

CNBB. Campanha da Fraternidade 2015: Eu vim para servir (cf. Mc 10,45). Texto Base. Brasília: Edições CNBB, 2015.

CNBB ESTUDOS DA. Cáritas Hoje: Atuação e Opção da Cáritas Brasileira n 25 ANIVERSARIO 1956-1981. São Paulo: Paulinas, 1981.

CNBB ESTUDOS DA. Campanha da Fraternidade: Vinte Anos de Serviço à Missão da Igreja. São Paulo: Paulinas, 1983.

CNBB ESTUDOS DA. Cáritas Brasileira: 50 Anos Promovendo Solidariedade. São Paulo: Paulus, 2006.

CNBB, C. N. D. B. D. B. Campanha da Fraternidade 1978: Trabalho e Justiça para Todos. Rio de Janeiro: Edições CNBB, 1977.

CNBB, C. N. D. B. D. B. Campanha da Fraternidade em Família 1978: Trabalho e Justiça para Todos. Rio de Janeiro: Edições CNBB, 1977..

CNBB, E. D. Cristãos Leigos e Leigas na Igreja e na Sociedade: Sal da Terra e Luz do Mundo (CF. Mt 5,13-14). Brasília: CNBB, 2014.

COMISSÃO BRASILEIRA JUSTIÇA E PAZ. Cnbb& Nordeste: 1956 - 1984. Riachuelo Rio: Liberjuris, 1984.

CORSI, F. L. estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional. São Paulo: Unesp: Fapesp, 2000.

CORSO, M. D.; LONDOÑO, T. F. (. Paróquia e religião do povo: in Paróquia e Comunidade no Brasil. São Paulo: Paulus, 1997.

CORTELLA, M. S. Qual é Atua Obra?: Inquietações Propositivas sobre Gestão, liderança e ética. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

CORTELLA, M. S. Educação, convivência Ética: Audácia e Esperança! São Paulo: Cortez Editora, 2015.

CRB, C. D. R. D. B. A Igreja no Brasil. Rio de Janeiro: helveticaL tda, 1977.

DIAS, L.; AZEVEDO, J.; BENEDICTO, N. Santo Dias: Quando o Passado Se Transforma Em História. São Paulo: Cortez, 2004.

DOTTI, O.; (ORG), L. A. B. Estudos de Doutrina Social da Igreja. Porto Alegre: edições EST, 2007.

FERRARI, A. Igreja e Desenvolvimento: o Movimento de Natal. Natal: Fundação José Augusto, 1968.

FIGUEIREDO, C. D. Novo dicionário da língua portuguesa. [S.l.]: Biblioteca Nacional de Portugal, 2010.

FREIRE, P. Pedagogia da Indignação: Cartas Pedagógicas e outros Escritos. São Paulo: Unesp, 2000.

GASDA, É. E. Trabalho e Capitalismo Global: Atualidade da Doutrina Social da Igreja. São Paulo: Paulinas, 2011.

GASDA, É. E. Fe Cristiana y sentido del Trabajo . Madrid: Paulus, 2011.

GODOY, P. M. J. A CNBB e o Processo de Evangelização do Brasil. In: PASTORAL, I. N. D. Presença Pública da Igreja no Brasil. São Paulo: Paulinas, 2003. p. 387-424.

GOTAY, S. S. O Pensamento Cristão Revolucionário Na América Latina e no caribe: Implicações da Teologia Da Libertação para a Sociologia Da Religião. Tradução de Luiz João Gaio. São Paulo: Paulinas, 1985.

GUTIERREZ, G. A força histórica dos pobres. Tradução de Álvaro Cunha. Petrópolis: Vozes, RJ, 1984.

GUTIERREZ, G. Teologia da libertação. Tradução de Jorge Soares. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

LEÃO XIII, P. Carta Encíclica Rerum Novarum. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1981.

MAINWARING, S. Igreja Católica e política no Brasil 1916-1985. Tradução de Heloisa Bras de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MAINWARING, S. Igreja Católica e Política no Brasil: 1916/1985. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARX, K. O capital: a crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

MATOS, H. Nossa História: 500 Anos de presença da Igreja Católica no Brasil. São Paulo: Paulinas, v. Tomo III, 2003.

MURARO, V. F. Juventude Operaria Católica. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ORLANDO, D.; LEOMAR ANTONIO, B. Estudos de Doutrina Social da Igreja. Porto Alegre: EST edições, 2007.

PASTORAL, O. I. N. D. Presença Publica Da Igreja no Brasil (1952-2002): Jubileu de Ouro da CNBB. São Paulo: Edições Paulinas, 2003.

PAULO KRISCHKE E SCOTT MAINWARING, (. A Igreja Nas Bases em Tempo de Transição (1974-1985). Porto Alegre: L&PM, 1986.

PAULO, C. A. D. S. Brasil Nunca Mais. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

PILETTI, N. & P. W. Dom Hélder Câmara: Entre o poder e a profecia. São Paulo: Ática, 1997.

PRATES, L. Fraternidade Libertadora: Uma leitura Histórico-teológica das Campanhas da Fraternidade da Igreja no Brasil. São Paulo: Paulinas, 2007.

PROCOPIO, C. Igreja e Desenvolvimento. São Paulo: CEBRAP, 1971.

ROMANO, R. Brasil: Igreja contra o Estado. São Paulo: Kairos, 1979.



SEDOC. Campanha da Fraternidade 1978. 10, Petrópolis RJ, p. 1118, Junho 1978.

SEDOC. Campanha da Fraternidade de 1978. 10, Petrópolis RJ, p. 1118, Junho 1978.

SERBIN, K. P. Diálogos na Sombra: Bispos e Militares, Tortura e Justiça Social na Ditadura. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

SILVA, V. T. Anos 70: Experiência e Práticas Cotidianas. In: KRISCHKE, P.; MAINWARING, S. (. A Igreja nas Bases em Tempo de Transição (1974-1985). Porto Alegre: L& PM, 1986. p. 47-72.

TEIXEIRA, C. F. L. A Gênese Das Ceb`s No Brasil: Elementos Explicativos. São Paulo: Paulinas, 1988.

VALENTINI, D. D. Revistar o Concílio Vaticano II. São Paulo: Paulinas, 2011.

WANDERLEY, L. E. Desafios da igreja Católica e Política no Brasil. In: (ORG), I. N. D. P. Presença Pública da Igreja no Brasil. São Paulo: Edições Paulinas, 2003. p. 459-480.

## Anexos

### Os temas e lemas das Campanhas da Fraternidade

#### 1º FASE: EM BUSCA DA RENOVAÇÃO INTERNA DA IGREJA

CF - 64: Tema: Igreja em Renovação Lema: Lembre-se: você também é Igreja

CF - 65: Tema: Paróquia em Renovação Lema: Faça de sua paróquia uma Comunidade de fé, culto e amor  
Renovação do cristão

CF - 66: Tema: Fraternidade Lema: Somos responsáveis uns pelos outros

CF - 67: Tema: Co-responsabilidade Lema: Somos todos iguais, somos todos irmãos

CF - 68: Tema: Doação Lema: Crer com as mãos

CF - 69: Tema: Descoberta Lema: Para o outro, o próximo é você

CF - 70: Tema: Participação Lema: Participar

CF - 71: Tema: Reconciliação Lema: Reconciliar

CF - 72: Tema: Serviço e Vocação Lema: Descubra a felicidade de servir

#### 2ª FASE: A IGREJA PREOCUPA-SE COM A REALIDADE SOCIAL DO POVO, DENUNCIANDO O PECADO SOCIAL E PROMOVENDO A JUSTIÇA (VATICANO II, MEDELLÍN E PUEBLA)

CF - 73: Tema: Fraternidade e Libertação Lema: O egoísmo escraviza, o amor liberta

CF - 74: Tema: Reconstruir a Vida Lema: Onde está teu irmão?

CF - 75: Tema: Fraternidade é Repartir Lema: Repartir o Pão 50

CF - 76: Tema: Fraternidade e Comunidade Lema: Caminhar juntos

CF - 77: Tema: Fraternidade na Família Lema: Comece em sua casa

CF - 78: Tema: Fraternidade no Mundo do Trabalho Lema: Trabalho e justiça para todos

CF - 79: Tema: Por um mundo mais humano Lema: Preserve o que é de todos

CF - 80: Tema: Fraternidade no mundo das Migrações Exigência da Eucaristia Lema: Para onde vais?

CF - 81: Tema: Saúde e Fraternidade Lema: Saúde para todos

CF - 82: Tema: Educação e Fraternidade Lema: A verdade vos libertará

CF - 83: Tema: Fraternidade e Violência Lema: Fraternidade sim, violência não

CF - 84: Tema: Fraternidade e Vida Lema: Para que todos tenham Vida

### 3ª FASE: A IGREJA VOLTA-SE PARA SITUAÇÕES EXISTENCIAIS DO POVO BRASILEIRO

CF - 85: Tema: Fraternidade e Fome. Lema: Pão para quem tem fome

CF - 86: TEMA: FRATERNIDADE E TERRA. LEMA: Terra de Deus, Terra de Irmãos.

CF - 87: Tema: A Fraternidade e o Menor. Lema: Quem acolhe o menor, a Mim acolhe.

CF - 88: Tema: A Fraternidade e o Negro. Lema: Ouvi o clamor deste povo!

CF - 89: Tema: A Fraternidade e a Comunicação. Lema: Comunicação para a verdade e a paz

CF - 90: Tema: A Fraternidade e a Mulher. Lema: Mulher e homem: imagem de Deus 51

CF - 91: Tema: A Fraternidade e o Mundo do Trabalho. Lema: Solidários na dignidade do trabalho

CF - 92: Tema: Fraternidade e Juventude. Lema: Juventude - caminho aberto

CF - 93: Tema: Fraternidade e Moradia. Lema: Onde moras?

CF - 94: Tema: A Fraternidade e a Família. Lema: A família, como vai?

- CF - 95: Tema: A Fraternidade e os Excluídos. Lema: Eras tu, Senhor?
- CF - 96: Tema: A Fraternidade e a Política. Lema: Justiça e paz se abraçarão!
- CF - 97: Tema: A Fraternidade e os Encarcerados. Lema: Cristo liberta de todas as prisões!
- CF - 98: Tema: Fraternidade e Educação. Lema: A serviço da vida e da esperança!
- CF - 99: Tema: Fraternidade e os desempregados. Lema: Sem trabalho... Por quê?
- CF - 2000: Ecumênica Tema: Dignidade Humana e Paz Lema: Novo milênio sem exclusões.
- CF - 2001: Tema: Campanha da Fraternidade Lema: Vida sim, drogas não!
- CF - 2002: Tema: Fraternidade e Povos Indígenas Lema: Por Uma Terra Sem Males
- CF - 2003: Tema: Fraternidade e Pessoas Idosas Lema: Vida, dignidade e esperança.
- CF - 2004: Tema: Fraternidade e Água Lema: Água, fonte de vida.
- CF - 2005: Ecumênica Tema: Solidariedade e Paz Lema: Feliz os que promovem a paz 52
- CF - 2006: Tema: Levanta-te, Vem Para o Meio Lema: Fraternidade e pessoas com deficiência.
- CF - 2007: Tema: Vida e Missão Neste Chão Lema: Fraternidade De Amazônia
- CF - 2008: Tema: Escolhe, Pois, A Vida. Lema: Fraternidade e a defesa da vida.
- CF - 2009: Tema: Fraternidade e Segurança Pública. Lema: A Paz é fruto da Justiça
- CF - 2010: Ecumênica Tema: Economia e Vida. Lema: Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro
- CF -2011: Tema: Fraternidade e a Vida no Planeta. Lema: Vocês não servir a Deuse ao Dinheiro.
- CF -2012: Tema: Fraternidade e Saúde Publica. Lema: Que a saúde se Difunda sobre a Terra.
- CF - 2013: Tema: Fraternidade e Juventude. Lema: `` Eis-me aqui, envia-me!``
- CF - 2014: Tema: Fraternidade e Trafico Humano. Lema: É para a liberdade que Cristo nos Libertou.
- CF - 2015: Tema: Fraternidade: Igreja e Sociedade. Lema: Eu vim para Servir.

Cartaz da Campanha da Fraternidade de 78

